UNIVERSIDADE SÃO FRANCISCO
Pedagogia

KARLA CRISTINY MORAES DA SILVA

AS ESCOLAS REUNIDAS DE BRAGANÇA E AS ORIGENS DO GRUPO ESCOLAR JOSÉ GUILHERME

Bragança Paulista
2012

KARLA CRISTINY MORAES DA SILVA - R.A. 001200901080

AS ESCOLAS REUNIDAS DE BRAGANÇA E AS ORIGENS DO GRUPO ESCOLAR JOSÉ GUILHERME

Monografia apresentada ao Curso de Pedagogia da Universidade São Francisco, como exigência para obtenção de licenciatura plena em Pedagogia.

Orientadora: Maria de Fátima Guimarães

Bragança Paulista
2012

KARLA CRISTINY MORAES DA SILVA

AS ESCOLAS REUNIDAS DE BRAGANÇA E AS ORIGENS DO GRUPO ESCOLAR JOSÉ GUILHERME

Monografia aprovada no Curso de Pedagogia da Universidade São Francisco, como requisito para obtenção de licenciatura plena em Pedagogia.

Data de aprovação: ___/___/_____

Banca Examinadora:

_____

Prof[a]. Dra. Maria de Fátima Guimarães

_____

Prof[a]. Dra. Ester CecíliaFernandes Baptistella

À minha família, em especial, à minha mãe,

pela presença.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao CNPq que financiou a realização desse trabalho.

À Escola Estadual José Guilherme que me acolheu como a um de seus parceiros, permitindo livre acesso a seus arquivos.

Ao Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa em História da Educação (CDAPH), da Universidade São Francisco, pela contribuição em conservar documentos históricos sobretudo relacionados à população bragantina.

Aos funcionários do CDAPH, em especial, Samanta, Izidoro e Nicolino, que estiveram sempre dispostos a me guiar no acervo documental do referido centro.

À Secretaria de Cultura e Turismo de Bragança Paulista que disponibilizou para consulta o processo de tombamento do Escola Estadual José Guilherme, que está em andamento desde 2006.

À Universidade São Francisco por ter me proporcionado uma formação em nível de excelência nacional.

À Prof.ª Dra. Maria de Fátima Guimarães, para além de sua orientação, por sua paixão pela cidade de Bragança Paulista.

Aos irmãos Calzavara –Walkir, Victório e, especialmente ao meu eterno professor, Fábio – pelo amor incondicional à arte musical e sua difusão em solo bragantino.

À minha melhor amiga, Letícia Aparecida Mazochi, pelo companheirismo e fraternidade durante todas as nossas batalhas.

À minha família por ser o meu porto seguro e o alicerce de todas as minhas conquistas.

A vida é feita de escolhas

Coloco uma pedra em cima do passado,
Aceito caminhar ao seu lado- escolho viver.
Esqueço tudo aquilo que foi quebrado
E me refaço inteira, de novo- escolho ser.

Apago a lembrança que me enfraquece,
Esqueço o que me enlouquece- escolho sorrir.
Reforço a pintura que aos poucos embranquece
O vivo daquilo que me faz bem- escolho sentir.

Caminho sobre e com os mesmos pés,
Sem medo de encontrar sorte ou revés- escolho propor.
Encontro o que nunca objetivei encontrar ao invés
Do que julguei ser melhor- escolho sabor.

Olho com a pureza de lembrar sem nunca ter visto.
Escrevo com a sutiliza do que nunca foi escrito- escolho sonhar.
Sinto o cheiro forte e marcante da cor desse risco,
Mas, ainda que eu me perca, quero que flua- escolho amar.

K. C. M. S.,
Bragança Paulista, 7 de abril de 2011.

SILVA, Karla Cristiny Moraes da. **As Escolas Reunidas de Bragança e as origens do Grupo Escolar José Guilherme**. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) da licenciatura em Pedagogia da Universidade São Francisco, *Campus* Bragança Paulista. 137 f.

RESUMO

O objeto dessa pesquisa é o Grupo Escolar José Guilherme, criado na década de 1920 no município de Bragança. Objetivamos nesse trabalho compreender como se deu o processo de criação e instalação desse grupo, problematizando os processos, por vezes tensos e conflitosos, imbricados em tal acontecimento, entre fins do século XIX (1880) e primeiras décadas do século XX (1943).Trata-se de uma pesquisa de natureza histórica e qualitativa, buscamos aportes teóricos nas contribuições de Bueno (2008), Gondra e Schueler (2008), E. P. Thompson (1981), Bencostta (2005), Escolano e Frago (2001),Sevcenko (1998), Carvalho (2000) e Benjamin (1989).Identificamos, digitalizamos e analisamos fontes documentais diversas (periódicos locais, fotografias, documentos escolares, dentre outros). Privilegiamos os acervos documentais localizados no Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa em História da Educação (CDAPH) da Universidade São Francisco, no Museu Oswaldo Russomano, no acervo do Conselho Municipal de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural de Bragança Paulista (CONDEPHAC), depositado na Secretaria Municipal de Cultura e Turismo de Bragança Paulista,e no arquivo desse grupo. Pontuamos como um dos resultados desta pesquisa a organização de um acervo digital sobre nossa temática de mil imagens, com a sistematização de fontes (documentos escolares e recortes de jornais) ainda inexploradas no arquivo da escola, os recortes dos periódicos do CDAPH e as fotografias (da cidade e da escola) que reunimos, dentre as quais algumas foram produzidas por nós, instaurando assim possibilidades para pesquisas futuras. Além do que, identificamos e listamos periódicos locais e respectivos responsáveis pertencentes ao período privilegiadoque também poderão ser consultados no acervo digital que construímos. Este acervo conta ainda com quadros que elaboramos baseados nos dados encontrados. Traçamos um panorama geral da época de implantação dos Grupos Escolares, a *belle époque* das certezas, da vitória da ciência sobre o obscurantismo (Sevcenko, 1998). Elaboramos um histórico de Bragança a partir do qual pudemos nos aproximar do contexto histórico-social vivido por sua população. Traçamos, por fim, uma história do Grupo Escolar estudado. Além do que, ressaltamos que o objeto privilegiado nunca havia sido pesquisado, por conta do que temos clareza que os resultados desta pesquisa contribuirão para a realização de futuros trabalhos sobre a temática.

Palavras-chave: Bragança – Instrução Pública – Grupo Escolar.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Escola Estadual José Guilherme 12

Figura 2: Desenho da cidade de Bragança 34

Figura 3: Rua Cel. João Leme 54

Figura 4: Possíveis áreas ocupadas em 1797 e 1835 56

Figura 5: Projeção para a construção do novo prédio..... 73

Figura 6: Dados sobre a Escola Estadual José Guilherme 76

Figura 7: Histórico da E.E. José Guilherme 77

Figura 8: Biografia de José Guilherme Christiano..... 78

Figura 9: Biografia de José Guilherme 80

Figura 10: 1° Ano feminino de 1928..... 82

Figura 11: Lista de professores (1/4) 84

Figura 12: Lista de professores (2/4) 85

Figura 13: Lista de professores (3/4) 86

Figura 14: Lista de professores (4/4) 87

Figura 15: Lista de Diretores 89

Figura 16: Casarão onde foram instaladas as Escolas Reunidas de Bragança 91

Figura 17: Ato n° 82, de 5 de nov. de 1935 94

Figura 18: Ato n° 84, de 5 de nov. de 1935 95

Figura 19: O lançamento da pedra fundamental do Grupo Escolar José Guilherme 97

Figura 20: Solenemente lançada a pedra fundamental do edifício para o Grupo Escolar "José Guilherme", de Bragança 99

Figura 21: Prometeu e cumpriu? 100

Figura 22: Iniciou-se a construção do edifício do Grupo Escolar "José Guilherme", em Bragança 103

Figura 23: Pela conclusão das obras do Grupo Escolar "José Guilherme" de Bragança 104

Figura 24: Foi condenado o prédio em que funciona o Grupo Escolar "José Guilherme" 107

Figura 25: Um apelo de Bragança 108

Figura 26: Ação meritória de Rubens do Amaral 110

Figura 27: Ficha de prédios escolares 112

Figura 28: Discurso de Rubens do Amaral (1/7) 116

Figura 29: Discurso de Rubens de Amaral (2/7) 117

Figura 30: Discurso de Rubens de Amaral (3/7)..... 118

Figura 31: Discurso de Rubens de Amaral (4/7) 119

Figura 32: Discurso de Rubens de Amaral (5/7) 120

Figura 33: Discurso de Rubens de Amaral (6/7) 121

Figura 34: Discurso de Rubens de Amaral (7/7) 122

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1: Presidentes eleitos da Câmara entre 1890 e 1930 58

QUADRO 2: Interventores nomeados entre 1931 e 1937, em Bragança 59

QUADRO 3: Sobrenome das alunas do 1° Ano do Grupo Escolar José Guilherme em 1928 83

SUMÁRIO

LISTA DE ILUSTRAÇÕES 7

LISTA DE QUADROS 8

INTRODUÇÃO 12

1. A pesquisa 13

2. Aporte teórico-metodológico 16

3. Fontes primárias 24

3.1 Periódicos 25

3.1.1 Jornais 25

3.1.2 Almanaques e anuários 25

3.2 Fotografias, pranchas gráficas, desenhos e mapas da cidade de Bragança 26

3.3 Acervo documental da E.E. José Guilherme 26

4. Situando os periódicos locais 27

5. Discussão teórico-metodológica 31

6. Estrutura do trabalho 32

CAPÍTULO I - O CONTEXTO DE IMPLANTAÇÃO DOS GRUPOS ESCOLARES NO BRASIL 34

1.1 A virada do século: de XIX para o XX 35

1.2 As primeiras décadas do século XX 38

1.3 Reformas educacionais brasileiras 42

1.3.1 Reformas educacionais: Século XIX e primeiras décadas do Século XX 43

CAPÍTULO II: A CIDADE DE BRAGANÇA 54

2.1 Bragança: sob as luzes do progresso? 55

2.2 A instrução pública em Bragança até a implantação das "Escolas Reunidas de Bragança" 66

CAPÍTULO III: O GRUPO ESCOLAR JOSÉ GUILHERME 73

3.1 As origens do Grupo Escolar José Guilherme: uma breve aproximação 74

3.2 Os anos iniciais de funcionamento do Grupo Escolar José Guilherme: por entre seu acervo documental 74

3.3 O movimento de reivindicação pela construção do novo prédio 90

3.4 Aproximando-se de Rubens do Amaral e Zeferino Vasconcellos: por entre um discurso 115

3.5A localização do Grupo Escolar na trama urbana bragantina 126

CONSIDERAÇÕES FINAIS 130

REFERÊNCIAS 134

INTRODUÇÃO

Figura 1: Escola Estadual José Guilherme
Data maio de 2012
Fotógrafa Karla Cristiny Moraes da Silva

1. A pesquisa

Este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), do curso de Pedagogia, da Universidade São Francisco (USF), *campus* Bragança Paulista, originou-se de uma pesquisa no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Ao todo, foram dois anos de pesquisa; de aprofundamento teórico, de levantamento e análise de fontes primárias e produção teórica.

A justificativa de nosso trabalho ancorou-se nas potencialidades que se abrem para a história da educação com a pesquisa de possíveis conexões entre a cidade e a escola. Nesse sentido, o projeto situou-se na área da história da educação com ênfase no entrecruzamento de temáticas relativas à cultura, à cidade e à escolarização na modernidade.

O recorte privilegiado foi fins do século XIX (1880) e primeiras décadas do século XX (1943), porque focalizamos o processo crescente de escolarização do cotidiano, a partir de interfaces entre o campo educacional e outros campos do saber (arquitetônico, médico, jurídico, dentre outros). Abordamos, sobretudo, o período marcado por avanços da modernidade, tais como: a urbanização, a violência, a industrialização, a oferta de novos produtos e serviços, a laicização do Estado, a privatização do espaço público e a valorização de uma educação política dos sentidos. Pressupomos que tal processo contribuiu para a conformação de ideias que ancoraram, por exemplo, iniciativas relativas tanto à formação docente e definição de saberes escolares quanto a um dado olhar sobre a cidade, as manifestações culturais e os modos particulares de conceber o tempo e o espaço urbano.

Em particular, tomamos como objeto de estudo o Grupo Escolar José Guilherme, fundado em 1925, na cidade de Bragança[1]. Escolhemos tal grupo principalmente pelo o ineditismo do tema; não existem trabalhos que se voltaram para a sua história. Na esteira dessa perspectiva, uma possível contribuição de nossa pesquisa para a história de Bragança foi (re)construir uma história dessa instituição de ensino, pois, como percebemos no trabalho com as fontes, os anos iniciais de funcionamento desse grupo tendiam ao esquecimento.

Importante situar que inicialmente compreenderíamos apenas as duas primeiras décadas do século XX, mas, devido às descobertas no decorrer dos trabalhos de pesquisa com as fontes primárias, optamos por estender esse período por mais de duas décadas.

---

[1] Optamos por suprimir o termo "Paulista" quando nos referirmos à cidade de Bragança, pois a denominação legal de Bragança Paulista veio apenas em 30 de novembro de 1944, quando viu-se necessário para diferenciá-la de uma cidade do Pará de mesmo nome.

Acreditávamos que o Grupo Escolar José Guilherme havia sido fundado em 1920, quando, na realidade (conforme as fontes encontradas), as escolas isoladas que deram origem ao grupo foram reunidas administrativamente em 1921 e somente em 1922 passaram a funcionar no mesmo prédio. Quanto à denominação de Grupo Escolar, só veio com o Decreto de criação de 5 de fevereiro de 1925, ano em que também recebeu como patronímico a figura de José Guilherme (FRANCESCHI; SILVA; GUIMARÃES, 2012)[2].

A principal dificuldade encontrada no decorrer da pesquisa foi a falta de documentação da própria instituição de ensino que tratasse de seu surgimento e funcionamento nas duas primeiras décadas após a reunião das escolas isoladas. Este foi um dos principais motivos, responsável direto, pela adaptação do nosso projeto inicial. Não identificamos registros escolares sobre o casarão onde o grupo funcionou até a edificação e inauguração do novo prédio (1922-1943). Por outro lado, encontramos no acervo da escola recortes de jornais que possibilitaram problematizar o movimento de reivindicação para a construção do novo prédio, no qual a instituição funciona ainda hoje.

Diante desse impasse, tomamos como fontes primárias principais os periódicos que circularam na localidade no período recortado e o acervo da própria escola, bem como fotografias e mapas da cidade de Bragança. Foi um longo trabalho de identificação e análise dos diferentes exemplares de jornais bragantinos publicados entre 1880 e 1943, além de folhetins, almanaques, anuários, presentes no acervo do Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa em História da Educação (CDAPH), da Universidade São Francisco, *campus* Bragança Paulista. Além do CDAPH, trabalhamos com os acervos do Museu Oswaldo Russomano, do Conselho Municipal de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural de Bragança Paulista (CONDEPHAC) e da Escola Estadual José Guilherme. Fotografamos toda a documentação que despertou interesse à nossa pesquisa. Ao todo, organizamos um acervo digital com mil fotos. Levantamos também mapas e fotos da cidade nesse período, conseguidos, principalmente, por meio de outras pesquisas que se ocuparam da história de Bragança.

Importante ressalvar que nessa pesquisa, em princípio, nos propusemos a estudar a arquitetura do grupo escolar, na tentativa de rastrear as implicações que sua racionalidade funcional e suas características físicas trariam à conformação de posturas, de gestos, de

[2] FRANCESCHI, Marcello; SILVA, Karla Cristiny Moraes; GUIMARÃES, Maria de Fátima. **O Grupo Escolar José Guilherme:** da arquitetura à histórias e memórias urbanas. Bragança Paulista, 2012 (no prelo).

olhares, de movimentação e ritmo de respostas corporais no espaço escolar e para além desse espaço. Entretanto, além de não ter sido possível encontrar registros sobre o casarão onde funcionou o Grupo Escolar José Guilherme até a construção do novo prédio (1936-1943) que nos permitissem uma reflexão sobre essa questão, outro fator nos instigou: rastrear e compreender o processo de implantação desse grupo.

Isso significa dizer que, ao invés de colocarmos a arquitetura escolar do grupo como nosso foco de pesquisa, voltamos nosso olhar para a trajetória histórica de sua criação, implantação e funcionamento na cidade de Bragança.

Assim, delimitamos como nosso objetivo principal: compreender como se deu o processo de criação e instalação desse grupo, problematizando os processos, por vezes tensos e conflituosos, imbricados em tal acontecimento, entre fins do século XIX (1880) e primeiras décadas do século XX (1943).

Nossas questões iniciais foram, dessa maneira, sendo reelaboradas, modificadas, da mesma forma que outras tantas foram surgindo. Pontuamos aqui que, ao longo do trabalho, propusemo-nos a traçar possíveis respostas para perguntas, tais como: de que forma emergiu a necessidade de implantação de um novo grupo na cidade[3]? Como foi esse processo de implantação? O que justificaria a escolha do patrono? Por que foi necessária a construção de um novo prédio para funcionamento do grupo? Quais os meios utilizados para conseguir esse fim e quais os embates que emergiram nesse percurso? Por que a edificação acabou sendo erguida no bairro do Lavapés, que é uma área rebaixada, pouco valorizada, da cidade naquela época e ainda nos dias atuais? Qual é, então, a origem social das crianças as quais o grupo se destinava a atender? Como era a relação entre os dois grupos da cidade, sendo que um se localizava no centro e outro passou a funcionar numa região periférica na trama urbana? Por fim, quais foram às implicações desses processos nas redes de sociabilidades da população bragantina, bem como quais foram os seus impactos nas sensibilidades dessa população?

Para atingir nossos objetivos, trabalhamos no sentido de compreender a transição dos séculos XIX e XX, a fim de contextualizar o momento de implantação do modelo Grupo Escolar no Brasil. Estudamos também a evolução da trama urbana da cidade de Bragança nesse período, a fim de rastrear a implantação do Grupo Escolar José Guilherme e os embates pela construção do novo prédio, compreendendo a cidade como "[...] um espaço social prenhe de significados [...] marcado por ambigüidades; [onde] qualquer alteração em um dos pontos

[3] Antes da implantação do Grupo Escolar José Guilherme já funcionava na cidade o Grupo Escolar Dr. Jorge Tibiriçá, criado em 1897.

de sua trama produz ressonâncias nas práticas culturais, nas sensibilidades e nas redes de sociabilidades urbanas" (BUENO, 2008). E, por meio de toda a documentação pesquisada (periódicos, fotografias, mapas, pranchas, listas, processo de tombamento etc), construímos uma história do nosso objeto de estudo, dessa instituição educacional da cidade – o Grupo Escolar José Guilherme – que funciona ainda hoje como uma das escolas estaduais do município.

2. Aporte teórico-metodológico

Realizamos uma criteriosa revisão bibliográfica sobre a temática que nos propusemos a estudar. Dentre as obras estudadas, trazemos na sequência, aquelas que nos mobilizaram e instrumentalizaram sobre maneira na trajetória dessa pesquisa.

A fim de construir um olhar sobre o papel da escola na virada do século (as pretensões dos republicanos) e o contexto histórico e social vivido, lemos *O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso,* de Nicolau Sevcenko (1998) – a introdução ao terceiro volume do livro *História da Vida Privada no Brasil*. Tomá-lo como referencial teórico nos permitiu traçar um panorama econômico, político e social do período em que se deu a implantação dos grupos escolares no Brasil, pois discute como a sociedade estava vivenciando a mudança de seus hábitos e costumes, entre os séculos XIX e XX, diante da Revolução Científico – Tecnológica.

No livro *Virando Séculos,* Costa e Schwarcz (2000) trazem a virada do século XIX para o XX, apontando as mudanças sofridas pela sociedade da época com toda a ambigüidade que o progresso impunha. Assim, na obra aponta-se tanto os marcos das descobertas científicas da Revolução Científico-Tecnológica, como problematiza-se os outros lados da modernidade na época: a relação dominantes-dominados, na sociedade capitalista.

A obra *A escola e a República e outros ensaios,* de Marta Maria Chagas de Carvalho (2003), discute a questão da escola como um marco de transição entre o século XIX e o XX, apontando que a visibilidade que dar-se-ia ao novo sistema implicava tanto numa nova arquitetura escolar quanto em mudanças na própria didática e no problema crucial de formação dos professores nas Escolas Normais para atuarem nos Grupos Escolares.

Estudamos o contexto do século XIX, partindo do pressuposto de que os processos de transições, mudanças, rupturas e continuidades, não se dão de maneira estanque.

José Gonçalves Gondra e Alessandra Schueler (2008) escreveram *Educação, poder e sociedade no Império brasileiro* que representa uma síntese da educação brasileira no Império. Destacam no decorrer da obra, aspectos, tais como: "[...] os projetos para a Nação e os marcos cronológicos adotados para a análise, a reflexão sobre pluralidade de formas, ações e forças educativas e, finalmente, as relações entre o modelo escolar e a construção e os projetos políticos voltados para a 'invenção' do Brasil" (p. 289).

Nessa direção, lemos também *História da Educação Brasileira: Leituras*, de Maria Lucia Spedo Hilsdorf (2011). A obra foi escrita cobrindo desde a ação jesuítica até os dias atuais, percorrendo assim a tradicional divisão da história brasileira em Colônia, Império e República, no entanto, com uma periodização própria, ao tomar como enfoque os marcos da relação escola-sociedade. Ao dialogar com a biografia clássica e a mais recente sobre a temática, ofereceu-nos uma pluralidade de perspectivas.

Consultamos estudos significativos para compreender melhor a transição do modelo das escolas isoladas para o dos grupos escolares, aludindo a uma reflexão sobre as Reformas ocorridas no cenário educacional na virada do século XIX para o XX.

Para tanto, lemos o artigo de Jane Soares de Almeida (2011), intitulado *Currículos da Escola Normal Paulista (1846-1920): Revendo uma Trajetória,* no qual descreve como se deu a instrução primária em São Paulo, começando na sociedade ainda imperial até a Reforma Caetano de Campos (República). Sobre esta reforma, a autora se aprofunda significativamente, apontando as mudanças no sistema educacional paulista que decorreram da mesma.

Marta Maria Chagas de Carvalho (2000), no *Reformas da Instrução Pública,* um dos artigos do livro 500 anos de educação no Brasil, apresenta a influência política no sistema de ensino que estava sendo criado no alvorecer da república. Menciona e discute as reformas importantes na educação e afirma que a reforma da instrução pública passa a ser uma estratégia política. A autora traça ainda, todo o ciclo da história das Reformas da Instrução Pública no Brasil, da Proclamação da República à década de 1920 e finaliza o artigo citando o confinamento político imposto a Fernando de Azevedo por sua explícita vinculação à facção oligárquica paulista inimiga de Vargas. Aponta sua reforma como marco divisor, visto que antecipadora e subsidiária do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova e, além disso, a considera como fecho do ciclo da história das Reformas da Instrução Pública no Brasil.

O artigo *Grupos Escolares no Brasil: um novo modelo de escola primária*, de Marcus Levy Albino Bencostta (1986), pertence à uma obra composta por uma série de trabalhos sobre a História da Educação, organizado por Maria Stephanou e Maria Helena Camara Bastos. No volume III, o autor escreve como ocorreu a implantação de um modelo de escola pública primária no Brasil, na transição entre os séculos XIX e XX, em que eclodiu a necessidade de instruir a população, tendo por trás dessa ideia, pressupostos civilizatórios europeizantes. Assim, o autor discorre sobre tal assunto, introduzindo a formação dos grupos escolares na realidade histórica da educação brasileira.

O livro *A Educação nas Constituintes Brasileiras (1823-1988)*, organizado por Osmar Fávero (2001), apresenta uma série de estudos sobre as Constituições brasileiras entre o século XIX e XX. Particularmente, focamo-nos em dois destes estudos. O primeiro intitulado *A Relação Educação-Sociedade-Estado pela Mediação Jurídico-Constitucional* foi escrito por Carlos Roberto Jamil Cury, José Silvério Baía Horta e o próprio Osmar Fávero (2011). No texto, os autores pontuam as questões relativas a descentralização x centralização, gratuidade do ensino primário, a elitização, a laicidade dos estabelecimentos públicos e outras. Além disso, analisam a Constituição de 1891 relacionando-a com a Constituição Imperial de 1824, as emendas constitucionais, o Manifesto Republicano etc. O segundo estudo no qual nos detemos foi *A Educação na Constituinte de 1890-1891 e na Revisão Constitucional de 1925-1926: Comentários*, tecido por Alberto Venâncio Filho (2011) que trata, numa abordagem jurídica, da Constituição de 1891, buscando não perder de vista os condicionamentos sociais, políticos e culturais da época.

Buscando ainda uma melhor compreensão do que abrange a cultura escolar, lemos o capítulo *A memória da experiência escolar como objeto de estudo*, de Maria Lícia dos Santos (2010), que faz parte do trabalho de mestrado em História, apresentado à UnB em 2002 sob o título *Se não me falha a memória... Representações da Experiência Escolar em Jaraguá - (1927/1999).* O referido capítulo trata da memória escolar como promotora de uma herança cultural, ligada à construção de valores do espaço escolar, bem como considera que as práticas educacionais são um espaço onde se definem relações de poder.

Educação e Poder: a "pedagogia do conflito" é um capítulo do livro *Pensamento Pedagógico Brasileiro*, de Moacir Gadotti (1998), no qual o autor colocou em discussão a formação do professor e sua atuação na sociedade de conflito em que se insere. Gadotti, nesse trabalho, comenta e pontua as contribuições de filósofos que trouxeram discussões e obras

notáveis para o campo da reflexão acerca da educação, como Marx e Engels. No final desse capítulo, Gadotti traz considerações sobre o livro seu: *Educação e Poder: introdução à pedagogia do conflito.*

A cultura escolar como objeto histórico é um artigo escrito por Dominique Julia (2001), publicado na Revista Brasileira de História da Educação. Neste texto pode-se encontrar uma definição clara do que é cultura escolar e a defesa que a mesma não pode ser vista isoladamente, sem considerar outros fatores. Afinal, segundo o autor, a "[...] cultura escolar não pode ser estudada sem a análise precisa das relações conflituosas ou pacíficas que ela mantém, a cada período de sua história, com o conjunto das culturas que lhe são contemporâneas: cultura religiosa, cultura política ou cultura popular" (JULIA, 2001, p. 10).

Buscamos também trabalhos que abordam Grupos Escolares brasileiros, como: *O Grupo Escolar de Itaúna: a construção do primeiro grupo escolar da cidade de Itaúna,* dissertação escrita por Vânia de Araújo Silva (2010), que pontua como se constituiu a primeira escola primária na cidade de Itaúna, em Minas Gerais. A autora buscou aportes na história da educação e legislação vigente entre os séculos XIX e XX, traçando em seu trabalho um panorama geral sobre a instrução pública e a criação dos grupos escolares, em seguida aprofundou os estudos na educação em Itaúna e buscou analisar os sujeitos que dão vida à escola: alunos, diretores, professores etc. É preciso salientar que seu trabalho voltou-se para o estudo da cultura escolar do Grupo de Itaúna.

Fernanda Cristina Campos da Rocha (2008) escreveu a dissertação *A Reforma João Pinheiro nas práticas escolares do Grupo Escolar Paula Rocha/ Sabará* (MG), que teve por objetivo investigar e compreender a implantação da Reforma João Pinheiro a partir dos impasses dos alunos em concluir o primário em quatro anos e da grande retenção no 1° ano do curso, no Grupo Escolar Paulo Rocha, da cidade de Sabará, entre 1907 e 1916. Assim, investigou a história da educação brasileira e também o campo temático da história das instituições educacionais. Enfocando o cotidiano do grupo, a pesquisadora fez um confronto entre as fontes e a legislação de ensino vigentes à época estudada. A pretensão da pesquisa foi conhecer mais detalhadamente os desdobramentos da Reforma nas práticas dos sujeitos envolvidos no cotidiano da instituição e, a partir daí, detectar quais as possíveis causas do grande número de reprovação de seus alunos, o que fazia com que os mesmos permanecessem por longos anos nos bancos escolares do grupo estudado. A dissertação representa uma contribuição significativa para os estudos que abordam a cultura escolar.

Maria de Fátima Guimarães Bueno (2008), em seu artigo *A história da educação: a cidade, a arquitetura escolar e o corpo*, privilegiou o Grupo Escolar Dr. Jorge Tibiriçá, criado em 1897 em Bragança Paulista, para problematizar o estudo da arquitetura escolar, na virada do século XIX para o XX, nas potencialidades que se abrem para a história das sensibilidades, buscando prováveis conexões entre a arquitetura escolar, a cidade e o corpo.

Investigamos a existência de um denominado "currículo oculto" no processo de escolarização e, para tanto, lemos *Currículo, Espaço, e Subjetividade: a arquitetura como programa*, de Antonio Viñao Frago e Agustín Escolano (2001), um livro que apresenta o espaço-escola como mediador cultural em relação aos esquemas cognitivos e motores, como uma fonte de aprendizagem. Os autores pontuam a arquitetura escolar como uma "forma silenciosa de ensino", ou seja, a questão do espaço implica em conhecimento e identidade. Ainda mais, pode-se notar na obra a questão de a arquitetura escolar propor um repertório de sensações que são inscritas no corpo das crianças e que são levados adiante. Frago e Escolano distinguem espaço, lugar e território, a fim de esclarecer melhor a edificação escolar, como um espaço-escola.

Medicina, Higiene e Educação Escolar, é um texto escrito por José Gondra (2000), que faz parte do livro 500 Anos de Educação no Brasil, Elaine Marta Teixeira Lopes e Cyntia Greive Veiga. Neste texto, José Gondra trata da história da educação brasileira e a influência de médicos higienistas na educação escolar, assim como aponta o saber médico como influente sobre a arquitetura escolar, o ensino e até sobre a prática e aprendizado. O higienismo apresentou um novo modelo de organização escolar a partir do século XIX, como pontua o autor, e traz uma nova arquitetura que "evitaria que as escolas continuassem a ser fábricas de míopes" (GONDRA, 2000, p. 532).

No livro *As lentes da história: estudos de história e historiografia da educação no Brasil,* escrito por Diana Gonçalves Vidal e Luciano Mendes de Faria Filho (2005), focamo-nos no capítulo 2, que tem por título *Os tempos e os espaços escolares no processo de institucionalização da escola primária no Brasil* em que os autores levantam a questão das "casas-escola", das "escolas-monumentos" e das "escolas funcionais".

Com objetivo de melhor compreender o termo "modernidade" e suas características, trabalhamos o texto *Paris, Capital do século XIX,* que foi escrito por Walter Benjamin (1989), no ano de 1935 e publicado, pela primeira vez, 20 anos depois, como a "abertura" do trabalho das *Passagens*. A ideia central do texto gira em torno das "galerias", das "passagens", como

imagens de um "livro aberto" que pode ser lido e interpretado. Na quinta parte do texto, Benjamin traz, mais especificamente, Baudelaire (poeta e teórico da arte francesa) que escreve sobre as transformações que ocorreram em Paris e sobre como, na modernidade, é impossível estabelecer relações permanentes, visto que, com a modernização das cidades, ocorreram mudanças nas relações sociais, as pessoas não mais se conheciam, eram só mais "um passante" que talvez nunca mais se veriam novamente.

Edward Palmer Thompson (1998), no texto *Tempo, disciplina de trabalho e capitalismo industrial,* propõe que a nova disciplina industrial (isso a partir do século XVIII) impôs a necessidade de um mundo do trabalho onde as atividades deveriam passar a ser organizadas por um tempo medido e determinado pelo relógio. O autor identificou que "[...] na sociedade capitalista madura, todo o tempo deve ser consumido, negociado, utilizado" (THOMPSON, 1998, p. 298), pois é uma sociedade marcada pela sensação de aceleração do tempo e encurtamento das distâncias.

Buscando apreender os períodos da história das edificações dos prédios escolares paulistas, lemos o livro de Ester Buffa e Gelson de Almeida Pinto (2002), *Arquitetura do Espaço e Propostas Pedagógicas dos Grupos Escolares, 1893/1971.* A obra é subdivida em 4 capítulos, referentes aos 4 momentos da história da edificação das escolas públicas paulistas a partir da República, considerando que nos anos de 1970 se deu a extinção dos Grupos Escolares. Assim, são eles: 1890-1920; década de 30; 1949-1954; e anos 60. Em cada capítulo, os autores focalizaram o órgão publico responsável pelo planejamento e construção dos edifícios escolares, bem como os principais arquitetos envolvidos, a inclusão de educadores nas Comissões organizadas para esse fim ou, ainda, a influência de determinadas concepções pedagógicas, em cada um desses períodos. Consideraram também aspectos como: "[...] o estilo, a sofisticação dos acabamentos, a proposta de organização do espaço, os materiais e as técnicas construtivas utilizadas, a existência ou não de plantas-tipo, a consideração ou não da escala da criança, o diálogo do edifício com a cidade e o da escola com a sociedade" (BUFFA; ALMEIDA PINTO, 2002, p. 25).

Buscando nos aproximar mais da história de Bragança, principalmente dentro do recorte privilegiado, consultamos trabalhos que se debruçaram sobre questões, digamos aqui, à título de objeto, bragantinas, como: *O corpo e as sensibilidades modernas: Bragança (1900-1920)*, de Maria de Fátima Guimarães Bueno (2007). Nesta obra, que é sua tese de doutorado, Bueno aponta e discute questões que giram em torno das sensibilidades relativas

ao corpo que perpassaram o dia-a-dia, o cotidiano, da cidade de Bragança, entre fins do século XIX e início do XX.

Andrea Luri Ishizu (2009), em sua dissertação de mestrado *Evolução da malha urbana e a arquitetura de Bragança Paulista: 1884-1967*, discorre sobre o processo de urbanização da cidade de Bragança Paulista, tomando como referencial o período entre a inauguração (1884) e a desativação (1967) da estrada de ferro bragantina, visto que esta representou um dos importantes condicionantes de crescimento do município nesta época, conforme seus estudos. Para investigar a arquitetura e a evolução da malha urbana da referida cidade, utilizou de diversas fontes, tais como: mapas, plantas de arquitetura e de loteamento, fotografias, leis e livros.

O *Trabalho de Conclusão de Curso* de Maria Olyntha B. Barletta (1943), apresentado à Escola de Serviços Social da PUC/SP, contempla uma visão geral sobre a cidade de Bragança na época de sua redação. Nesse sentido, apresenta excertos sobre diversas instituições (escolas, clubes, teatros, sociedades etc.) existentes na cidade em 1943.

Também nos preocupamos com a construção de um aporte teórico-metodológico que subsidiasse o trabalho de levantamento, cortejo e análise das fontes documentais. Dessa maneira, levantamos também autores que nos possibilitaram refletir sobre o próprio papel que estamos nos aventurando a desempenhar: o de historiador.

Para ampliar nosso olhar de pesquisador sobre instituições educativas, lemos *Tecendo nexos: história das instituições educativas,* de Justino Pereira Magalhães (2004), que levanta um conjunto significativo de reflexões e posicionamentos teóricos, bem como sugestões metodológicas para pesquisas sobre a História das Instituições Educativas. Outra questão importante pontuada no livro é a tessitura de nexos epistemológicos entre três instâncias fundamentais: educação, instituição educativa e história da educação.

Especificamente a fim de repensar e definir o ofício do historiador, lemos *Apologia da História ou o Ofício do Historiador*, de Marc Bloch (2002).

Em 1944, Bloch é preso e escreve dois livros no período de cárcere. O primeiro, *A estranha derrota*, associando as experiências nas duas guerras, fala sobre a derrota francesa em 1939. O segundo, sobre o qual trabalhamos, é a *Apologia da História ou o Ofício do Historiador*, que se trata de uma obra que não teve tempo de terminar, mas que traz reflexões sobre método, objeto e documentação histórica.

Eric Hobsbawm (1998) escreveu o livro *Sobre História* que apresenta uma coleção de ensaios nos quais o autor traça reflexões sobre a prática e a teoria da disciplina histórica. Da obra nos detemos em especificamente dois ensaios. Um primeiro, intitulado *A volta da narrativa*, em que Hobsbawm traz a crítica a modelos essencialmente econômico-deterministas de explicação histórica (uma forma de conceber história que coloca a movimentação da sociedade de forma mecânica).

O segundo ensaio que lemos de Hobsbawm (1998) foi *Não basta a história da identidade*, no qual o autor apresenta um debate sobre o relativismo de certas modas intelectuais correntes, ditas "pós-modernas". Dessa forma, é discutido a questão da universalidade e da identidade histórica, aludindo ao exemplo de uma conferência internacional sobre a memória dos massacres alemães na 2ª Guerra Mundial. A conclusão de Hobsbawm sobre a polêmica questão pode ser traduzida na justificativa de que não é porque um historiador dará com um fato particular que ele deixará de lidar com a história como um todo, ou seja, ele deve "se posicionar em favor do universalismo" (HOBSBAWM, 1998, p. 292).

Em um dado momento da pesquisa percebemos como necessário refletir também sobre o próprio conceito do que é História. Para tal lemos *O que é História*, de Vary Pacheco Borges (1993). Nesta obra, a autora discute não apenas a definição do que é História, mas também sua importância para a sociedade. Aponta, nesse sentido, que hoje a História não objetiva mais simplesmente explicar um passado distante e morto, e sim que ela pode contribuir para explicar a realidade e, ao mesmo tempo, para transformá-la.

A fim de refletirmos sobre como trabalhar com o registro histórico e, em particular, com as fontes periódicas pesquisadas, lemos *Notas de lugar nenhum: sobre os primórdios da escolarização* moderna, de David Hamilton (2001). Este artigo foi publicado na Revista Brasileira de História da Educação e trata da complexidade do registro histórico, apontando que nem sempre os registros escolares correspondem às práticas cotidianas. Outra questão interessante desse texto é a defesa de a história da escolarização não ser idêntica à história da educação. Nele o autor traça as diferenças entre pedagogia e didática.

Documento/Monumento é um texto escrito por Jacques Le Goff (1984), no qual traz definições de documento e monumento que vieram sendo construídas no decorrer da história. Traduzindo seu objetivo, o autor acaba explicitando como uma das singularidades do historiador a prática de transformar o monumento em documento. O monumento é uma

tentativa de perpetuar a memória coletiva de uma data época, cabendo ao historiador traçar uma crítica interna a ele, a fim de encontrar as condições de produção e sua intencionalidade consciente ou não, e assim transformá-lo em documento.

A História dos, nos e por meio dos periódicos, de Tania Regina de Luca (2005), faz parte do livro *Fontes Históricas*, organizado por Carla Bassanezi Pinsky. No texto, a autora traça o caminho percorrido pelo historiador, ao longo dos tempos, quanto a utilização de periódicos na construção do saber histórico, desde sua total desconsideração até sua centralidade nesse processo. Para tanto, inicialmente, aborda a renovação dos temas das problemáticas e dos procedimentos da História e depois, conforme cada secção do artigo, apresenta pesquisas brasileiras que tomaram como objeto a imprensa.

Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa é um artigo de Heloísa de Faria Cruz e Maria do Rosário da Cunha Peixoto (2007), no qual as autoras problematizam usos correntes que historiadores fazem da imprensa como fonte de pesquisa e, nesse sentido, propõem reflexões sobre os procedimentos teórico-metodológicos, bem como sugerem um roteiro interessante para esse trabalho.

3. Fontes primárias

Pesquisamos em periódicos da época e em outras fontes primárias localizadas no acervo do CDAPH, no acervo da Escola Estadual José Guilherme, no Museu Municipal Oswaldo Russomano e no acervo do Conselho Municipal de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural de Bragança Paulista (CONDEPHAC), depositado na Secretaria Municipal de Cultura e Turismo de Bragança Paulista.

Neste sentido, uma das contribuições dessa pesquisa foi a sistematização de fontes de origem e natureza diversas que, em sua maior parte, não haviam sido, até o momento, consultadas. Fotografamos digitalmente toda a documentação de interesse para a pesquisa, criando, dessa forma, um acervo digital sobre a temática com centenas de fotografias, mapas, recortes de jornais, desenhos e alguns documentos do acervo escolar.

3.1 Periódicos

3.1.1 Jornais

Pesquisamos os seguintes jornais[4]: *O Beija-Flor* (1916), *Bragança-Jornal* (1927-1931), *Bragança Jornal Diário* (1932), *O Guarripocaba* (1877-1889), *A Notícia* (1905-1907), *Quinze de Novembro* (1889), *O Bragantino* (1877-1932), *Cidade de Bragança* (1904-1944), *Gazeta de Bragança* (1894) e *A Tribuna* (1934), *Athenea* (1922) e *O Ferrão* (1906-1910).

No acervo do CDAPH encontramos uma dificuldade que comprometeu nossos objetivos: entre 1930 e 1943 havia pouquíssimos títulos de jornais sobre o período. Como então compreender o período em que se deu a projeção e a construção do novo prédio do Grupo Escolar José Guilherme? Vislumbramos um novo caminho no acervo documental da própria escola, que guardava em seu pequeno acervo recortes de jornais[5] sobre o referido período.

Pontuamos que o trabalho com os jornais deu-se em dois movimentos. Inicialmente, identificamos, analisamos e selecionamos diversos artigos de jornais que copiamos em nossos acervos digitais. Tal procedimento era muito vagaroso, então passamos a fotografar digitalmente os artigos de nosso interesse, sem flash, preocupados em não causar danos ao acervo.

Investigamos tais periódicos especialmente buscando questões relacionadas ao "progresso" da cidade de Bragança e a educação escolar na cidade.

3.1.2 Almanaques e anuários

Pesquisamos, também no CDAPH, o *Almanack de Bragança para 1900*, editado por José Maria; o *Annuario de Bragança para 1902*, organizado por José Maximo Pinheiro Lima; o *Annuario de Bragança para 1904*, organizado e redigido por Cyro Junior e N. Asprino Junior; o *Almanach Bragantino para 1914*, organizado por uma papelaria existente na época denominada Papelaria Almeida; e o *Almanach Paulista para 1918*, organizado por Jorge Pires de Godoy.

---

[4] Vale ressaltar que consultamos os periódicos entre 1877 e 1943 presentes no acervo do CDAPH.
[5] Encontramos recortes específicos da *Folha da Manhã*, publicada em São Paulo, entre 1936 e 1943.

Esses almanaques e anuários traziam informações sobre o cotidiano da cidade (Polícia, Prefeitura, Igreja, Comércio, Escolas etc.).

Pesquisamos os periódicos locais da época à procura de conflitos, tensões, embates na cidade em especial ligados ao contexto educacional.

3.2 Fotografias, pranchas gráficas, desenhos e mapas da cidade de Bragança

Identificamos fotografias, pranchas gráficas e mapas da cidade de Bragança pertencentes ao período de anos da primeira metade do século XX.

Pontuamos que nosso trabalho de análise quantos as imagens coletadas foi no sentido de identificar questões como: De que forma foram distribuídos os espaços institucionais da cidade? Como se deu a evolução de trama urbana de Bragança? Onde se localizavam as diferentes instituições bragantinas, como clubes, igrejas, associações, teatros e, principalmente, escolas? Dentre outras questões.

3.3 Acervo documental da E.E. José Guilherme

Ressaltamos que foi localizado um pequeno acervo documental na Escola Estadual José Guilherme. Nele identificamos poucos documentos escolares que pertenciam as primeiras décadas de funcionamento do Grupo Escolar.

Dentre as fontes que digitalizamos no período de 1921 a 1945, estão: a lista do 1° ano A (feminino) de 1928; uma cópia datilografada do discurso de Rubens de Amaral como paraninfo de uma classe de diplomados do grupo; uma Ficha preenchida com dados sobre o estado físico do prédio da instituição de ensino, direcionada ao "Departamento de Educação"; duas breves bibliografias do patrono da escola "José Guilherme Christiano" (sem autoria); a lista de professores (adjuntos, substituto interino, substitutos efetivos, substitutos leigos, efetivos, ofas e eventuais) de 1920 a 1955; algumas fotos do 1° ano de 1929; diversos recortes de jornais; e os Atos n° 82 e 84, de 5 de novembro de 1935.

Ainda restavam outras fontes importantes para nossa pesquisa a serem digitalizadas, como a planta do novo prédio, mas aconteceu que, logo após um período de férias (final de

2011), os funcionários da instituição tentaram reorganizar a documentação escolar e, nesse processo, alguns documentos foram retirados do local onde se encontravam. Se houvessem apenas sido remanejados para outro local, não haveria problema. A questão é que tais documentos se extraviaram. Revisitamos a escola várias vezes, em busca desses documentos, mas, mesmo com a ajuda de alguns funcionários, procuramos em vão.

Trabalhamos assim como o material que conseguimos digitalizar. O acervo escolar foi de extrema importância para a realização dessa pesquisa, pois nos permitiu vislumbrar muitas questões e vestígios durante sua investigação.

4. Situando os periódicos locais

No período privilegiado, o hábito da leitura impregnou paulatinamente o cotidiano da população. Muitos periódicos começaram a surgir nas cidades, trazendo consigo notícias dos mais distantes lugares, além de propagandas dos mais variados produtos e serviços (BUENO, 2008). A imprensa alçou ao *status,* em Bragança, de um dos símbolos do progresso e do avanço da civilização. Fato registrado no testemunho que identificamos no seguinte editorial do jornal *O Guaripocaba* (31/08/1879, Ano III, n. 126, p. 1):

> [...] Sem o apoio popular não existiria imprensa; sem imprensa não haveria jornaes nem leitura facil , commoda e barata.
> Conclue-se d'aqui que o jornal é uma entidade necessaria ao viver das modernas sociedades : è o evangelizador do povo, o vehiculo da opinião , o archote da civilização. Sem imprensa não haveria progresso possivel.
> A cultura e adiantamento dos povos sempre se afere pelo numero de jornaes que sustentam: assim, a Suissa, os Estados Unidos, a Alemanha, a França, a Inglaterra e Belgica são considerados os paizes mais civilizados, porque fazem circular pelas massas populares maior numero de folhas e impressos.
> [...] Na esphera curta e acanhada em que naturalmente vive uma empreza local, o nosso jornal, em pontos minimos, vê tambem de anno a anno crescer o numero de seus leitores: prova de que o amor da leitura se vae desenvolvendo entre nós.
> A imprensa, porem, em logares pequenos, está subjeita a mil contratempos. Mal firmada, qualquer tufão a faz pender.
> [...] O jornal não è palmatoria do mundo. Sua missão é mais nobre e elevada: convencer, persuadir, moralisar e instruir por meios brandos e reflectidos.

Pela lógica trazida nesse editorial, a "cultura" e o "adiantamento" do povo eram considerados diretamente proporcionais ao número de periódicos que circulavam na

localidade. A imprensa era simplesmente considerada indispensável ao progresso da sociedade. Consonante a esse discurso, destacamos uma notícia de outro jornal bragantino. Logo na primeira página do periódico *A Notícia*, encontramos uma carta aberta do redator, o Sr. Stylita Junior:

> O povo precisa ler, mas ler bastante, pois a imprensa é uma fonte de intrucção ao alcance de todos: a imprensa representa um papel preponderante nas sociedades modernas; não é só com o unico escopo de auferir lucros que os seus diretores e empresarios procuram mantel-a, não; o seu papel é muito superior, é mesmo de grande alcance para as instituições político-sociais.
> E' ella, quasi sempre, o guia desinteressado, para a bôa orientação dos governos que tem por normas, viver ás claras. (*A Notícia*, 8/11/1906, Ano I, n. 6, p. 1)

A imprensa aparece com um papel primordial nas sociedades modernas, principalmente na medida em que serviria à instrução do povo, bem como a conscientização perante os governos. Nessa direção, o mesmo jornal traz um artigo, em outra edição, que complementa essas ideias. Nele defende que:

> A imprensa deve, portanto, ser independente para lutar contra a política criminosa que autorisa aos mal intencionados abusarem da autoridade em proveito pessoal e desdenhando o interesse social, não consentindo sobretudo que o temor, transformado na baixa adulação, penetre no pretório, confundindo-o com assembléas politicas onde o mérito não tem valor, para dar-se homenagem aqueles que sobresairam pelo egoismo sem terem praticado acto algum meritorio. [...] Associarmo-nos para debelar a tyrannia e plantar a verdadeira civilisação é obra meritória: auxiliar a bôa imprensa para que ella consiga o seu nobre fim é o nosso dever. (*A Notícia*, 15/11/1906, Ano I, n. 8, p. 1)

Prega-se o discurso da boa imprensa como aquela que, ao ser "independente", luta contra os desmandos políticos que encabeçam a imprensa considerada ruim, aquela que se confunde com assembleias políticas, que visa conferir méritos indevidamente, desconsiderando as demandas sociais. E, pelo recorte que apresentamos, deveria ser exatamente esse o fim da boa imprensa: atender ao interesse social.

Sobre essas visões de imprensa, é preciso ainda considerar que o discurso propalado sobre os periódicos como representantes do "carro do progresso" deixava de lado sua constituição como também um espaço de desavenças, embora fosse ela necessária para divulgar os "conhecimentos e dados necessários" à população, no sentido de oferece subsídios

para que a mesma possa avaliar o andamento da administração dos negócios públicos (BUENO, 2007).

Observamos que os periódicos consultados traziam várias notas sobre a importância da imprensa na prática política, apresentando-se

> [...] como instrumentos privilegiados para o debate político da democracia liberal, da civilização e da modernidade; daí porque a importância de uma imprensa "livre". Os periódicos colocavam-se como *loci* privilegiados das discussões políticas mais candentes da época. Tal pretensão tendia a excluir práticas e lugares outros do "fazer" política na recente república, posto que privilegiava a imprensa como o campo de referência para a discussão e a divulgação dos ideais políticos e das questões econômico-culturais, tendendo a excluir do interior desse campo o iletrado, ou seja, a maior parte dos membros das classes trabalhadoras. Embora o iletrado não tivesse acesso imediato ao conteúdo do texto escrito sem a mediação de algum leitor, suponho que em relação às iconografias impressas tal fato pudesse ter outras características. (BUENO, 2007, p. 205)

Realizamos um levantamento da imprensa bragantina e detectamos algumas questões pertinentes, como: o primeiro jornal da nova cidade foi fundado pelo capitão José Candido Furquim de Campos com o nome de *Seculo 19*. Sua primeira publicação se deu no dia 2 de maio de 1875 e os números seguintes foram publicados sempre aos domingos. Após o n. 26, este periódico passou a denominar-se de folha *Literaria e Noticiosa*, declarando que só publicaria artigos de "utilidade pública" e outros apenas quando seus autores se responsabilizassem por seu conteúdo. Em 25 de dezembro de 1875, passou a ser órgão do partido liberal, cujas ideias professava. Com o surgimento e ataques de um jornal anônimo chamado *O Picapáu*[6], o jornal em questão passou a denominar-se *O Bragantino*. Este teve seu primeiro número publicado em 26 de fevereiro de 1876, sucedido por mais 61 publicações (*Almanach Bragantino para 1914*).

No *Annuario de Bragança para 1902*, consta que o fundador do jornal *Seculo 19*, de feição francamente republicana, desgostoso por causa das perseguições e guerra atroz que vinha sofrendo, passou a propriedade da tipografia para uma associação que logo começou a publicar outro jornal com o título de *O Guaripocaba*. Este teve sua primeira publicação na data de 17 de Julho de 1877, sob responsabilidade de "seis senhores da alta sociedade", dentre

[6] Ver em História da Imprensa Bragantina, trabalho de autoria de Francisco Cezar de Araújo, datilografado, depositado no CDAPH. De acordo com o autor os responsáveis por este jornal eram Olympio da Paixão e Carlos Cruz – impresso em Rio Claro.

os quais se destacavam o major Manoel de Almeida Carneiro e José Guilherme Christiano[7]. Posteriormente, em 4 de agosto de 1889, tendo como redator Elizeu Guilherme, o jornal passou a publicado diariamente com nome de *Diario de Bragança*, todavia a sua duração não foi além de novembro do mesmo ano.

Até o *Almanach Bragantino para 1914* se tem registro histórico de inúmeros jornais locais dos quais podem ser destacados os seguintes: *Gazeta Bragantina* (que surgiu no dia 31 de março de 1891, sob a direção do Dr. José Hermenegildo Pereira Guimarães que rompia franca e abertamente em oposição ao governo do Dr. Americo Brasiliense, na época governador do Estado, até desaparecer no início de 1894), *A Noticia* (criado em 21 de outubro de 1905, publicado às quartas e sábados até ter sua publicação suspensa em 7 de agosto de 1907) e *Cidade de Bragança* (criado em 3 de novembro de 1895 sob a gerência do Sr. José Villagelin). Após 1914, identificamos o *Bragança-Jornal* (fundado em 1927), que em 1932 passou a chamar-se *Bragança Jornal Diário*[8].

Havia uma grande dificuldade dos jornais se manterem em circulação por um espaço significativo de tempo. No *Almanach Bragantino para 1914* (p. 43) afirma-se que essa é a "[...] molestia commum do jornalismo do interior: morrer de um dia". Em diferentes artigos desse almanaque, encontramos referência jornais que não ultrapassaram sequer o número de 10 publicações, são eles: *Iris Bragantino*, *Rabiscos*, *A Redenção*, *O Lirio*, *A Grinalda*, *O Bilontrinha*, *O Sorriso*, *O Tira- Prosa*, *A Faisca* e *O Bitú*.

Muitos dos periódicos traziam propagandas de estabelecimentos e de profissionais, bragantinos ou de outras cidades. Essas propagandas nos permitiram perceber as mudanças que a riqueza gerada pelo café e a industrialização propiciaram no cotidiano bragantino das primeiras décadas do século XX, fosse pelo acesso a produtos importados ou a variedade, fatores inimagináveis em outras épocas (BUENO, 2007).

Há ainda que se destacar a disseminação e apologias a ciência, que foram disseminadas pelos periódicos como marcas intrínsecas do progresso rumo à modernidade, o que registrou a emergência de uma nova sensibilidade sobre o conhecimento científico. Deixava-se de lado explicação divina das coisas e valorizava-se uma explicação pautada por pressupostos positivistas e liberais, considerados científicos, estes passaram a ser privilegiados em detrimento das emoções pessoais (GAY, 1988 *apud* BUENO, 2007).

---

[7] Patrono do Grupo Escolar José Guilherme, nosso objeto de estudo.
[8] Consulte: <www.bjd.com.br>.

5. Discussão teórico-metodológica

Partimos da noção de História como problema (BLOCH, 2002) e não como uma essência ou reflexo perfeito do passado. Compreendemos que nossas questões do presente condicionam e delimitam nosso olhar sobre o passado, uma "espécie de retorno" a esse passado, mas não de forma intocada e "pura". As fontes primárias utilizadas pelo historiador a fim de acessar o passado não são um espelho fiel da realidade, mas sim uma representação de parte ou momentos particulares do tema ou objeto em questão (BORGES, 1993).

Bloch (2002, p. 75) afirma que

> Como primeira característica, o conhecimento de todos os fatos humanos no passado, da maior parte deles no presente, deve ser, [segundo a feliz expressão de François Simiand,] um conhecimento através de vestígios. [...] o que entendemos efetivamente por documentos senão um "vestígio", quer dizer, a marca, perceptível aos sentidos, deixada por um fenômeno em si mesmo impossível de captar?

Por outro lado, não podemos confundir "passado" com "conhecimento do passado". Bolch (2002, p. 75), nesse sentido, nos alerta que "[...] o passado é, por definição, um dado que nada mais modificará. Mas o conhecimento do passado é uma coisa em progresso, que incessantemente se transforma e aperfeiçoa".

Le Goff (1984) defende que o historiador precisa ser consciente de que o fato histórico não é um fato "positivo", e sim é o produto de uma construção ativa do próprio historiador que transformar a fonte (monumento) em documento, passíveis de problematização histórica.

Segundo Borges (1993, p. 56),

> Conforme o presente que vivem os historiadores, são diferentes as perguntas que eles fazem ao passado e diferentes são as projeções de interesses, perspectivas e valores que lançam no passado. Eis porque a história é constantemente reescrita. Isso se resume bem na frase: "A história é filha do seu tempo". Mesmo quando se analisa um passado que nos parece remoto, portanto, seu estudo é feito com indagações, com perguntas que nos interessam hoje, para avaliar a significação desse passado e sua relação conosco.

Nosso olhar redimensiona a relevância do documento. E, logo, é importante questioná-lo de forma concisa e coerente. São nossas questões que determinam maior ou menor importância ao texto que retiramos de um momento afastado. Os objetos são condicionados

pelas questões que fazemos, só assim ganham movimento na sociedade humana, pela significação que atribuímos à ele.

Bloch (2002) propõe que "[...] a história não é a relojoaria ou a marcenaria. É um esforço para conhecer melhor, por conseguinte, uma coisa em movimento [...]". A transformação é, nessa direção, a mote da história e o tempo sua dimensão, pois nada permanece igual, inalterado e é por meio do tempo que podem ser percebidas as mudanças. Estas, que parecem súbitas,

> [...] como os movimentos revolucionários, não somente foram lentamente preparados – de forma voluntária ou involuntária, por diferentes circunstâncias – mas não conseguiram mudar totalmente as estruturas das sociedades onde se realizaram [...]. Percebe-se, ligado a isso, uma preocupação cada vez maior dos historiadores não só com mudanças mas também com as permanências. (BORGES, 1993, p. 50-51)

É necessário pensar também que, quando falamos em tempo histórico, não nos referimos a um tempo marcado pelo relógio e pelo calendário. Não podemos pensar em fragmentos homogêneos de "tempo", pois o tempo verdadeiro é, por natureza, "[...] um *continuum*" e também "perpétua mudança" (BLOCH, 2002, p. 55).

Diante essa discussão introdutória, podemos perceber que o ofício do historiador não é imparcial. Entendemos também que toda fonte primária é um monumento e que cabe à nós, no papel de historiadores, transformá-la em documento, compreendendo que sua produção teve uma intenção, que ela foi criada num contexto para determinado fim. E, por isso, é de extrema importância que caracterizemos nossas fontes, buscando detectar suas intencionalidades, explícitas ou implícitas.

6. Estrutura do trabalho

No primeiro capítulo desse trabalho, discutimos o contexto de implantação dos Grupos Escolares no Brasil, aludindo às transformações mundiais vividas entre fins do século XIX e primeiras décadas do século XX. Trouxemos também discussões sobre as reformas educacionais brasileiras que ocorreram no período.

No segundo capítulo, situamos a cidade de Bragança na discussão sobre instrução pública na nova lógica republicana brasileira e, assim, pontuamos as visões de educação propaladas por entre os periódicos que circulavam na cidade.

O terceiro capítulo compreende discussões sobre o nosso objeto de estudo; o Grupo Escolar José Guilherme. Nele trouxemos uma história dessa instituição de ensino bragantina e muitos questionamentos.

Por fim, traçamos breves considerações sobre os caminhos de nossa pesquisa e seus resultados, além de pontuarmos as possíveis contribuições desse trabalho para pesquisas futuras, compreendendo que muitas das questões que levantamos poderão ainda ser aprofundadas e analisadas mais minunciosamente.

CAPÍTULO I: O CONTEXTO DE IMPLANTAÇÃO DOS GRUPOS ESCOLARES NO BRASIL

Figura 2: Desenho da cidade de Bragança
Sem data
Acervo do Museu Municipal Oswaldo Russomano
Desenhista não identificado

1.1 A virada do século: de XIX para o XX

Estamos condenados ao progresso.
Euclides da Cunha, *Os sertões*.

O final do século XIX, conhecido como a "era da sciencia", representa o momento em que triunfa uma certa modernidade que não podia esperar. Vivia-se a vitória da "sciencia" sobre o obscurantismo, pois teriam desaparecido "as nuvens" do atraso, e quem lideraria a cena, para sempre, seria o progresso e a civilização, estes com seus símbolos diletos: a locomotiva, a pilha, o telégrafo, a luz elétrica e o navio a vapor. Tais utopias afirmavam-se porque a ciência se impunha como uma forma de redimir incertezas, contribuindo para que a ideia do conflito (quando ainda não se percebia o cheiro das guerras) parecesse controlada pela fantasia do progresso, e que os novos avanços técnicos traziam um domínio absoluto sobre a natureza e os homens (COSTA; SCHWARCZ, 2000).

Sevcenko (1998) aponta que o impacto e a difusão das novas máquinas, no fim do século XIX, deixavam claro que um modo de vida mecanizado e acelerado vinha para ficar. A constatação disso veio com a grande Exposição parisiense de 1889 que se transformou num ato de fé e entusiasmo no século da Ciência e da Técnica. Com as consequências da Revolução Científico-Tecnológica[9], é preciso salientar que houve uma grande expansão europeia sobre cidades tradicionais, de economia agrícola. E mais ainda,

> **Não bastava, entretanto, às potências incorporar essas novas áreas às suas possessões territoriais; era necessário transformar o modo de vida das sociedades tradicionais, de modo a instilar-lhes os hábitos e práticas de produção e consumo conformes ao novo padrão da economia de base científico-tecnológica** (SEVCENKO, 1998, p. 12-13).

Segundo Sevcenko (1998), os soldados britânicos incorporavam e modificavam culturas de povos por todo o mundo, revelando a crença inabalável da superioridade da missão civilizatória da Europa, disseminando seus valores e seu modo de vida como exemplos inquestionáveis de progresso. Assim, o país que tivesse a pretensão de igualar-se ao modelo

[9] Conforme Costa e Schwarcz (2000, p. 20), a Revolução Científico-Tecnológica, também conhecida como Segunda Revolução Industrial, ocorrida sobretudo na década de 70 do século XIX, "[...] levou à aplicação das recentes descobertas científicas aos processos produtivos, possibilitando o desenvolvimento de novas fontes de potenciais energéticos, como a eletricidade e os derivados do petróleo, que geraram mudanças de impactos nos mais diferentes setores: indústria, microbiologia, farmacologia, medicina, higiene e profilaxia. [...] Era o 'mundo moderno' que surgia, esse que hoje nos parece tão familiar. Mas talvez só hoje. Essa escola da produção levou, por sua vez, a uma disputa por matérias-primas disponíveis, à ampliação do mercado e ao fenômeno conhecido como neocolonialismo ou imperialismo [...]".

europeu de modernidade, precisaria instruir seu povo para alcançar a civilização. E, conforme o mesmo autor, as novas elites da República brasileira desejavam "[...] promover uma industrialização imediata e a modernização do país 'a todo custo'" (SEVCENKO, 1998, p. 15).

O estado de São Paulo, já nessa época, era apresentado e propagandeado ao mundo e aos próprios brasileiros como a "locomotiva do Brasil" e o seu emblema era, por excelência, a cidade de São Paulo. Este estado representava o berço da apregoada industrialização do país por ser terra de trabalhadores produtivos (assalariados, prioritariamente urbanos e laboriosos). Esta é uma imagem que apresenta a cidade de São Paulo como uma metrópole industrializada e, portanto, símbolo de progresso e de riqueza, que deveria ser seguido por todas as outras cidades do interior do Estado e do país (FRANCESCHI; SILVA; GUIMARÃES, 2012)[10].

As correntes cientificistas do darwinismo social proposto pelo inglês Spencer, do positivismo francês de Comte e do monismo alemão configuraram as bases de inspiração dessas novas elites, apoiadas econômica e politicamente pela então recente riqueza gerada pela expansão da cultura cafeeira no sudeste do país.

A industrialização e a cafeicultura propiciaram tanto riqueza quanto miséria, forjando a definição de políticas públicas destinadas à saúde e à educação com o objetivo de atingir o progresso e a ordem da nação, mediante a valorização do trabalho como uma virtude humana (BUENO, 2007).

As lideranças políticas e intelectuais propuseram a necessidade do Brasil esquivar-se de "problemas" que teriam surgido com o fim da escravidão. Carvalho (2003, p. 31) aponta que "[...] as medidas para sustar a "onda negra" bem como para promover a imigração eram veementemente defendidas nos debates parlamentares por insistente caracterização do negro como raça inferior, incapaz para o trabalho, propensa ao vício, ao crime e inimiga da Civilização e do Progresso".

Em fins do Império e início da República, os imigrantes foram estimulados a vir para o Brasil, pois grande parcela das elites não acreditava na capacidade do trabalhador livre nacional (BUENO, 2007). Logo, a imigração, sob a ótica eugênica, tornava-se imprescindível, pois seria urgente a necessidade de branqueamento dos brasileiros. O discurso de alguns republicanos foi aprimorando os preceitos raciais por meio da ciência. Preconizou o

[10] FRANCESCHI, Marcello; SILVA, Karla Cristiny Moraes; GUIMARÃES, Maria de Fátima. **O Grupo Escolar José Guilherme:** da arquitetura à histórias e memórias urbanas. Bragança Paulista, 2012 (no prelo).

melhoramento da raça por meio de diversas medidas, tais como o branqueamento (que seguiria regras de cruzamento étnico e exame pré-nupcial para detectar heranças hereditárias) e a esterilização de portadores de características genéticas hereditárias indesejáveis, sob os preceitos eugênicos. Por meio de recursos como, por exemplo, os desfiles cívicos e atividades desportistas, era divulgada a imagem de uma raça nacional forte e trabalhadora (VEIGA, 2007) que constituiria a base para o progresso do país.

É perceptível, entretanto, um paradoxo no imaginário das novas elites políticas do Brasil, pois se, por um lado, os imigrantes eram vistos como aqueles que regenerariam a "raça brasileira", por outro, sobretudo após as primeiras manifestações operárias, passaram a ser encarados também como criminosos, vagabundos, desordeiros e subversivos (BUENO, 2007).

Não havia como a população da época esquivar-se do fascínio e do estranhamento causados pelo crescimento populacional acelerado e pela industrialização progressiva das grandes cidades. População esta, impactada pela incansável busca do "novo" (BENJAMIN, 1989), pela sensação de aceleração do tempo e encurtamento das distâncias (THOMPSON, 1998), pela intensificação do ritmo de vida e da cadência do trabalho (SEVCENKO, 1998), pela massiva presença de imigrantes e de ex-escravos perambulando pelas ruas.

É nessa direção que a escola pública também emerge estrategicamente como a instituição que deveria acolher uma grande parte das classes populares, formadas principalmente por imigrantes e ex-escravos, para garantir-lhes o "manejo cívico do alfabeto". Era preciso alfabetizar o povo, pois, conforme Carvalho (2000, p. 227),

> Nessa nova lógica em que a alfabetização aparece como "a questão nacional por excelência", o imigrante de quem os republicanos históricos haviam esperado o aprimoramento da raça brasileira passa a ser visto como ameaça ao caráter nacional. Erradicar o analfabetismo era a única solução para o dilema: ou o Brasil manteria o "cetro de seus destinos, desenvolvendo a cultura de seus filhos" ou seria "dentro de algumas gerações absorvido pelo estrangeiro que para ele aflui" .

A intenção era expandir a escola, a fim de "nacionalizá-la", atingindo sobretudo as populações operárias rebeldes à nova ordem.

1.2 As primeiras décadas do século XX

As certezas e as utopias centradas na explicação do mundo a partir do paradigma do conhecimento científico são tomadas de assalto pela a I Guerra Mundial (1914-1918) e a Revolução Russa (1917). Ao jogarem por terra muitos dos sonhos dos homens ocidentais, abriu-se espaço para o desencanto e, concomitantemente, para a ascensão de práticas totalitárias (BUENO, 2007).

Quando a I Guerra Mundial eclodiu, deixou entre seus destroços imagens e esperanças estilhaçadas de prosperidade, de segurança e de unidade de qualquer que fosse o Estado-Nação na modernidade. Dessa forma, impactou a economia mundial e a opinião pública do ocidente. O contexto desestabilizou a crença nas promessas da modernidade, que estiveram calcadas na fé de uma ciência "absoluta", bem como na supremacia da civilização moderna em contraponto a barbárie. Conforme Bueno (2007, p. 53), "O impacto causado pela violência da guerra, efemeridade das fantasmagorias urbanas e a fugacidade dos modismos em voga, fizeram ruir as certezas inspiradas na crença cega que o progresso e o ordenamento disciplinar da sociedade industrial insuflavam no imaginário da época".

Em meio a este redemoinho histórico, repleto de agitações políticas, sociais, econômicas e culturais, eclodiu o movimento modernista brasileiro. A nova geração intelectual do Brasil sentia necessidade de transformar os conceitos arcaicos do século que se findou (século XIX). A jovem Anita Malfatti, em sua bagagem da Europa, trouxe consigo as experiências vanguardistas que marcaram seu trabalho de 1917: a exposição que ficou conhecida como a primeira do Modernismo brasileiro. Foi este evento que, ao ser alvo de escândalo e de críticas ferozes de Monteiro Lobato, levou ao nascimento da Semana de Arte Moderna, realizada no Teatro Municipal de São Paulo, de 11 a 18 de fevereiro de 1922.

A Semana teve como propósito principal renovar o cenário artístico e cultural urbano brasileiro, considerando tanto a literatura quanto as artes plásticas, a arquitetura e a música. Buscava-se, em todos os âmbitos, libertar a arte brasileira da reprodução dos padrões acadêmicos e tradicionais e, assim, dar início à construção de uma cultura que fosse essencialmente brasileira. Entretanto, com toda sua inovação, a Semana não foi bem acolhida por paulistas tracionais e a crítica da época que, encabeçada por alguns oligarcas do café e da política conservadora que então dominava em plena vigência da República Velha (1889-

1930)[11], usaram de todas as formas possíveis para tentar destruir suas ideias. Habituada aos modelos estéticos europeus mais antigos e tradicionais, essa elite sentiu-se afrontada em suas preferências artísticas e em suas sensibilidades. A situação era ambígua, mas foi marcada por uma busca de construção da identidade nacional.

Alguns meses após a realização da Semana, mais precisamente em 5 de julho de 1922, que ocorreu uma luta que marcou a história brasileira, iniciada por um grupo de militares, liderados incialmente pelo coronel Euclides Hermes (filho do ex-presidente Marechal Hermes da Fonseca), amotinados no Forte de Copacabana, com o propósito de impedir a posse do presidente Artur Bernardes, recém-eleito.

Luís Carlos Prestes, que hoje figura entre as principais biografias do século 20, não participou da "Revolta dos 18 do Forte" por questões de saúde, mas depois liderou o "Movimento Tenentista"[12], que dentre outros levantes, originou a Coluna Miguel Costa-Luís Carlos Prestes, quando, em 1925, fundiram-se a Coluna Paulista e a Coluna Riograndense. Dentre os principais objetivos da Coluna Prestes, encontrava-se lutar contra as oligarquias que dominavam o país sob um modelo político baseado no poder local dos coronéis e, ainda, em fraudes eleitorais. Assim, mesmo diante todas as dificuldades que não possibilitaram que Prestes e seus comandados destituíssem o presidente Artur Bernardes, a Coluna marcou época pelo seu audacioso combate em busca de reformas políticas e sociais e, sobretudo, por nunca ter passado por uma derrotada.

A Coluna Prestes se dissolveu na Bolívia, em 1927, quando Prestes autorizou que seus homens tomassem seu próprio destino. Alguns deles permaneceram na Bolívia e outros retornaram ao Brasil.

A "Grande Depressão" de 1929[13] – como ficou conhecida a quebra da Bolsa de Valores de Nova Iorque – foi também responsável por enfraquecer o liberalismo e a

---

[11] A "Política do café com leite" foi a principal característica desse período. Consistia numa aliança entre os dois Estados de São Paulo, que era o centro da economia cafeeira, e de Minas Gerais, que detinha o maior contingente eleitoral do país mais poderosos da federação. Ela previa que ocorresse um rodízio quanto a indicação do candidato que seria apoiado pelos dois Estados nas periódicas eleições para a Presidência da República.

[12] O "Movimento Tenentista" ficou assim conhecido pela maciça participação de oficiais de baixa patente.

[13] No final da década de 1920, as nações europeias já estavam reconstituídas das consequências da I Guerra Mundial e, assim, diminuíram drasticamente a importação de produtos (industrializados e agrícolas) dos Estados Unidos. Nessa esteira, muitos países que possuíam relações comerciais com o país também sofreram os efeitos da crise. Como os Estados Unidos era o maior comprador do café brasileiro, a importação deste produto diminuiu muito e os preços caíram. Foi então que o governo brasileiro comprou e queimou toneladas de café para que não houvesse uma desvalorização excessiva no preço do principal produto da nação na época. Por outro lado, com a crise do café, muitos cafeicultores passaram também a investir no setor industrial, servindo para alavancar o setor industrial brasileiro.

democracia. Ocorreu nesse período, o desgaste da Política do Café com Leite, caraterística da República Velha brasileira. Em 1930, o então presidente do Brasil, Washington Luís, quebrou o acordo que existia entre Minas Gerais e São Paulo (Política do Café com Leite), elegendo mais um paulista (Júlio Prestes) para sucedê-lo. Antonio Carlos de Andrada, na época presidente do Estado de Minas Gerais, era o programado para a sucessão de Washington Luís. Como sua indicação não ocorreu, sentiu-se traído e aliou-se ao Rio Grande do Sul e à Paraíba, criando, juntos, a Aliança Liberal, para também concorrer com o candidato paulista nas eleições para presidente em 1930. Têm-se aí um dos fortes motivos que deram a origem a Revolução de 30, que alguns estudiosos consideram como um golpe de Estado.

A oposição lançou como candidatos Getúlio Vargas (presidente) e João Pessoa (vice-presidente), ainda sim o paulista Júlio Prestes acabou sendo eleito. Entretanto, diante de uma situação econômica insustentável, unida ao estranho assassinato do candidato à vice-presidência da Aliança Liberal, esse governo, impopular às massas, foi derrubado facilmente. Getúlio Vargas assumiu o poder em caráter provisório em de 3 de novembro de 1930.

Como militares tiveram decisiva importância na consolidação da Revolução de 30, os "tenentes" que marcaram forte presença nos primeiros anos da Era Vargas, ocuparam os principais cargos políticos do novo governo. Os vários militares que obtiveram as chamadas "interventorias estaduais" passaram a controlar os governos dos estados, como medida do presidente para anular ações dos antigos coronéis, bem como a influência política regional dos mesmos.

Um clima de tensão entre os tenentes interventores e as velhas oligarquias se consolidou. Em São Paulo, esse conflito teve maior força, pois as oligarquias locais conseguiram mobilizar a população paulistana a se opor e agir contra o governo de Vargas, utilizando de um apelo pela autonomia política, além de um discurso de conteúdo regionalista. Foi assim que emergiu a Revolução Constitucionalista de 1932, após a qual Vargas convocou eleições para formar uma Assembleia Constituinte. Todavia, mesmo diante dessas mobilizações, conseguiu manter-se no poder, ao reformular os setores do seu governo.

Após a formação dessa Assembleia, em 1934, foi promulgada uma nova constituição[14] que, inspirada nas constituições mexicana e alemã, dava maiores poderes ao poder executivo,

[14] Dentre os marcos dessa Constituição de 1934, destacamos: a criação do salário mínimo, a redução da carga horária de trabalho para oito horas diárias e a nova lei eleitoral que instituiu o voto secreto e direto para os brasileiros maiores de 21 anos (incluindo as mulheres). Entretanto, tais fatores ofuscaram que grande parcela da população (analfabetos, soldados, padres e mendigos) ainda permaneceria sem ter direito ao voto por configurar às margens da arena política.

criando as bases de uma legislação trabalhista. Essa constituição previu que a primeira eleição presidencial aconteceria pelo voto da Assembleia recém formada e, por meio dessa resolução e o apoio majoritário do Congresso, Getúlio Vargas conseguiu garantir um novo mandato, que ficou conhecido como Governo Constitucional (1934-1937).

No contexto mundial, a década de 30 é também marcada pelo surgimento dos governos totalitários na Europa. Governos estes militaristas e expansionistas. Mais particularmente, na Alemanha surgiu o nazismo, liderado por Hitler e, na Itália, crescia o movimento fascista, que tinha como líder Mussolini.

Diante da ascensão nazifascista e a consolidação soviética, tivemos a emergência no contexto mundial da extrema direita e da União Soviética. O Brasil foi atingido certeiramente por essa radicalização ideológica num momento em que a sociedade brasileira encontrava-se envolta em debates sobre a participação popular e a democratização, cindindo-se em torno de duas propostas antagônicas: a "Ação Integralista Brasileira" (AIB) e a "Aliança Nacional Libertadora" (ANL). Enquanto a AIB professava os ideais[15] defendidos pelo fascismo europeu, a ANL defendia a participação popular e o pluripartidarismo, próxima assim dos ideais defendidos pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB).

Conforme a ANL foi crescendo e se popularizando, Prestes, uniu-se aos membros do PCB e à líderes da URSS, vislumbrando a possibilidade de um golpe que destituiria o Estado varguista e implantaria um governo socialista no Brasil. Este crescimento e popularização, foi vista pelos líderes da Intentona Comunista (o levante comunista de 1935) como a porta de entrada dos ideias comunistas no contexto brasileiro. Em novembro de 1935, os comunistas iniciaram a tentativa de chegar ao poder nas cidades de Recife (PE), Natal (RN) e Rio de Janeiro (RJ), mas a Intentona fracassou diante a falta de articulação e adesão de outros estados. Quanto à Prestes, foi preso em 1936 e permaneceu em cárcere até 1945.

Mesmo conseguindo resistir a essa tentativa de golpe, o presidente brasileiro aproveitou a situação para declarar estado de sítio. Medida que utilizou para ampliar seus poderes políticos e perseguir seus opositores. Anunciando a "ameaça comunista", Getúlio Vargas anulou a nova eleição presidencial que seria realizada em 1937 e a Constituição de 1934, além de dissolver o Poder Legislativo. A partir desse ano, Vargas inaugurou o denominado Estado Novo (1937-1945) e passou a governar com amplos poderes.

[15] Dentre esses ideais, estava a defesa de um Estado forte e intervencionista e um exacerbado nacionalismo.

Em 1939, a Alemanha, que continuava conquistando territórios, invadiu a Polônia em retalhamento ao Tratado de Versalhes (que, ao final da I Guerra Mundial, incorporou o chamado "corredor polonês" à Polônia) e conquistou, de imediato, duas nações inimigas – a França e a Inglaterra – que declararam guerra aos alemães. Iniciou-se, assim, a II Guerra Mundial que durou até 1945, quando os Estados Unidos decretam seu fim ao lançarem sobre Hiroshima e Nagasaki duas bombas nucleares que as arrasaram, matando milhares de pessoas.

À luz dessas transformações políticas, econômicas, sociais e culturais, que marcaram a virada do século XIX para o XX e as primeiras décadas desse último, é que pudemos também melhor compreender as reformas educacionais brasileiras que ocorreram no período.

1.3 Reformas educacionais brasileiras

A visão de educação do século XIX, apresentada pela historiografia clássica, a traz como signo do vazio, do atraso e das trevas. Uma memória sobre a escola oitocentista que emerge como penumbra e é silenciada pelas glórias dos projetos republicanos de educação. No entanto, a instrução pública, apareceu como problema geral, que mobilizou agentes e estratégias diversas ao longo do Império brasileiro (GONDRA; SCHUELER, 2008).

Diante dessa preposição inicial, flexibilizamos nosso recorte temporal (1880-1943), nesse momento, para discutirmos a educação que era ministrada nos oitocentos, reconhecendo seus ecos na visão de educação da República brasileira.

A contribuição desse nosso trabalho está em não alimentar os tempos de esquecimento, situação agravada pelo crescente bombardeio de informações que vivemos. Conforme Gondra e Schueler (2008, p. 9), "[...] neste sentido, a História é uma forma de combater o esquecimento e, ao mesmo tempo, esforço humano de produzir uma compreensão mais alargada de nossa experiência".

A divisão tradicional de nossa História convencionou a existência de três períodos largos e bem definidos: a Colônia (de 1500 à 1822), o Império (de 1822 à 1889) e a República (de 1889 aos tempos atuais), todavia faz-se necessário reconhecer que a experiência educativa não é plenamente determinada por marcos temporais tão rígidos ou até mesmos pelas formas administrativas apresentadas em cada um deles (HILSDORF, 2011).

Assim, um dos objetivos desse recuo temporal é fugir de teses generalistas, buscando evitar anacronismos. Para tanto, pretendemos examinar/explorar "aquele presente", compreendendo a História como um processo contínuo, marcado por permanências, resistências e rupturas que, entretanto, não ocorrem de maneira estanque.

A partir de tais considerações, optamos por trazer a baila algumas das reformas educacionais ocorridas no período focalizado nesta pesquisa, com o intuito de ressaltar a complexidade da temática abordada.

Partimos do pressuposto que, como aponta Gondra e Schueler (2008, p. 56) "[...] a lei não é espelho da realidade, nem a realidade se constitui no reflexo da lei". Por outro lado, traçar uma cronologia das reformas ocorridas no contexto da educação escolar no Brasil, entre os séculos XIX e XX, especialmente nas primeiras décadas do século XX, com ênfase no Estado de São Paulo, contribuiu para a compreensão de como se deu a criação e o funcionamento da escola pública no Brasil. Por outro lado, construir tal panorama instigou novos olhares para as fontes primárias exploradas em nossa pesquisa.

1.3.1 Reformas educacionais: Século XIX e primeiras décadas do Século XX

As primeiras décadas do século XIX são ainda marcadas pelas aulas régias, também chamadas de aulas públicas (sistema criado pela reforma dos "Estudos Menores" - corporificada no Alvará Régio de 1759). Com a expulsão dos jesuítas de Portugal e de todo o seu Império, a organização gratuita do ensino, o que não significa também igualitária e homogênea, tornava-se obrigação do Estado e, as aulas régias, "[...] passariam a ser financiadas pelo subsídio literário e coordenadas pelo Diretor Geral de Estudos" (GONDRA; SCHUELER, 2008, p. 21). O Diretor Geral de Estudos coordenava estas aulas e era responsável pelos concursos e provimento dos professores régios para as diferentes cadeiras ou disciplinas.

Conforme Gondra e Schueler (2008, p. 21), a divisão das aulas régias se deu em "[...] cadeiras elementares de ler, escrever e contar e em cadeiras isoladas de Humanidades, como Gramática Latina, Retórica, Poética, Filosofia Moderna, Desenho, entre outras".

É preciso considerar que a política pombalina e os alvarás régios de 1772 traziam a divisão dos indivíduos do reino entre aqueles que eram empregados, necessariamente, nos

serviços campestres e nas artes fabris e aqueles que seriam pessoas aptas aos estudos. Quanto à primeira "categoria", o alvará dispõe que a instrução oferecida pelos párocos bastaria, enquanto à segunda, foram dispostas ainda hierarquizações significativas; havia aqueles a quem era disposto o ensino elementar (ler, escrever e contar), aqueles que, dando continuidade aos estudos, poderiam aprender latim e, por fim, em número bem reduzido, aqueles que eram habilitados então aos estudos superiores, às faculdades e às academias.

Por outro lado, com a Independência do Brasil (setembro de 1822), segundo Mattos (*apud* GONDRA; SCHUELER, 2008, p. 26), a palavra "brasileiro" adquiriu novos significados, passou a "expressar e a adjetivar um corpo político autônomo". Não mais apenas qualificava uma profissão (exploradores e comerciantes de pau-brasil) ou designava o grupo de portugueses, bem como seus descentes, os nativos e "criollos" da América ou ainda os Africanos nascidos na colônia. Em outros termos, passou a existir um país denominado Brasil, "[...] mas *absolutamente* não havia ainda os *brasileiros*. Era preciso, então, construir um povo e uma nação" (GONDRA; SCHUELER, 2008, p. 28), atribuição que o governo imperial deveria passar a exercer.

"A invenção do Brasil" foi um projeto político gestado na busca pela Independência e incentivado no período regencial (1831-1840), que, ao longo do Segundo Reinado, entre 1840-1889, configurou-se como um "[...] manifesto no incentivo às instituições educacionais, culturais e científicas e no mecenato às artes e à produção cultural" (GONDRA; SCHUELER, 2008, p. 28). Dentre tais instituições, podemos citar: o Imperial Colégio de Pedro II, os cursos superiores de Direito (de São Paulo e de Pernambuco) e de Medicina (Rio de Janeiro e Bahia) e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), criado em 1838. A intenção era criar e promover um corpo de especialistas que fossem produtores de conhecimento científico e que assim colaborassem para a difusão da língua pátria, constituindo a literatura nacional, além de conhecer e fazer conhecer a natureza, o território e a população do Império brasileiro.

Entre as medidas iniciais do Primeiro Reinado, na Lei de 20 de outubro de 1823, foi incentivada a abertura de aulas e escolas pelos particulares. Às preocupações em "formar o povo" e às intenções políticas ainda mais amplas de construir a nacionalidade e os espaços públicos se relacionam "A constituição de aulas públicas, escolas, liceus, colégios, instituições de ensino primário, secundário e superior" (GONDRA; SCHUELER, 2008, p. 30).

Nesse sentido, na Constituição outorgada em 1824, a educação escolar surge como um dos direitos garantidos individualmente aos cidadãos brasileiros. Mais especificamente no artigo 179, parágrafo 32, é preconizado que "a instrução primária é gratuita a todos os cidadãos"[16]. Entretanto, os escravos, considerados não-cidadãos, bem como as mulheres, os estrangeiros e os sacerdotes, eram totalmente excluídos das políticas que abrangiam a instrução oficial. Por outro lado, o referido artigo, não demonstrava a distinção sujeitos politicamente entre ativos e não-ativos; isto colocou ambos (livres e libertos), ao menos em princípio, na condição de direito à instrução primária.

Três anos depois da primeira Constituição brasileira, a Lei Geral de 15 de outubro de 1827 apresenta um texto que recobre um conjunto geral de aspectos referentes à instrução primária. Esta lei procura dar uma forma de como deveria ser a escola de primeira letras (escolas de ler, escrever, contar e crer). A pretensão por traz desse texto legal era atingir a população que habitava vilas e lugares populosos do extenso Império brasileiro (CURY; HORTA; FÁVERO, 2001).

A referida Lei Geral (1827) propunha também a demarcação dos critérios fundamentais referentes aquilo que deveria ser ensinado e como fazê-lo, bem como quem poderia ensinar e aprender no Império brasileiro. Quanto ao primeiro ponto (o que deveria ser ensinado), o Estado deixa claro o que pretende: agir sobre meninos e meninas, visto que definiu uma grade curricular diferenciada para cada sexo. "Ler, escrever, contar e crer por meio de saberes como a língua nacional, aritmética, cálculos, geometria, história nacional, religião católica, apostólica e romana, por exemplo" (GONDRA; SCHUELER, 2008, p. 34), era o repertório de saberes definidos para a escola primária. No entanto, o ensino primário destinado ao público feminino era adaptado, ou seja, reduzia-se o campo da matemática e incluía-se o campo da "ciência da casa". O Estado recriou, assim, as diferenças de gênero ao mesmo tempo em que definiu funções sociais específicas para cada indivíduo.

Quanto à questão de como deveria ser o ensino, há a prescrição do Ensino Mútuo como o método oficial, posto que já havia sido experimentado em outros países, como Inglaterra e França. De forma sucinta e pontual, os critérios que fizeram os letrados brasileiros da época voltarem seus olhares para esse método foram os seguintes: economia de recursos, rapidez e disciplina.

---

[16] In: GONDRA, José Gonçalves; SCHUELER, Alessandra. **Educação, poder e sociedade no Império brasileiro**. São Paulo: Corte, 2008.

Quem poderia ensinar no Império brasileiro, segundo essa Lei Geral, eram aqueles que, passando por concursos que pressupunham um exame tanto das habilidades que possuíam quanto de sua própria vida (ainda como descreviam os Alvarás Régios), conseguiam aprovação do Presidente da Província para ensinar.

Gondra e Schueler (2008) defendem que os escravos (medida colaborativa para a manutenção da escravidão), os doentes contagiosos e os não-vacinados eram impedidos de matrícula e, portanto, não faziam parte do que tais autores identificam como "o estatuto de 'escolar'", reconhecido aos homens livre, brancos e sãos.

O Ato Adicional de 1834 (primeira emenda à Constituição de 1824) redefiniu a competência em matéria de educação. Atribuiu "[...] às Províncias a autonomia legislativa, ou seja, o dever de legislar, organizar e fiscalizar o ensino primário e secundário, restando ao governo central, através da pasta do Ministério do Império, a gestão de ambos os graus na Corte e do ensino superior em todo o país" (GONDRA; SCHUELER, 2008, p. 34).

Esta descentralização atendia a demandas resultantes de tensões e conflitos políticos que acorreram na época, nos quais algumas regiões do Norte e do Sul do Império reagiam às propostas centralizadoras advindas dos grupos políticos do Centro-Sul, que visavam impor sua hegemonia na direção do Estado brasileiro, bem como na construção da nação (CURY; HORTA; FÁVERO, 2001).

A historiografia da educação tem considerado esse processo de descentralização na gestão da instrução pública como um fator de "atraso" na educação escolar no Brasil Imperial, pois haviam as diversidades regionais, além da insuficiência de recursos provinciais destinados a instrução pública, ou ainda, um desinteresse por parte das elites das províncias em promover a instrução pública primária e secundária. Tais fatores teriam acarretado uma distância bastante significativa entre as leis e as práticas educacionais porque favorecia o predomínio de formas heterogêneas de educação e de acesso a ela, via de regra, no âmbito doméstico ou familiar, ao longo do século XIX. Gondra e Schueler (2008, p. 38), apontam que

> O processo de construção das formas de educação escolar no Brasil do século XIX não foi uniforme, indiferenciado ou contínuo, o que resultou na desigualdade de condições educacionais entre as Províncias, na profusão de reformas e na complexidade de normas então produzidas. No entanto, estas normas representaram importante instrumento de construção dos variados sistemas públicos provinciais de ensino.

Em São Paulo, mesmo antes da tardia regulamentação da instrução pública na Província (decretada em 1846), debates, medidas legislativas e providências administrativas relacionadas à instrução pública primária ocorriam desde o início do funcionamento da Assembléia Provincial, em 1835. Por meio de requerimentos, ofícios e representações, a população e os professores dirigiam-se às autoridades provinciais ou às Câmaras Municipais. Com a tecnologia da norma, tinha-se por preocupação atender as demandas apresentadas. Por outro lado, segundo Ananias (2004 *apud* GONDRA; SCHUELER, 2008, p. 38), "[...] a Lei Provincial de 1846 representou o atendimento ao movimento de defesa da intervenção oficial na constituição da estrutura da instrução paulista, movimento que integrava a Província de São Paulo aos projetos de construção do Estado nacional por meio da educação escolar".

Conforme apontam estudos de Faria Filho (*apud* GONDRA; SCHUELER, 2008), ao longo de todo o Império, mais precisamente a partir de 1835, as Assembléias das Províncias fizeram publicar, em número significativo, textos legais a fim de regulamentar a instrução pública (primária e secundária) nas diferentes regiões do país. Nesse sentido, Hisldorf (2011) aponta que a produção legislativa foi um dos mecanismos destacados da intervenção do Estado no processo de instrução pública.

Em outras palavras, o que se pode notar é que, além da formulação de textos legais, simultaneamente ocorreu no período o desenvolvimento de serviços de instrução, como redes de escolas muito diversas (públicas, particulares, domésticas), segundo a realidade de cada Província, embora ainda a historiografia garanta que a aplicação de recursos fosse sempre insuficiente.

Na transição entre os séculos XIX e XX, eclodiu, juntamente com a Proclamação da República, a necessidade de instruir a população, tendo por trás dessa ideia, pressupostos civilizatórios europeizantes.

Com a derrubada da monarquia, os republicanos se depararam com um país de analfabetos e diante da pretensão de tornar o Brasil um país desenvolvido, moderno, a instrução pública ganhou destaque. Segundo Carvalho (2000, p. 227), "[...] na nova lógica, o analfabetismo é alçado ao estatuto de marca da inaptidão do país para o progresso. Erradicá-lo é a nova prioridade na hierarquia das providências de reforma educacional [...]".

Conforme Bencostta (2005), os republicanos do Estado de São Paulo investiram, tão logo proclamada a República, na organização de um sistema de ensino modelar. O que contribuiu para que a escola paulista fosse "[...] estrategicamente erigida como signo do

progresso que a República instaurava [...] como dispositivo de luta e de legitimação na consolidação da hegemonia desse estado na Federação" (BENCOSTTA, 2005, p. 225).

Cury, Horta e Fávaro (2001) apontam que na primeira Constituição da República, a de 1891, a educação escolar primária não teve contemplado o princípio da gratuidade garantido anteriormente na Constituição Imperial de 1824. A partir dessa constatação, esses autores traçaram possíveis causas para essa ausência notável no texto republicano:

> Uma pista interessante para se entender o mutismo da Constituição Republicana de 1891 a respeito da gratuidade da instrução primária, quando a Constituição Imperial a garantia, pode ser vista nos comentários de Sucupira ao texto de Chizzotti, sobretudo no que se refere à polêmica questão da *centralização x descentralização* (grifo do autor). De fato, se o instituto da gratuidade vigia para todo o Império sob a modalidade centralizadora que o caracterizava, uma lei imperial de 15/10/1827 regulava a criação de escolas de "primeiras letras" em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos do país. Essa lei acabou sob a responsabilidade das províncias. (CURY; HORTA; FÁVERO, 2001, p. 7)

Na Constituição Federal Republicana de 1891, os membros do Congresso Constituinte assinalaram que os Estados e municípios seriam responsáveis por organizar, implementar e manter o ensino primário, o que significaria que tais responsabilidades não deveriam ser exigidas do governo central. Assim, ainda no século XIX, o Distrito Federal (na época, Rio de Janeiro) e o Estado de São Paulo foram as primeiras unidades federativas a implementarem reformas que tiveram como resultado um sistema de ensino primário, público e gratuito. Essa iniciativa serviu de modelo para os demais Estados, visto que o governo central absteve-se da formulação de qualquer proposta que pudesse norteá-los nesse sentido (BENCOSTTA, 2005).

Pelo Decreto de 12 de março de 1890, Caetano de Campos efetuou a Reforma Geral da Instrução Pública do Estado de São Paulo que levou seu nome. Tal reforma foi baseada nos princípios da escola pública universal, gratuita, obrigatória e laica, colocando a formação do professor como fator fundamental. Dessa maneira, surgiu a Escola-Modelo Superior como um setor de prática de ensino, destinada à normalistas, para praticarem o que aprendiam na teoria. Almeida (2011, p. 673) esclarece que

> O nome Escola-Modelo significava o aporte teórico-metodológico que lhe atribuía seu organizador, nos moldes do "aprender a fazer, fazendo" proposto por Comenius e Pestalozzi. Nos passos do método intuitivo, fazia-se presente a figura de um "professor ou professora- modelo", versados em um profundo conhecimento do método e da sua disciplina, ministrando "aulas-modelo", com a finalidade de preparar os normalistas para sua futura tarefa

> docente através da observação e da participação nas atividades em sala de aula. Nos anos seguintes, as Escolas-Modelo transformaram-se em Grupos Escolares. As que eram anexas à Escola Normal continuaram com a função de proporcionar exercícios práticos de ensino para os normalistas.

Caetano de Campos, com essa Reforma, institucionalizou pela primeira vez no Brasil o método intuitivo. Assim, a constituição da primeira Escola Normal de São Paulo se deu a partir dos "métodos modernos" baseados na Escola Americana (ALMEIDA, 2011).

Carvalho (2000) salienta que foi com a Reforma Caetano de Campos que a institucionalização do modelo escolar paulista ganhou notabilidade. O modelo propunha que a Escola Normal (criada com tal reforma) fosse anexada a Escola Modelo, sendo nesta última o lugar onde "[...] os futuros mestres podiam 'ver como as crianças eram manejadas e instruídas'" (CARVALHO, 2000, p. 225). Segundo a mesma autora, desse modo de aprender, que era centrado na visibilidade e na imitabilidade das práticas pedagógicas, almejava-se a propagação dos métodos de ensino e das práticas de organização da vida escolar sobre os mesmos padrões. Aqui percebemos uma preocupação em formar professores que reproduzissem a pedagogia reconhecida, na época, como moderna. Para Caetano de Campos a garantia do sucesso de sua reforma pressupunha que houvesse mestres, formados no exterior, para os alunos-mestres da Escola Modelo, além de moderno e farto material escolar também importado, bem como prédio apropriado e a "criação de bons moldes" de ensino (CARVALHO, 2000).

O que se pode notar no discurso educacional desse período é que se assumia a dignificação do papel do professor perante a nova realidade brasileira; a representação do professor surgia imbuída de um forte espírito de missão, de face republicana e positivista.

Conforme Bencostta (2005) este modelo, denominado de Grupo Escolar, foi implementado pela primeira vez em 1893. O mesmo autor aponta ainda que

> Este tipo de instituição previa uma organização administrativo-pedagógica que estabelecia modificações profundas e precisas na didática, no currículo e na distribuição espacial de seus edifícios. Foi notório, em particular no caso paulista, a importância na experiência da Escola-modelo que funcionava na Escola Normal. Tal experiência orientou não somente as determinações que levaram à criação dos grupos escolares daquele Estado, mas também, em pouco tempo foram adotados por todo o país. (BENCONSTTA, 2005, p. 69)

O sucesso dos ideais republicanos se deu por meio do ensino seriado, das classes homogêneas e reunidas no mesmo edifício, sob uma única direção, dos métodos pedagógicos

modernos, vistos e praticados na Escola Modelo anexa a Escola Normal, e da monumentalidade dos prédios em que a Instrução Pública fez-se signo do Progresso. Neste sentido, "[...] o Grupo Escolar é a instituição que condensa a modernidade pedagógica pretendida e o 'método intuitivo' a peça central da institucionalização do sistema de educação pública modelar" (CARVALHO, 2000, p. 226).

Ressalva-se aqui que o método intuitivo veio, então, em contraponto ao método lancasteriano praticado nas escolas isoladas. Este último estabelecia que o principal encargo do professor não estava na tarefa de ensinar ou corrigir os erros, e sim na de coordenar que os próprios alunos se corrigissem. Lancaster era defensor de uma proposta disciplinar de instrução, que pregava a disciplinarização da mente, do corpo (não a independência intelectual) e o desenvolvimento de crenças morais próprias da sociedade disciplinar (NEVES, 2010). Esse era o método utilizado pela maioria das escolas isoladas e, portanto, necessário de ser superado, segundo a pretensão dos republicanos. Assim, o método intuitivo enaltecia os anseios da República. Como aponta Demerval Saviani (2010)[17],

> O método intuitivo, conhecido como lições de coisas, foi concebido com o intuito de resolver o problema da ineficiência do ensino diante de sua inadequação às exigências sociais decorrentes da revolução industrial que se processara entre o final do século XVIII e meados do século XIX. Ao mesmo tempo, essa mesma revolução industrial viabilizou a produção de novos materiais didáticos como suporte físico do novo método de ensino.

Por outro lado, o mesmo autor acrescenta ainda que

> [...] o uso de todo esse variado material dependia de diretrizes metodológicas claras, implicando a adoção de um novo método de ensino entendido como concreto, racional e ativo. O que se buscava, portanto, era uma orientação segura para a condução dos alunos, por parte do professor, nas salas de aula. Para tanto foram elaborados manuais segundo uma diretriz que modificava o papel pedagógico do livro. Este, em lugar de ser um material didático destinado à utilização dos alunos, se converte num recurso decisivo para uso do professor, contendo um modelo de procedimentos para a elaboração de atividades, cujo ponto de partida era a percepção sensível. O mais famoso desses manuais foi o do americano Norman Allison Calkins, denominado Primeiras lições de coisas, cuja primeira edição data de 1861[...]. (SAVIANI, 2010)

[17] SAVIANI, Dermeval. **Método Intuitivo**. Verbete. Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/glossario/verb_c_metodo_%20intuitivo%20.htm>. Acesso: 03 de set. de 2010.

Desse modo, pode-se apreender que o método intuitivo garantiu ancoragem à moderna pedagogia que se tornava realidade no novo cenário sócio-cultural da modernidade, no alvorecer da República. Ainda nesse sentido, o *Annuario Bragantino para 1902* (p. 186) aponta que procurava-se "[...] todos os meios para banir o nefando e rotineiro methodo antigo e estabelecer a disciplina e o ensinamento moderno".

Em São Paulo, diante o alto índice de analfabetismo[18], se implantou a Reforma Sampaio Dória, estabelecida pelo Decreto nº 1.750, de 8 de dezembro de 1920, revogada em 1925. Este Decreto tinha como objetivo reconduzir a educação para novos métodos de ensino, priorizando o acesso à escola aos menos favorecidos economicamente,

A novidade trazida pela Reforma Sampaio Dória foi o ensino primário com 2 anos de duração. O intento era condensar uma fórmula básica para a escola primária obrigatória que acelerasse o processo de instrução da população. Nesta fórmula, o ensino primário deveria ser: "1° instrumento de aquisição científica, como aprender a ler e escrever; 2° educação inicial dos sentidos [...]; 3° educação inicial da inteligência no estudo da linguagem, da análise [...]; 4° educação moral e cívica, no escotismo [...]; 5° educação física inicial, pela ginástica [...]" (CARVALHO, 2000, p. 228). É preciso pensar que esta reforma possuía características progressistas, incorporando as metas das Ligas Nacionalistas que desde a década de 1910 mobilizavam forças contra as oligarquias. Por meio da Reforma Rocha Vaz (1925) é introduzida a cadeira de Instrução Moral e Cívica no currículo escolar, com o objetivo principal de combater o protesto estudantil contra o governo de Artur Bernardes.

Na Revolução de 1930, o Governo Provisório instalado criou imediatamente o Ministério da Educação e Saúde Pública (MES), que tinha por titular Francisco Campos (1930-1932). Campos implementou novamente uma centralização do poder na esfera da educação formal, ao deslocar a política educacional de âmbito local e estadual para o âmbito federal.

No ano de 1932 foi lançado o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, em defesa do ensino público gratuito, laico e obrigatório. O redator do Manifesto, Fernando de Azevedo, e seus signatários levantavam uma urgente necessidade de mudanças paradigmáticas no campo educacional, considerando as novas exigências nacionais. Essa reorganização possuía um nítido

[18] O percentual de analfabetos no Brasil, em 1920, correspondia à 75% de toda a população.

> [...] caráter científico, assentado em corpo de doutrina, numa série fecunda de pesquisas e experiências, e nos princípios da educação nova. Portanto, cinco anos após o lançamento do Manifesto, o Ministro Gustavo Capanema criava, em 1937, diante do intenso debate dos Renovadores sobre o Programa de Reconstrução Educacional, proposto no Manifesto, o Instituto Nacional de Pedagogia, instalado no ano seguinte com a denominação de Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, passando, por fim, a partir de 1964, a chamar-se Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP). (AZEVEDO, 1984 *apud* ARAÚJO, 2001, p. 13)

Entre 1930 e 1932, Lourenço Filho ocupou a diretoria do Ensino em São Paulo, nessa função foi responsável por transformar a Escola Normal em Instituto Pedagógico e incluir o Curso Normal de Aperfeiçoamento. Veiga (2007, p. 259) aponta que

> [...] a partir da década de 1930, generalizou-se no Brasil o modelo dos grupos escolares para o ensino primário e dos institutos de educação para a formação de professores. Nesse caso, embora houvesse variações regionais nos currículos, o ensino era centrado em psicologia, biologia e técnicas de ensino. Alguns estados passaram a exigir, para ingresso nos estudos de formação docente, a conclusão do ensino secundário.

Em 1933, o Código de Educação do Estado de São Paulo foi instituído pelo Diretor Geral de Instrução, o qual deu uma nova orientação à educação rural e reformou o aparelhamento escolar.

No esteio dessas novas formas de conceber a educação, a Constituição de 1934 inaugura, em âmbito nacional, a educação "como um direito declarado", tornando princípios da educação nacional a gratuidade e a obrigatoriedade da escola primária (CURY; HORTA; FÁVERO, 2001). A Constituição dispõe ainda que a educação deveria ser ministrada pela família e pelos Poderes Públicos. A partir de então, começaram a funcionar os Conselhos Estaduais de Educação (CEEs)[19] e passou a ser da alçada dos Estados gerir a educação primária e secundária.

[19] Pontuamos que o Conselho Nacional de Educação (CNE) foi instituído por Francisco Campos em 1931. Segundo Veiga (2007, p. 257), "O Conselho Nacional de Educação constituía um órgão consultivo destinado a assessorar o ministro. Escolhidos pelo governo, seus integrantes eram oriundos de universidades, faculdades e do ensino secundário, independentemente de as instituições serem federais, estaduais ou particulares – o ensino primário e o profissionalizante não estavam representados. Também participavam do conselho três personalidades de notório saber educacional não-vinculadas a órgãos de ensino".

Entretanto, apenas três anos depois, na nova Constituição de 1937, enfatiza-se o ensino pré-vocacional e profissional e ainda retira do texto legal a educação como um direito de todos. Entre 1938 e 1940, são criados a União Nacional dos Estudantes (UNE), o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP) e o Departamento Nacional da Criança, vinculada ao Ministério da Educação e Saúde.

Outra reforma relativa ao ensino secundário é decretada em 1942 e ficou conhecida como Reforma Capanema. No mesmo ano, o Decreto-lei 4.048, de 22 de janeiro, cria o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial e o Decreto-lei 4.244, de 9 de abril, regulamenta o ensino secundário.

Destarte, as reformas citadas neste trabalho modificaram o cenário educacional no século XIX e início do século XX e, dessa maneira, tivemos o processo de legitimação e consolidação da "forma escolar moderna" no Brasil.

CAPÍTULO II: A CIDADE DE BRAGANÇA

Figura 3: Rua Cel. João Leme
Data 1905
Acervo do Museu Municipal Oswaldo Russomano
Fotógrafo não identificado

2.1 Bragança: sob as luzes do progresso?

Bencostta (2005) julga que a edificação de prédios específicos para os grupos escolares foi uma preocupação das administrações dos Estados brasileiros. Estas tinham no urbano o espaço privilegiado para sua construção, em especial, nas capitais e cidades economicamente mais prósperas. Foi o caso de Bragança que representava, segundo o *Anuário do Ensino do Estado de São Paulo de 1908* (p. 92), a sexta posição em número de habitantes de todo o Estado de São Paulo, com 42.665 habitantes. Dessa forma, supomos que a cidade aglutinou força política para reivindicar e conseguir a implantação de dois grupos escolares nas primeiras décadas da República (BUENO, 2008). Como destaca o editorial do jornal *O Guaripocaba*:

> O progresso é luz; [...] o mundo caminha diz um sabio escriptor; e se visse a Provincia de S. Paulo de outrora, o estado florescente a que n'estes ultimos tempos tem attingido por iniciativa propria, não sabemos o que mais poderia accrescentar [...] As vias ferreas já cortam grande extensão do territorio, e Bragança, ate ha pouco esquecida, parecendo mesmo não fazer parte no mappa geographico da provincia, tendo em seu seio um solo tão fértil, com sua cultura de cafés em grande escala, centro essencialmente productor, passagem natural de todo o sul de Minas não podia por mais tempo ser voltada ao ostracismo, devia compartilhar a felicidade de suas irmãs[...]. (*O Guaripocaba*, 1/07/1877, Ano I, n. 3, p. 1)

Segundo o *Almanach Bragantino para 1914*, a origem de Bragança data 15 de dezembro de 1763, quando os paulistas Antonio Pires Pimentel e sua mulher D. Ignacia da Silva doaram um terreno para a construção de uma capela a Nossa Senhora da Conceição do Jaguary. Sua construção no ano seguinte impulsionou o começo da povoação com o nome de Jaguary. Em 13 de fevereiro de 1765, esta população foi elevada à categoria de "freguesia" e, só em 1797, trinta e dois anos depois, foi erigida à vila, tomando o nome de "Vila Nova de Bragança".

Sobre a fundação de Bragança, no almanaque temos que a "Povoação fundada ao Norte da capital, em território da então freguesia de Atibaia e pertencente a S. Paulo, a esse tempo com a cathegoria de cabeça de Capitania" (*Almanach Bragantino para* 1914, p. 3). Posteriormente várias leis anexaram ou desanexaram territórios a Bragança tentando estabelecer as fronteiras da mesma. Por fim, em 20 de abril de 1856, pela Lei Provincial N. 21, a vila foi elevada à categoria de cidade.

Figura 4: Possíveis áreas ocupadas em 1797 e 1835
Data 2009
Prancha digitalizada da Dissertação de mestrado de Andrea Luri Ishizu (**Evolução da malha urbana e a arquitetura de Bragança Paulista:** 1884-1967, 2009, p. 30).

A evolução da trama urbana da cidade foi ocorrendo aos arredores do Largo da Matriz (área amarela), como podemos perceber na prancha apresentada na Figura 4. As áreas edificadas em 1797 (áreas brancas), corresponderiam exatamente àquelas que cercavam esse largo e as ruas (áreas amarelas) se estendiam a partir desse núcleo central (ISHIZU, 2009).

É preciso considerar que na virada do século XIX para o XX, Bragança estava inserida no contexto político e socioeconômico pelo qual passava o Brasil. O café ascendera no mercado externo, ganhava rapidamente terreno na cotação do comércio internacional, e tornava-se o principal produto exportado pelo país. A região sudeste (principalmente o Estado de São Paulo), apresentava condições de solo e climas favoráveis ao seu plantio. Ainda, conforme Ishizu (2009, p. 53),

> O café proporcionou também uma boa aglutinação da porção de território em volta de São Paulo (centro acumulador de capital), medicante um sistema adequado de transporte (ferroviário). Houve neste período grande extensão da linha ferroviária no Brasil, que passou de 9.320 km em 1888 para 31.857 km em 1928. A linha férrea, que também foi instalada em Bragança em 1884, fazia parte deste contexto, e ligava a cidade, da estação Taboão até a Estação de Campo Limpo, entroncamento com a São Paulo Railway Company (Santos-Jundiaí).

Em Bragança, o café e o seu comércio representaram uma atividade econômica importante na definição do quadro sócio-econômico e político da cidade. A cafeicultura carregou consigo uma carga simbólica de progresso muito forte, imbuída de uma certeza na riqueza e na inserção de Bragança no panorama mundial dos negócios (ISHIZU, 2009).

Quando o movimento do plantio de café ganhou força, a partir da segunda metade do século XIX, a cafeicultura e os cafeicultores (donos das fazendas de café) passam a ser citadas nas páginas de destaque dos periódicos locais. Nas palavras de Bueno (2007, p. 97), foi

> [...] como se as histórias e as memórias locais, anteriores ao surto cafeeiro, não tivessem motivo de ser. Afinal, a imagem das tropas e dos tropeiros não parecia estar inscrita nos novos ideais da modernidade, calcados na urbanização crescente e no rápido avanço técnico dos meios de transporte e de comunicação. Como comparar a força de tração e a velocidade de uma tropa de animais (burros, bestas e mulas; em alguns casos, os tropeiros recorriam até mesmo aos carros de boi) com uma locomotiva? Como comparar a resistência dos animais e a quantidade de mercadorias transportadas nos "cargueiros" (grandes cestos de taquarapoca) colocados cada um de um lado, no lombo dos animais, com as possibilidades de transporte e de comércio que se abriram com a "maria-fumaça"? O trem era mais rápido, resistente e seguro para o transporte de mercadorias e pessoas

> que as montarias e as tropas. Contudo, é necessário lembrar que as tropas podiam transitar por caminhos que levavam aos mais distantes lugarejos em que a ferrovia não havia chegado e que, por vezes, tais tropas percorriam caminhos difíceis de transitar, para desviar dos fiscais de barreira, evitando, assim, o pagamento de impostos.

Os cafeicultores bragantinos, nesse novo contexto, passaram a conduzir a política e a administração da cidade. Esse fator pode ser percebido nas linhas do Quadro 1 e do Quadro 2, apresentados abaixo, em que constam, respectivamente, os Presidentes eleitos da Câmara entre 1890 e 1930 e os interventores bragantinos entre 1931 e 1937.

QUADRO 1: Presidentes eleitos da Câmara entre 1890 e 1930

Período de exercício do poder	Presidentes eleitos da Câmara	Profissões dos presidentes
1890-1891	Manoel Jacintho de Moraes e Silva	Fazendeiro
1891-1892	Satyro Zotico	Fazendeiro
1892-1896	Jacintho Osorio de Locio e Silva	Fazendeiro
1896-1896	Manoel Chrisostomo de Almeida	Fazendeiro
1896-1899	Affonso Olegario Ferreira Pinto	Fazendeiro
1899-1901	Jacintho Osorio de Locio e Silva	Fazendeiro
1902-1904	Vicente Guilherme	Advogado
1905-1907	Antonio Felix D'Araujo Cintra	Fazendeiro
1908-1910	Francisco Ant. Pereiro Paião Silveira	Sem registro
1911-1913	João Alves de Moraes	Fazendeiro
1914-1919	Ladislau Gonzaga da Silva Leme	Fazendeiro
1920-1922	Theóphilo Francisco da Silva Leme	Fazendeiro
1923-1925	Ladislau Gonzaga da Silva Leme	Fazendeiro
1926-1930	Raul de Aguiar Leme	Fazendeiro

Fonte: Dados sistematizados a partir de tabelas que constam na Dissertação de Mestrado de Andrea Luri Ishizu (**Evolução da malha urbana e a arquitetura de Bragança Paulista**: 1884-1967, 2009).

QUADRO 2: Interventores nomeados entre 1931 e 1937, em Bragança

Período de exercício do poder	Interventores nomeados	Profissão dos interventores
1931-1933	Raul de Aguiar Leme	Fazendeiro
1933-1936	Olimpio de Toledo Prado	Sem registro
1936-1937	Jose de Aguiar Leme	Médico – Fazendeiro (Filho)

Fonte: Dissertação de Mestrado de Andrea Luri Ishizu (**Evolução da malha urbana e a arquitetura de Bragança Paulista: 1884-1967**, 2009, p. 146).

Dos doze nomes que apareceram no Quadro 1, apenas um (Vicente Guilherme[20], sobrinho de José Guilherme) não foi fazendeiro, o que demonstrou o poder político desempenhado pelos proprietários das fazendas de café em Bragança. Na década de 30, os primeiros anos da Era Vargas, a maioria dos interventores nomeados continuou composta por esta parcela da população bragantina.

Como muitas cidades brasileiras, situadas, sobretudo, no eixo da cafeicultura, a cidade de Bragança, na virada do século XIX para o XX, vivenciou inúmeras mudanças. "Essas se caracterizaram mais como alterações de estilo de vida que de urbanismo, novas sensibilidades e sociabilidades passaram a impregnar o espaço urbano" (BUENO, 2008, p. 245).

Conforme Ishizu (2009), na virada do século XX, tivemos em Bragança: a inauguração da ferrovia (1884), a instalação da rede de água (1893) e de esgoto (a partir de 1900), além da criação da companhia telefônica (1896) e da companhia de energia elétrica (1903). Foram também diversas as instituições criadas no período em Bragança, dentre clubes, associações, teatros, hospitais. É digno de nota que os periódicos locais promovem entre suas páginas uma apologia da modernização urbana da cidade, silenciando sobre as precárias condições de alguns bairros em que morava a população menos abastada.

Quase duas décadas depois de Bragança ser erigida à categoria de cidade, a Irmandade do Senhor dos Passos da Santa Casa de Misericórdia foi fundada, mais especificamente em 1874, pelo padre Simplício Bueno de Siqueira, por José Gomes da Rocha Leal e outros. Nos primeiros tempos, a irmandade não tinha fundos para a manutenção de um hospital e por isso atendia aos pobres em seus domicílios. Com a doação de um prédio e terreno na atual Rua Barão de Juqueri, feita por Dona Jesuína Francisca de Oliveira, para a instalação do primeiro hospital da cidade. Na época, este prédio foi considerado velho e muito mal repartido, não

[20] Conforme o *Annuario de Bragança para 1904* (p.113-114), Vicente Guilherme, "Em 1883, com treze annos de idade, veio Bragança, com fim de encentar os seus estudos num collegio que então matinha naquela cidade o illustre e saudoso educador José Guilherme Christiano, de quem era sobrinho. Foi professor de portuguez, francez, geographia, arithmetica e musica no Collegio Bragantino".

oferecendo as condições necessárias para acolher a Santa Casa, o que levou a irmandade a alugar uma outra casa. Por sua vez, a locatária desse imóvel velho e mal repartido, Anna Guilherme de Castro, abriu um colégio para meninas no local que funcionou entre 1880 e 1883. Em 1892, a mesa administrativa da Santa Casa resolveu que reabriria o hospital neste prédio. Entretanto os clínicos não cansavam de pedir a demolição e construção de um novo prédio. Assim, em 1896, resolveu-se tratar da construção desse novo prédio e, então, no ano seguinte, foi suspenso o funcionamento do hospital para a demolição do prédio velho. As obras de construção do prédio novo terminaram em 1900. No entanto, devido às condições financeiras, o hospital não podia dar assistência a mais de 12 doentes. Foi possível aumentar esse número por meio dos auxílios e doações significativos de algumas pessoas da cidade, além das subvenções realizadas pelo Estado e pela Câmara Municipal.

No dia 14 de agosto de 1881, instalou-se na cidade uma associação que reunia diversos escravos, num modesto casebre, próximo de onde hoje temos a Rua Santa Clara. A finalidade desta associação era o desenvolvimento intelectual dos sócios por meio de leituras, discussões e, principalmente, pela fundação de uma escola noturna para seus sócios e demais escravos. Há de se destacar o nome de Adelino Campos que se propôs a ensinar gratuitamente a todos eles. O clube, após sua fundação, constituiu-se em um "corpo forte, animado pela sede do estudo" (*Almanach Bragantino*, 1914, p. 73). No entanto, de acordo com o que fora apresentado pelo *Almanach Bragantino para 1914*, o "Club dos Escravos" não durou muito, extinguindo dois anos após sua fundação.

A Câmara Municipal de Bragança, em Julho de 1879, "[...] attendendo ao inconveniente de percorrerem as ruas esmolando, alguns morpheticos deste e outros munucipios visinhos, contractou com o Dr. José Marcelino Cavalheiro Junior a construção de um edifício destinado á internação daquelles enfermos" (*Almanach Bragantino*, 1914, p.24). A inauguração desse "Hospital para morféticos" realizou-se em 1880. Era um edifício instalado a dois quilômetros da cidade. Consta que muitos dos mendigos se afastaram da cidade para não sofrer as penas do isolamento.

A Estrada de Ferro Bragantina começou a ser construída em 1872, quando foram assinados os primeiros contratos para o início das obras. Na época, geraram-se dúvidas com relação a sua prosperidade, no entanto, em um relatório destinado ao Senador Dr. Florencio Carlos de Abreu e Silva, o engenheiro Fernando de Albuquerque, fiscal do governo, apontou que o aumento da exportação agrícola, principalmente do café, e o número de passageiros que

transitariam pela estrada bragantina dariam vida a mesma. Com a inauguração da linha férrea em 15 de agosto de 1884, tais previsões mostraram-se sensatas.

Três anos depois, foi inaugurado o Mercado Municipal bragantino cuja localização se deu na rua que popularmente chamada de "Rua do Mercado". Tal construção passou por reformas tanto para seu aumento quanto para sua conservação e, assim, existe até os dias atuais sob o nome de Mercado Municipal Waldemar de Toledo Funck.

Na data de 2 de fevereiro de 1891 foi fundada a Sociedade Democrática Italiana de Socorro Mútuos com mais de 100 sócios contribuintes. No mesmo ano de sua fundação, essa sociedade criou uma escola gratuita para os sócios e seus filhos que, segundo o *Annuario de Bragança para 1904*, foi suprimida em novembro do ano seguinte por "falta de concorrência".

No ano de 1892, a Câmara Municipal aprovou o abastecimento de água encanada. Até então, as casas das pessoas mais favorecidas socialmente eram abastecidas com água que se vendia diariamente de manhã por "carroças em pipas" (*Almanach Bragantino*, 1914, p. 31).

Sob ordens do governo estadual para a construção do edifício do Fórum e Cadeia, foi adaptado em 1896 o Paço Municipal para o funcionamento das repartições municipais. No pavimento térreo, funcionou a cadeia e o quartel e, no superior, o Fórum e Júri (*Almanach Bragantino*, 1914).

No mesmo ano, o sr. Nicolino Nacaratti, o capitão Gabriel da Silveira Vasconcellos e o professor João Baptista de Brito, fundaram a "Empreza Telephonica" que se instalou no centro da cidade. Inicialmente contava com o número de 150 assinantes. Funcionando dia e noite, a empresa atendia todas as repartições públicas, a polícia, os médicos, as farmácias, as principais casas de fazendas etc. Tinha ligação direta também com a estação da estrada de ferro bragantina para a transmissão de telegramas (*Annuario de Bragança*, 1904). Nos anos seguintes a empresa ligou-se a outras cidades e, especificamente em 2 de março de 1905, deu-se a ligação entre São Paulo e essa empresa.

Em 9 de agosto de 1897, foi organizado o primeiro Grupo Escolar de Bragança, localizado inicialmente na "Rua do Commercio", n. 82, onde funcionou até a construção do novo prédio (no qual a instituição funciona até os dias atuais), na Rua Coronel Leme, onde passou a funcionar em 27 de fevereiro de 1909.

No dia 6 de fevereiro de 1898, foi fundada a Sociedade Italiana "Fratellanza" por membros da colônia, entre eles, os irmãos Bertolotti. A sociedade foi criada com o intuito de

promover a união dos seus compatriotas, tendo vínculos de fraternidade, proteção e socorro aos enfermos e pessoas desfavorecidas financeiramente.

Foi inaugurado também no ano de 1898 o Hospital de Isolamento, construído a expensas da Câmara Municipal, sendo utilizado por vezes pela ocupação de variolosos.

Em 12 de fevereiro de 1898, foi inaugurado o "Theatro Carlos Gomes", de propriedade de uma empresa, sendo os maiores acionistas o Tenente Felippe Siqueira e Isidro Teixeira. O teatro possuía um grande espaço para o público e, de acordo com o *Almanach Bragantino para 1914,* era o maior do Interior do Estado, com varandas e uma galeria superior. Calculava-se que tinha um espaço para mais de 1 200 pessoas. Sua inauguração deu-se pela "Companhia Faria & Sampaio", pertencente ao "Theatro Apollo" do Rio de Janeiro. No entanto, seu distanciamento do centro da cidade e a falta de mobília geraram pouca procura por parte das companhias para a apresentação de espetáculos, levando-o ao abandono. Conforme o *Almanach Bragantino para 1914* (p. 16), "[...] houve em 1910 um projeto de doar-se o edificio á municipalidade", em decorrência da existência de público para o teatro.

Também no ano de 1898, foi iniciada a construção do Matadouro, situado na rua de mesmo nome, visando à melhoria de serviço, comodidade e exigência de higiene, pois, de acordo com o *Almanach Bragantino para 1914*, o antigo Matadouro situado na vargem do Lavapés, era impróprio para a matança de animais, levando assim a construção de um novo que atendesse as necessidades daquela situação.

Em 2 de maio de 1900, foram inauguradas as obras iniciais do serviço de esgotos em Bragança. Tal ação ficou marcada como uma medida de "prophilaxia e de hygiene publica", como apontou o *Annuario de Bragança para 1902* (p. 62).

Foi inaugurado, em 5 de maio de 1900, o Círculo Musical Carlos Gomes, atingindo mais de 100 sócios. O Círculo teve sua sede inicial no Largo das Pedras, sendo construído posteriormente um edifício próprio na Rua Albino Dantas, este inaugurado em setembro de 1908, intitulando-se então "Círcolo Musicale e Beneficiente Italiano Carlos Gomes". Em 1 de novembro de 1912, recebeu a adesão da sociedade "Circolo Democratico Italiano Recreativo", fundindo-se e reforçando desta forma a agremiação.

No dia 13 de maio de 1900, ressalta-se uma organização importante na cidade. É reunida a colônia espanhola no "Theatro Carlos Gomes" para a discussão sobre a fundação de uma sociedade. No entanto, só em 13 de outubro de 1901 é confeccionado o estandarte que a simbolizaria.

No ano de 1901 é construído no Largo da Matriz o coreto onde se realizariam concertos aos domingos e feriados com as bandas musicais "Carlos Gomes", "15 de Outubro" e "7 de Setembro".

O ano seguinte é marcado pela arborização da cidade, onde se estende o plantio de árvores nos Largos da Matriz e praças de Bragança.

Em 1903 é aberto um cemitério no bairro do Pântano (hoje do município de Tuiuti). Em 1904, criou-se outro cemitério no bairro da Pedra Grande, no entanto, até fins de 1910 não havia registros de sepultamentos, como informou o relatório do então prefeito Sr. Tenente Aristides Rezende. Já no cemitério de Tuiuti, no mesmo ano, sepultaram-se 100 cadáveres e em Bragança registrou-se um número intrigante de 834 enterramentos, sendo o dobro de mortes de menores em relação aos adultos[21].

Quanto ao Cemitério Municipal de Bragança, *o Almanach Bragantino para 1914* (p. 24) informava o seguinte:

> **Com a proclamação da República, foi decretada a secularisação dos edificios e por isso, o conselho de Intendencia mandou construir um edificio municipal, á margem da estrada que se dirige á capella da Penha, no planalto que fica a N.E. da cidade, em distancia de 1 kilometro mais ou menos. [...] De accordo com a lei n.8 de 15 de marco de 1893, isto é, seis annos depois do ultimo enterramento, foram sendo transportados do velho para o novo cemitério os restos mortaes e alguns túmulos de muitas pessoas gradas.**

O mesmo almanaque ainda ressalta que no local do antigo cemitério, ponto mais elevado da cidade, foi iniciado no ano de 1900, pelo jardineiro Sr. Achilles Marino, à expensas da Câmara Municipal, o Jardim Público, existente até os dias atuais.

Quanto à distribuição de luz elétrica na cidade de Bragança, esse *Almanach* também dispõe o seguinte:

> **O contracto do privilegio para a distribuição da eletricidade no edificios, entre a Camara Municipal e os srs. Tenente coronel Daniel Peluso, dr. Affonso Brandão e Nicolino Nacaratti, foi lavrado no dia 16 de Fevereiro de 1903 [...]. A inauguração da luz teve lugar no dia 10 de Julho de 1905, ás 6 horas da tarde, por entre ruidosas e enthusiasticas festas [...], tocando as diferentes bandas de musica da cidade: "15 de Outubro", "7 de Setembro" e "Carlos Gomes".**

[21] É digno de menção esse número de mortes, pois sugere a potencialidade de pesquisas futuras sobre as temáticas.

O preço da luz por mês era medido conforme o número e especificidade das lâmpadas de cada residência ou estabelecimento. Cada uma custava entre 2$000 e 50$000 mensais.

Ainda, no *Annuario Bragantino para 1904*, tem-se um pequeno registro de um "Club dos Operarios", com os respectivos integrantes de sua diretoria, mas a seu respeito informa-se apenas: "A sede social é á rua da Independência".

O Banco de Custeio Rural foi construído no dia 25 de novembro de 1906, em conformidade com o Decreto n. 434 de 4 de julho de 1901. Seu capital inicial foi elevado a 135.000$000 na assembleia geral de 22 de dezembro do mesmo ano, entretanto a sociedade não progrediu, extinguindo-se no ano de 1908.

Em fevereiro desse mesmo ano, partiu do "Centro Catholico" (instalado em Bragança desde o dia 25 de março de 1905) a iniciativa de fundar o "Asylo de Mendicidade e Igreja de S. Vicente de Paula". Posteriormente, no dia 3 de outubro de 1909, deu-se sua inauguração festiva com um concerto da banda musical "15 de Outubro", regida por Hermogenes Paiva.

Em sessão realizada no dia 15 de maio de 1910, no escritório da "Empreza Electrica Bragantina", foi constituída a "Companhia Industrial de Electricidade" com o fim de fabricar lâmpadas elétricas e acessórios para vendas internas e externas ao país. A duração da sociedade estava prevista para 20 anos. O edifício da fábrica foi construído na Rua do Taboão, a onde começou o funcionamento dos seus mecanismos em 1911.

Neste mesmo ano, foi construído pelos italianos Luiz Appezato, Roque Iarussi e Affonso Piccarelli, ao lado direito do Largo da Matriz, o denominado "Central Theatro". Seus espetáculos foram iniciados em outubro de 1911, realizados inicialmente aos sábados e domingos e, posteriormente, todas as noites, com exceção das segundas-feiras. Quanto a seu incêndio no ano seguinte, o *Almanach Bragantino para 1914* (p. 22) afirma que:

> Em agosto de 1912, quando essa casa de divertimento concorria para a vida e o aformoseamento do largo da Matriz, com a illuminação de sua fachada, execução de dobrados pelas bandas musicaes "15 de Outubro" e "Carlos Gomes" e a grande inffluencia de povo, manifestou-se um pavoroso incêndio na madrugada do dia 11 daquele mez, destruindo-se todo o edificio sem nem siquer um simples edificio ficar da origem do desastre. Os emprezarios [...] não se desanimaram e influenciados pela manifestação popular e muitos edificios, trataram de construir novo theatro no mesmo local do extincto [...]. Durante a construção do novo edificio, as sessões cinematographicas passaram a realisar-se no theatro "Carlos Gomes" até 21 de Dezembro, data da inauguração.

Em 16 de julho de 1911, por ocasião de uma greve de colonos que ocorreu em algumas fazendas do bairro, chamado na época, de Bocaina, no município de Bragança, foi fundado o "Club dos Lavradores" que apesar dos esforços de seus idealizadores parou de funcionar no ano seguinte de sua fundação.

O "Sanatorio Immaculada Conceição", um dos estabelecimentos de caridade do município de Bragança, foi inaugurado no dia 1 de janeiro de 1913. Ele atendia a meninos e meninas confiados ao zelo e cuidado das Irmãs de Caridade.

Em julho de 1921, ocorreu legalmente a reunião de isoladas da cidade. Porém, esta reunião se deu apenas de forma legal, mas não de fato. As escolas isoladas continuaram funcionando nos mesmos lugares e, em julho de 1922, foram "instaladas" no prédio da Barão de Juquery, sob o nome "Escolas Reunidas de Bragança". Três anos depois, pelo Decreto de 5 de fevereiro de 1925, passaram a denominar-se, segundo Grupo Escolar de Bragança. Neste mesmo ano, recebeu como patrono José Guilherme[22].

Nas quatro primeiras décadas do século XX se deu a expansão dos serviços de infraestrutura urbana que haviam sido inaugurados anteriormente. Exemplos da ampliação e aumento na qualidade de vida na cidade puderam ser observados nos melhoramentos realizados na energia elétrica, na telefonia, nos serviços de água e esgoto, nos calçamentos e instalação de novos equipamentos urbanos, como "mictórios", coretos, jardins e bancos (ISHIZU, 2009).

Por outro lado, é preciso considerar que tais melhoramentos não se voltavam para toda a população de Bragança. Grande parte desta continuou à margem desse progresso e, paulatinamente, a cidade foi sendo dotada de infraestrutura e de outros novos equipamentos urbanos. "Os locais onde eles foram implantados primeiramente privilegiaram certa faixa da população, elitizada, o que trouxe, como conseqüência, uma valorização ainda maior de seus bens e do local onde eles se situavam, em detrimento das demais áreas da cidade" (ISHIZU, 2009, p. 133).

Este panorama econômico e político mais amplo vivido pela cidade de Bragança proporcionou a reforma e a construção de prédios e o investimento em infra-estrutura, repletos de signos e significados de progressos atrelados à modernidade.

[22] Temos a hipótese que o advogado Vicente Guilherme foi um dos responsáveis pela escolha desse nome, já que José Guilherme era seu tio e ele ocupou o cenário político bragantino nos anos posteriores a morte dele.

2.2 A instrução pública em Bragança até a implantação das "Escolas Reunidas de Bragança"

Entre fins do século XIX e início do XX, a educação passa a ser uma questão, por excelência, muito discutida nos periódicos bragantinos, assim como foi na imprensa de todo o país. Na primeira página de jornal *O Guaripocaba* de 1880, discutiu-se sobre a necessária melhoria no ensino primário da cidade, como pudemos observar no seguinte trecho:

> Nas cidades em geral não faltam escholas primarias e estabelecimentos de instrucção; mas pelo interior, pelos bairros afastados, onde reside a maioria dos que se dedicam á lavoura, não há escholas nem mestres, e a maior parte dos paes não possuem os recursos necessarios para mandarem seus filhos a collegios ou escholas distantes. [...] A difficuldade e despesas a que estão subjeitos os pretendentes a cadeiras afasta os concurrentes ás de bairros e capellas. Os que conseguem habilitar-se preferem as de cidades e villas, onde a sociabilidade proporciona maior somma de gosos e a vida tem mais attractivos. Nos logares onde ha menos civilisação, e onde os alumnos apenas aspiram a saber ler, escrever e quando muito aprender as quatro operações, o professor que sabe portuguez, calligraphia, arithmetica, elementos de moral e civilidade, está habilitado a reger uma cadeira. (*O Guaripocaba*, 29/02/1880, n. 179, p. 1)

Pudemos notar também nesse artigo que a instrução ministrada nas zonas rurais e no contexto urbana, devido à disparidade de recursos físicos e humanos, era diferenciada. A educação nos lugares onde havia menos "civilização", bastaria apenas aprender a ler, escrever e realizar as quatro operações matemáticas (adição, subtração, multiplicação e divisão).

Ainda no mesmo artigo do *O Guaripocaba* (29/02/1880, n. 179, p. 1), pontuou-se que "As escholas mixtas dão magnificos resultados, e as nocturnas satisfazem á necessidade de dar instrucção aos adultos, muitos dos quaes desejam vivamente uma eschola onde possam receber o alimento do espirito nas horas em que não se estorvem de ganhar o pão quotidiano para si e suas famílias". Esse trecho demonstra que havia uma preocupação também com a educação de adultos não alfabetizados, considerando aqui que a grande maioria da população, no contexto nacional, era analfabeta.

Chamamos com ênfase à atenção que, nos almanaques e anuários de Bragança entre 1900 e 1904, percebemos claramente um equilíbrio entre quatro prioridades de uma sociedade dita moderna, como se fossem quatro pilares de sustentação da modernidade. Seriam elas a "Administração da Justiça", a "Administração Municipal", a "Administração Eclesiástica"

(porque embora o Estado tenha se emancipado da Igreja, esta ainda continuava muito presente no cotidiano da população) e, por fim, a "Instrução Pública" (referente à prática escolar).

No *Annuario de Bragança para 1904* encontramos um texto intitulado "Escola", escrito por Alzira Silveira, que discorre sobre a escola. Sua fala não nega o quão enaltecido era o papel dessa instituição pela sociedade, como percebemos na seguinte transcrição:

> A escola, manancial perenne de luz e de saber, é o alvo das attenções de todos os povos, sobre cuja cabeça scintilla a estrella do progresso; é o ideal de todas as nações, cujo maior anhelo é o engrandecimento de seus filhos, cujos louros mais viridentes são conquistados nas lutas herculeas do saber.
> Lancemos um olhar para a história do progresso de todos os povos cultos e veremos sempre a Escola occupadando o primeiro plano nos negocios do Estado, alvo de carinhosa attenção de todos os governos, que fazem residir a estabilidade do equilíbrio social no desenvolvimento intelectual da mocidade.
> [...] É na Escola que se forma a intelligencia autônoma, que se desperta o civismo viril e nobre no homem, que se depuram os sentimentos virtuosos na mulher.
> A instituição é o solido alicerce sobre o qual se funda o desenvolvimento intellectual e moral de um povo: é a base fundamental da grade pyramide social. (*Annuario de Bragança para 1904*, p. 169)

No final do século XIX, com a implantação do modelo grupo escolar (1893), apareceram também, nos periódicos que circulavam em Bragança, artigos que discutiam sobre o assunto. No jornal *Cidade de Bragança* encontramos a seguinte notícia[23]:

> Os grupos escolares [...] estão dando os melhores resultados, e a sua adopção estendeu-se cada vez mais, porque a pratica vae demonstrando as grandes vantagens d'esse racional systema de ensino, ja pelo methodo e distribuição do trabalho doutrinário, e ja pelo estímulo e emulação dos alumnos, que se esforçam em apresentar as melhores provas de adiantamento, em competencia com seus colegas. (*Cidade de Bragança*, 12/04/1896, n.47, p. 1)

Nesse período, percebemos que um determinado segmento da elite local, por meio da imprensa, apontou insistentemente a necessidade de instalação de um grupo escolar na cidade. Novamente no periódico *Cidade de Bragança*, identificamos outro artigo que ocupou a página inicial de sua publicação. Relatou-se o que seria uma primeira tentativa de implantar o grupo. Tentativa essa, não bem sucedida.

[23] Na virada do século XIX para o XX, observamos com particular ênfase que todas a publicações referentes à educação e a implantação do novo grupo, aparecem na primeira página dos periódicos locais.

> Entre nós ha necessidade de um Grupo escolar. O inspector litterario, que precedeu o actual, deu alguns passos nesse sentido, mas nada conseguio. Confiamos agora no sr. inspetor que parece possuir as melhores disposições no sentido de impulsionar entre nós o ensino publico; e não duvidamos que empenhara todos os seus esforços para que nesta cidade se estabeleça quanto antes este melhoramento [...] as nove cadeiras de ensino preliminar, para ambos os sexos, existentes na cidade são insufficientes. [...] A não se criar o grupo-escolar, haveria necessidade de mais duas cadeiras primarias para cada sexo [...]. (*Cidade de Bragança*, 12/04/1896, n. 47, p. 1)

Entretanto, mais a diante a reivindicação continua, em 9 de agosto de 1897, foi organizado o primeiro grupo escolar de Bragança. Inicialmente, funcionou em um casarão alugado e adaptado para o fim da instrução, na "Rua do Commercio", n. 82, como já pontuamos anteriormente. A direção do estabelecimento de ensino coube ao professor Raphael de Moraes Lima, então Inspetor literário, que reuniu as escolas isoladas da cidade. Sobre a implantação do grupo, encontramos a seguinte notícia:

> [...] realizou-se no dia 09 do corrente mez a inauguração do grupo escolar, ao espaçoso predio da rua do Commercio para esse fim adaptado pela Camara Municipal, que não tem poupado exforços nem despezas para dotar esta cidade com um estabelecimento de ensino digno do seu adiantamento. [...] marca o inicio de uma nova era para o ensino entre nós e a base de todo o progresso que há de transparecer num futuro não remoto. Desde cedo notava-se um movimento desusado na cidade, prenuncio do interesse que esse acontecimento despertava na população. Ao meio dia, com o edificio luxuosamente adornado interior e exteriormente com sanefas, colchas, arbustos, galhardetes e folhagens [...] os alumnos e alumnas incorporados desfilaram pelas principaes ruas da cidade, precedidos do pavilhão nacional, [...]. (*Cidade de Bragança*, 12/08/1897, ano II, n. 186, p. 1)

A inauguração desta instituição escolar foi identificada como a marca do início de uma nova era da educação na cidade, como o melhoramento que permitiria que o tão desejado progresso fosse atingido pela população.

Segundo o *Annuário de Bragança para 1902,* o grupo foi dividido em "duas secções, masculina e feminina, contendo a 1ª, 5 classes: 1° anno A, 1° B, 2°, 3°, e 4° anno; e a segunda outras tantas com a mesma classificação da primeira" (p. 186) e funcionava com mais de 300 alunos, somando as duas seções. Conforme passaram os anos e aumentou o número de alunos, o prédio da Rua do Comércio, deixava de ser o ideal para o funcionamento do grupo escolar da cidade e as críticas sobre o seu "péssimo estado" impregnaram os periódicos locais.

Foi então que, no dia 10 de julho de 1905, Dr. Jorge Tibiriçá, que viera presenciar a inauguração da luz elétrica de Bragança, visitou as instalações do grupo escolar. O então Presidente do Estado, por ocasião da visita, observando o péssimo estado da escola, comprometeu-se a obter verba perante o Congresso Estadual para a construção de um prédio apropriado. Conforme o *Almanach Bragantio para 1914* (p. 17), "De facto, logo depois, foi votada a verba precisa, na importancia de 50.000$000 e em 21 de Julho de 1906 concedida a autorisação ao governo para despender essa quantia [...]".

O engenheiro Augusto Lefévre escolheu o terreno localizado à Rua Coronel Leme (localizado próximo a Igreja Matriz de Bragança) no ano de 1905 e a pedra fundamental do edifício foi lançada no ano seguinte (1906). No mesmo ano de lançamento da pedra, mais precisamente em 12 de outubro de 1906, inaugurou-se o estandarte do Grupo. Na mesma ocasião ocorreu a aquisição de um retrato do Dr. Jorge Tibiriçá, que foi colado na sala da diretoria (ainda do antigo prédio), porque este passou a ser o patrono da instituição, então denominada, Grupo Escolar Dr. Jorge Tibiriçá.

Ressaltamos, porém, que o processo de escolha do patrono foi marcado por dissabores e tensões, posto que para alguns habitantes de Bragança o grupo deveria ostentar o nome de outra pessoa – esta pessoa seria José Guilherme Christiano, que, de acordo com eles, teria verdadeiramente se dedicado a instrução pública na cidade. Os embates entre os grupos políticos dominantes no período sobre essa questão foram registrados na imprensa. No jornal *Cidade de Bragança* consta que

> E' costume cada localidade dar à esta casa de instrucção o nome de um homem que, por seus serviços prestados em proveito da communhão social, tornou-se credor da gratidão publica. [...] Em minha opinião esse nome deveria ser o de um cidadão distincto que pelo muito fez [...] em favor da instrucção em Bragança, bem merece que seu nome seja perpetuado [...] Pelo meu voto chamar-se-á Grupo Escholar José Guilherme o grupo Escholar de Bragança. (*Cidade de Bragança*, 02/08/1896, n. 79, p. 1)

Em outro jornal bragantino que circulou no período, encontramos um discurso consonante a este:

> Ao saber que é resolução assente dar ao nosso grupo escolar o nome de dr. Jorge Tibiriçá, fiquei profundamente contristado. Não porque os merecimentos do dr. Tibiriçá sejam insufficientes, a ponto de não poder honrar com o seu nome um estabelecimento publico; [...] mas paira em meu espirito [...] a idéa de que se sua exe. não fosse presidente do Estado, o seu

> nome, pelo menos aqui, estaria de ha muito no numero dos esquecidos. [...] que fez o dr. Tibiriçá por Bragança, para que se dê ao nosso grupo o seu nome? [...] Ha tempos já foi lembrado e com razão, para o grupo escolar, o nome de José Guilherme, o apostolo da instrucção que com toda a solicitude dedicou-se ao ensinamento da mocidade bragantina [...] entretanto, os filhos de Bragança, que de visu observaram as suas acções, esqueceram-se delle, apontando outros nomes. Si isto não é ingratidão não sei o que será! Consta que pretendem dotar Bragança com dois grupos escolares, e que então um delles trará o nome de José Guilherme [...]. (*A Noticia*, 05/05/1906, ano II, n. 56, p. 1)

Mesmo diante esses embates, Dr. Jorge Tibiriçá permaneceu como o patrono do primeiro grupo escolar da cidade, mas, como sabemos, o segundo grupo implantado em território bragantino, veio a ostentar o nome de José Guilherme, como melhor discutimos no próximo capítulo.

Em novembro de 1906, registrou-se a ocupação do cargo de diretor do primeiro grupo escolar de Bragança, ainda que provisoriamente, por uma mulher. A professora D. Leonidia Furquim Leme permaneceu apenas três meses na direção do Grupo, embora tenha presidido a ideia emergente de construção do novo edifício na Rua Coronel Leme.

As obras do mesmo edifício ficaram prontas em fins de 1908 e as aulas foram iniciadas em 27 de fevereiro de 1909. Quanto às características da construção, o *Almanach de Bragança para 1914* destaca que possuía 1 diretoria, 10 salas de aulas e 1 para a portaria, contando também com uma área interna própria para a realização de festas escolares.

Além do grupo escolar, existiam também outras escolas em Bragança que rastreamos por entre os periódicos da cidade. No *Almanack de Bragança para 1900* (p. 155), aponta-se que, além do grupo escolar, existiam

> [...] mais sete cadeiras providas, assim destribuidas:
> 1ª cadeira do sexo masculino, regida pelo professor intermédio sr. Polycarpo C. de Faria Lima; uma mixta na Estação e mais 5 regidas por professores provisórios, nos bairros: Ponte do Jaguary, Araras, Pedra Grande, Pitangueiras e Lopo. Estando matriculados 200 alumnos, dando uma média de 28 alumnos para cada uma dessas cadeiras.
> Além das escolas publicas ha ainda quatro collegios particulares, tres para meninas e um para meninos.

Já em 1902, são apresentadas mais cadeiras de instrução primária (21 cadeiras), além da existência de colégios e escolas noturnas. Os demais anuários e almanaques consultados, a partir dessa data, dividem o eixo temático "Instrução Publica" em três: "Estadoaes" na cidade,

"Estadoaes" nos bairros e "Escolas Municipaes". Ainda sim, o *Annuario do Ensino do Estado de São Paulo* de 1910 (p. XXI) aponta que, em Bragança, havia uma população de 6 400 pessoas em idade escolar e, destas, 5 448 não recebiam instrução.

Alguns bragantinos continuavam preocupando-se com a falta de vagas nas escolas, mais pontualmente no grupo escolar da cidade. Como uma medida para tentar amenizar o problema, a instituição passou a funcionar em dois períodos, da manhã e da tarde, aumentando o número de alunos atendidos para 804. Segundo o jornal *Cidade de Bragança* (18/08/1910, n. 1531, p. 1), este número "[...] excedeu a [...] espectativa, depois que se dera o desdobramento daquelle estabelecimento de ensino. Cumpre notar que o número dos matriculados em todas as classes isoladamente, excede até os limites exigidos pelo regulamento, pois, variam entre 39 e 49".

Dessa situação emergiu nos periódicos, com mais vigor, menções sobre a necessidade de implantação de um segundo grupo escolar na cidade. Encontramos a seguinte nota, ainda no jornal *Cidade de Bragança* (18/08/1910, n. 1531, p. 1):

> **Assim conhecido o estado actual do nosso grupo escolar, á frente do qual se acha um diretor dedicado, conclue-se que Bragança póde muito bem ser dotada em breve tempo de mais um outro igual estabelecimento, espalhando-se mais profusamente a instrucção entre a população infantil sempre crescente.**

Essa foi a segunda vez que encontramos uma notícia que contemplou discussões sobre a necessidade de implantação do segundo grupo escolar bragantino. Interessante pontuar que, ainda neste mesmo ano, encontramos outra notícia que afirmava que, por volta do final de dezembro de 1910, chegaria na cidade "[...] um engenheiro do governo do Estado, afim de escolher um terreno que a camara municipal pretende[ria] offerecer para edificação de um predio destinado a um outro grupo escolar" (*Cidade de Bragança*, 15/12/1910, n. 1565, p. 2). Porém, conforme o *Almanach Bragantino* para 1914, a população bragantina ainda ressentia-se de mais um grupo escolar, para obtenção do qual vinha a tempos reclamando.

O mesmo periódico aponta que, além do primeiro grupo escolar, existiam em Bragança 4 escolas estaduais funcionando na "cidade"[24] (2 femininas e 2 masculinas), 25 escolas estaduais funcionando nos bairros[25] (2 femininas, 3 mistas e 20 masculinas) e 10

[24] Refere-se ao centro urbano da cidade.
[25] Distante do centro urbano: entre 5km e 30km.

escolas municipais (3 mistas e 7 masculinas)[26]. Dentre essas quase 40 escolas bragantinas, mais da metade encontrava-se "vagas", ou seja, sem professor responsável. Esse fator agravava a situação de 85% da população bragantina[27], em idade escolar, que não frequentava a escola.

O reclame pela implantação do segundo grupo escolar da cidade, o qual a necessidade os períodos que circulavam no período não deixavam de pontuar, só teve seu fim no início da década de 1920, quando foram implantadas as Escolas Reunidas de Bragança, que posteriormente transformaram-se no Grupo Escolar José Guilherme. Sobre o evento de inauguração da instituição, o periódico Athenéa (30/07/1922, n. 154, p. 1) descreveu:

> Escolas reunidas
> Perante uma grande assistencia, realisou-se hontem ao meio dia, a festa inaugural das Escolas Reunidas sob a direcção do distincto prof. Luiz Gonzaga de Vasconcellos Nardy.
> Presidida a sessão pelo sr: dr. Raul Valentim de Queiroz, pronunciou o discurso inaugural o director sr. Luiz G. V. Nardy.
> Fallaram tambem os srs. Francisco Gonzalez, representando a sociedade hespanhola <<2 de Maio>> e José de Andrade, ministro protestante.
> O programma que constou de hymnos, recitativos e canções escolares, agradou immensamente o auditorio.
> Ao encerrar a sessão, o sr. Dr. Raul Valentim de Queiroz pronunciou um vibrante duscurso que terminou por congratular-se com o povo bragantino por mais este passo que acaba de iniciar na senda do progresso.
> A orchestra que se desempenhou galhardamente de sua missão, esteve sob a regencia do maestro sr. Francisco Pedro da Silva.

A instituição é abordada pela imprensa, de maneira geral, como mais "um passo" rumo ao progresso, novamente acentuando a visão da época que ostentava a instituição/escola como fator indispensável para que a sociedade se inserisse nos novos padrões da modernidade.

---

[26] Desses dados, faz-se necessário ainda a seguinte reflexão: a instrução pública, na época, atendia prioritariamente o sexo masculino, pois apenas 10% das escolas bragantinas atendiam exclusivamente ao público feminino e 15% eram mistas (atendiam aos dois sexos). Interessante apontar que nos bairros (zonas rurais) 80% das escolas eram exclusivamente para meninos, enquanto que, no centro urbano, a educação escolar era igualmente oferecida, em termos de instituições escolares específicas para o atendimento de cada sexo.
[27] Dados calculados por nós.

CAPÍTULO III: O GRUPO ESCOLAR JOSÉ GUILHERME

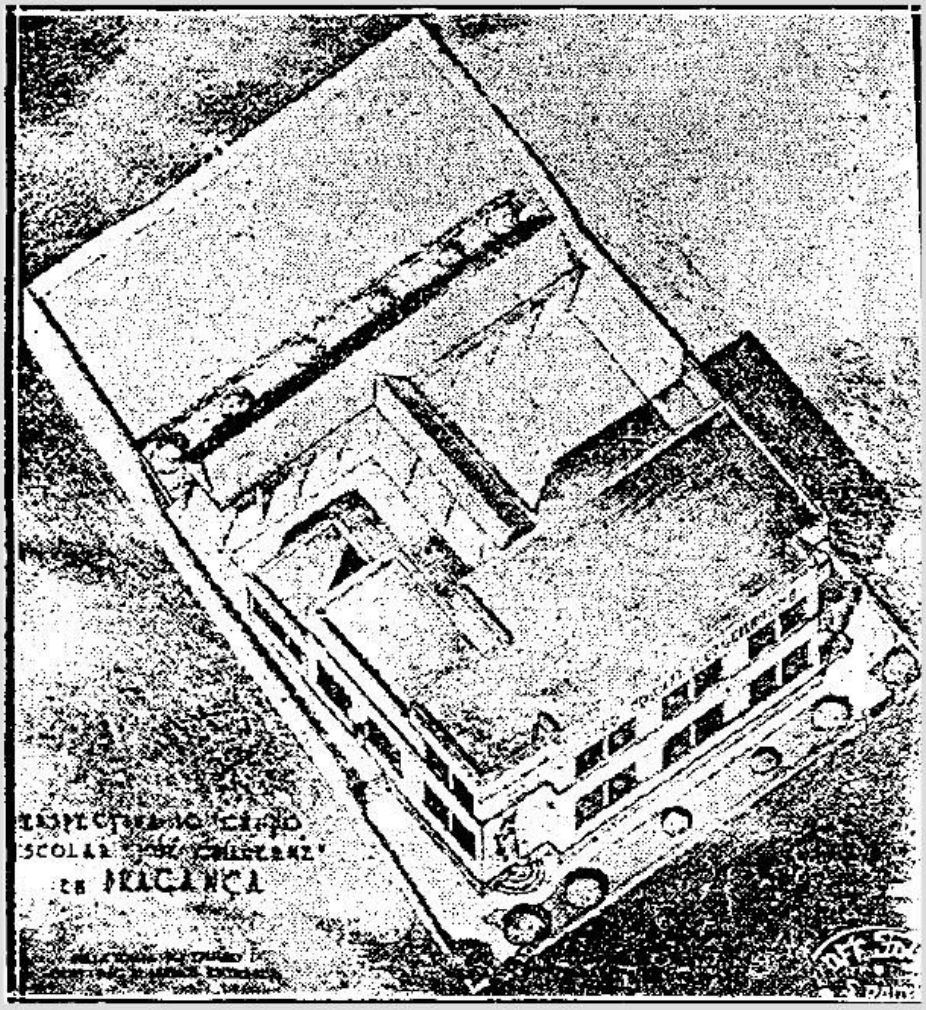


Figura 5: Projeção para a construção do novo prédio
Data 8 de março de 1910
Acervo E.E. José Guilherme
Figura recortada do jornal a Folha da Manhã (8/03/1936, Ano XI, n. 3670, p. 1).

3.1 As origens do Grupo Escolar José Guilherme: uma breve aproximação

A origem mais remota do Grupo Escolar José Guilherme data de 1921, quando se reuniram algumas escolas isoladas. Eram todas estaduais e urbanas, dentre elas estavam: a "mixta do Matadouro, regida pela professora d. Aminta Marques de Oliveira; a 2.ª mixta, pela professora d. Margarida França; a masculina do Matadouro, pelo professor Mario Alves de Faria Tavares; e a masculina da Estação, pelo professor Dorival Peluso" (*Cidade de Bragança*, 24/07/1921, Ano XXVII, n. 2627, p. 1)[28]. Interessante notar que essa reunião se deu apenas administrativamente e que, na realidade, foi em 1922 que essas escolas passaram a funcionar em um mesmo prédio.

Como prédio (o casarão que já era antigo) estava em estado precário e começava a apresentar riscos para as crianças, os jornais trazem artigos afirmando que a população passou a reivindicar a construção de um novo edifício, principalmente por meio da *Folha da Manhã* que pertencia ao grupo da *Folha de São Paulo*. Mas o novo prédio só começou a ser construído em 1936 quando se deu o lançamento da pedra fundamental da escola.

Sete anos depois, em 1943, foi então inaugurado um prédio especificamente construído para o fim da Instrução Pública. Entretanto, sua localização se deu e permaneceu numa região que era então pouco valorizada na cidade, situada mais precisamente, no pé de um morro, no chamado bairro do Lavapés, a frente da então Estação de Trem Bragança. Este bairro acolhia as camadas mais populares da cidade.

3.2 Os anos iniciais de funcionamento do Grupo Escolar José Guilherme: por entre seu acervo documental

Na Figura 6, trazemos um quadro, encontrado no arquivo da escola, que aponta importantes dados sobre sua trajetória histórica.

Logo no cabeçalho aponta-se o endereço do casarão onde o Grupo Escolar José Guilherme funcionou até a construção do novo prédio; Rua Barão de Juquery[29], nº 35, bem próximo a Santa Casa bragantina. Para além desse endereço, na segunda linha do cabeçalho,

[28] No contato com as fontes primárias, levantamos a existência de uma escola feminina que funcionava no mesmo bairro e, vislumbrando pesquisas futuras, perguntamo-nos por que não fez parte dessa reunião de escolas que quatro anos depois se transformaram no Grupo Escolar José Guilherme.
[29] Esta é numa das ruas mais íngremes da cidade de Bragança.

encontramos, pela primeira vez, o nome do dono do casarão. Consta que este fora alugado do Sr. Antonio Acedo Toro. No entanto, não encontramos outros registros sobre esse senhor.

Segundo o documento, as escolas isoladas que originaram o grupo foram reunidas em 1920 e, como pontuamos inicialmente, essa reunião se deu apenas em 1921. Entretanto este não foi o único documento que encontramos trazendo o ano de 1920 para esse feito. Não conseguimos identificar precisamente o porquê dessa data, mas – dentre as hipóteses que levantamos – possivelmente seja uma forma de apagar, ainda que apenas por um ano, parte da história de reivindicação para que se implantasse um novo grupo escolar[30] na cidade.

A instituição foi transformada no 2° Grupo Escolar de Bragança pelo Decreto de Criação de 5 de fevereiro de 1925. Neste mesmo ano, recebeu como patrono José Guilherme. Não fica claro se o grupo escolar chegou o funcionar como grupo esta esta denominação patronímica. Por outro lado, ainda no final do documento trazido na Figura 6, há uma citação que constaria nos "livros iniciais"[31] do grupo: "As escolas reunidas de Bragança, foram, por decreto de 5 de fevereiro de 1925 convertidas em grupo escolar, com a denominação de '2° Grupo Escolar de Bragança'".

Os dados presentes no quadro são basicamente os mesmos que podem ser observados no breve histórico da Escola Estadual José Guilherme (Figura 7), localizada em seu acervo.

Segundo o autor (não identificado), a primeira nomeação da escola foi "Escolas Reunidas de Bragança Paulista". Entretanto, como já pontuamos anteriormente (em nota de rodapé), a cidade só passou a ser conhecida por Bragança Paulista na década de 40 (do século XX) e as escolas teriam sido reunidas na década de 1920.

Apontam-se também outros dados referentes aos primeiros anos de funcionamento da instituição, tais como: o primeiro diretor (Sr. Luiz Gonzaga Vasconcelos), o ano de lançamento da pedra fundamental do prédio no qual a escola funciona até os dias atuais (1936), alguns dados sobre o patrono da escola (José Guilherme), o ano em que recebeu o patronímico (1925) e dados recentes sobre seu funcionamento. Destacamos ainda, neste documento, que alude-se a uma imagem da escola que atende a Bragança e região há muitos anos, "formando e construindo a cidadania", numa intenção, aparentemente sutil, de glorificar a instituição por seu papel "tão bem desenvolvido" perante a sociedade.

---

[30] Relembrando que o primeiro grupo escolar da cidade foi instalado em 1897; o Dr Jorge Tibiriçá.
[31] Não encontramos esses "livros iniciais" no arquivo da E.E. José Guilherme.

Endereço em 1920: Rua Barão de Juquery, nº 35
Prédio alugado de Antonio Acedo Toro
Prefeito Municipal: Dr. Valêncio do Prado – 1922
Endereço Atual: Rua Dona Carolina, 60 - Lavapés
Telefone: 4033 1548
E-mail: eejguilherme@ig.com.br

ESCOLAS REUNIDAS DE BRAGANÇA	1920
2º GRUPO ESCOLAR DE BRAGANÇA	1925
GESC JOSÉ GUILHERME	Decreto de Criação 05/02/1925
PATRONÍMICO	Decreto de 05/02/1925
INSTALAÇÃO	Ato de 11/02/1925
EEPG JOSÉ GUILHERME	Resolução SE 23/76 – 28/01/1976
EEPSG JOSÉ GUILHERME	Resolução SE 36/95 – 16/02/1995
EEPG JOSÉ GUILHERME	Resolução SE 37/96 – 25/04/1996.
EJA FUNDAMENTAL	Resolução SE 136/99 – 07/07/99

Recorte de jornais de vários anos indicam os esforços do jornalista Zeferino Vasconcellos Filho e Rubens do Amaral que cobravam sempre das autoridades a necessidade da construção do prédio escolar.
O início da construção do prédio atual, foi em 1936 e a inauguração foi em 1943.

1º nome : Escolas Reunidas de Bragança.
Nos livros iniciais consta na abertura os dizeres:
"As escolas reunidas de Bragança, foram, por decreto de 5 de fevereiro de 1925, convertidas em grupo escolar, com a denominação de "2º Grupo Escolar de Bragança."

Bragança, 20 de fevereiro de 1925.
Luiz Gonzaga de Vasconcellos
Diretor

Escrituração Escolar iniciada em 1921.

Figura 6: Dados sobre a Escola Estadual José Guilherme
Data provável 2006
Acervo da E.E. José Guilherme
Autor não identificado
Pudemos inferir que o redator desse documento foi o responsável pela reunião de recortes de jornais que detectamos no arquivo da escola. Percebemos também que essa documentação foi utilizada para o processo de tombamento do prédio atual.

Histórico da E.E. "José Guilherme"

Situada no bairro do Lavapés, e fundada em 1920, com o nome de Escola Reunidas de Bragança Paulista, seu primeiro Diretor foi Luiz Gonzaga Vasconcelos.

A pedra fundamental para a construção da atual escola foi lançada em 1936. O nome José Guilherme que a escola ostenta mostra-nos uma figura simples, mas grandiosa, que é o seu Patrono.

Ele era natural de Bragança Paulista, fundou o Colégio Bragantino, foi secretário da Companhia Bragantina e fundador do jornal Guaripocaba, em 1877. Foi também um dos fundadores do Clube Literário de Bragança Paulista e presidente por muito tempo do mesmo clube.

A EE José Guilherme recebeu o nome de seu patrono em 1925.

A escola comemora 84 anos no dia 23 de abril de 2004. São 84 anos de atendimento à população bragantina e da região, formando e construindo a cidadania.

Hoje a escola atende 1106 alunos de 5ª a 8ª séries do Ensino Fundamenta e Educação de Jovens e Adultos, funcionando nos três períodos.

Tem como Diretora a Senhora Célia Maria Pereira Paiva e Vice-Diretor Senhor João de Miranda.

Figura 7: Histórico da E.E. José Guilherme
Data provável 2003-2004
Acervo da E.E. José Guilherme
Autor não identificado
O documento não possui data, mas, quanto a esta última, podemos inferir que está entre 2003 e 2004, pois foi o período em que a escola ficou sobre a direção da Sra. Célia Maria Pereira Paiva e vice direção do Sr. João de Miranda corresponde ao ano de 2003 (figura 26).

José Guilherme Christiano

Na galeria dos homens que conseguiram o sucesso pelo talento e instrução destaca-se a figura de José Guilherme Christiano, natural desta cidade, onde nasceu em 1837.

Cresceu cercado de um ambiente luminoso, aprendeu a amar o trabalho e o estudo como fontes essenciais para o homem honesto e digno.

Ainda jovem adquiriu noções de latim, francês e desenho.

Despertou nele desde cedo o gosto pela literatura.

Não podendo continuar seus estudos, por falta de recursos, dedicou-se a pintura e a encardenação de livros no que se tornou especialista.

Foi professor e ensinou diversos idiomas. No tempo que lhe sobrava dedicava-se a leitura de bons livros, seus companheiros inseparáveis.

Um professor habilíssimo, colaborador de muitos jornais e ensinava a todos mais por vocação e amor às letras do que por interesse. Sua instrução estendia aos pobres e infelizes.

Juntamente com José Gomes da Rocha Leal e José Domingues fundou o Colégio Bragantino que foi de muita importância para os jovens bragantinos da época pois havia apenas uma escola no município.

Destacou-se pela sua simplicidade, moralidade e persistência , virtudes que estendia à família, pois foi um pai exemplar e dedicado.

Em fins de Abril de 1896, sentindo-se enfermo, mudou-se para São Paulo, vindo a falecer em 16 de Novembro do mesmo ano.

José Guilherme, nosso patrono, um homem justo e digno, trabalhador e honesto deixou para nós uma herança: Vencer pelo esforço e coragem.

Figura 8: Biografia de José Guilherme Christiano
Sem data
Acervo da E. E. José Guilherme
Autor não identificado

Quanto ao patrono da instituição, José Guilherme, constatamos duas sucintas biografias no acervo da própria escola, as quais trazemos nas Figuras 8 e 9. Pontuamos que, no entanto, como a maioria dos documentos encontrados na escola, tratar-se de produções que não são assinadas e, menos ainda, datadas.

Consideramos estas biografias, pois elas nos dão indícios de quem foi José Guilherme, ou melhor, o que ele representou para a sociedade daquela época, por meio dos vestígios que esses documentos carregam consigo. Consideramos também que não são registros passivos (LE GOFF, 1984), que têm a intenção de enaltecer, sob um determinado ponto de vista, a figura de um homem "ilustre". De fato, faria pouco sentido se encontrássemos uma biografia avessa a esta pessoa dentro da instituição que perpetua seu nome há quase 90 anos. Um texto que salientasse os percalços não superados e os erros que tal figura teria cometida durante sua vida.

José Guilherme Christiano nasceu em Bragança, no ano de 1837, e faleceu em 1896. Essas datas precisam ser consideradas, pois nos mostram que no ano seguinte a sua morte foi fundando o primeiro grupo escolar da cidade, o Dr. Jorge Tibiriçá, que não levou seu nome. 29 anos depois, com a criação do segundo grupo escolar, é que tivemos o seu nome adotado como patrono da nova escola. Salientamos que, por quase três décadas, seu nome permaneceu no imaginário, ao menos, de um determinado segmento da população local.

A biografia trazida na Figura 8 apresenta José Guilherme como professor, fundador do Colégio Bragantino e "colaborador de vários jornais", mas não especifica quais. No contato com outras fontes, levantamos, principalmente, o jornal *O Guaripocaba*, do qual foi fundador.

Percebemos ainda que o texto dessa primeira biografia reproduz, quase que na integra, a mesma biografia que encontramos em um dos almanaques bragantinos que circularam na virada do século (*Almanach de Bragança para 1900,* p. 65). Até os mesmos preceitos e ideologias podem ser percebidos. Por exemplo, para além de falar de José Guilherme, traz imagens do que seria um cidadão exemplar e de que o "amor ao trabalho" e ao "estudo" eram indispensáveis a um "homem honesto e digno".

A Figura 9 traz a segunda biografia de José Guilherme que encontramos na escola. Ela se apresenta nos mesmos moldes da anterior, mas traz alguns dados mais detalhados.

JOSÉ GUILHERME CHRISTIANO

Na galeria dos homens que conseguiram celebrizar-se pelo talento, instrução e caráter, destaca-se a figura singela, mas emoldurada pelos dotes de uma alma grandiosa e cheia de atrativos – José Guilherme Christiano.

Nascido em 1.837, aprendeu a amar o trabalho e a ser um homem honesto e laborioso, começou logo a despertar seu desejo de saber, e ainda jovem, adquiriu noções de latim, francês, desenho e literatura.

Não podendo continuar a carreira das letras, dedicou-se à pintura e encadernação de livros, e nas horas de lazer dedicou-se ao estudo da lingüística. Mais tarde foi adquirindo conhecimento em diversos ramos da literatura, da ciência e das artes e tornou-se professor de latim, francês, alemão, inglês, espanhol e italiano. Fez também seus estudos de grego e do sânscrito, e conhecia bem a etimologia da língua indígena, era também profundo conhecedor de geografia, história e astronomia.

Em 1.861, abandonou a carreira do professorado e atirou-se na vida comercial, afastando-se também do convívio das letras. Mais tarde, de novo volta ao magistério e recomeça com dedicação a ensinar e difundir a instrução nas classes mais pobres.

Em 1.873 fundou o Colégio Bragantino, auxiliado por José Gomes da Rocha Leal e José Domingues de Oliveira, o qual foi de suma importância e elevação intelectual para a cidade, porque seu diretor – José Guilherme – era um homem predestinado, que reunia, além de aptidão e conhecimentos de pedagogia, moralidade exemplar.

José Guilherme era um cidadão correto, dedicadíssimo no trato e angariava simpatia dos que tinham a felicidade de com ele conviver. Era por demais extremoso, viveu para criar e educar seus filhos com zelo pouco comum, e seus filhos o adoravam, porque viam nele o emblema do amor paternal.

Em 1.877 fundou o Jornal Guaripocaba, que teve cerca de doze anos de lutas gloriosas, tendo sido também um dos fundadores do Clube Literário Bragantino, cuja presidência ocupou por muito tempo.

Em fins de abril de 1.896, sentindo-se enfermo, mudou-se para São Paulo e no dia 16 de novembro do mesmo ano, faleceu.

Foi um bragantino ilustre, o seu nome há de viver eternamente gravado nos corações de todos os que sonharam admirar o seu proceder imaculado, honradez, probidade e patriotismo

Figura 9: Biografia de José Guilherme
Sem data
Acervo da E.E. José Guilherme
Autor não identificado

No texto, apresenta-se que tal figura abandonou a carreira do professorado por um tempo, dedicando-se a "vida comercial". No entanto, não são apresentados os motivos. Interessante notar que, na sua volta ao magistério, José Guilherme teria se dedicado a "ensinar e difundir a instrução nas classes mais pobres". Longe de considerar esse registro como uma verdade inquestionável e imparcial ou um reflexo do passado (BLOCH, 2002), levantamos que representa mais um indício do porque o primeiro grupo não veio a ostentar o nome de José Guilherme, as pessoas que apoiavam essa ideia não tiveram força política suficiente.

Nesta segunda biografia José Guilherme é apresentado também como um dos fundadores do Clube Literário Bragantino, o qual teria presidido por um determinado período (não especificado), apontado na biografia como uma conquista, principalmente, para mocidade bragantina da época.

No final do texto apresentado, novamente como no documento anterior, identificamos alguns adjetivos atribuídos à José Guilherme, que enaltassem sua figura como "[...] um bragantino ilustre, [cujo] o seu nome há de viver eternamente gravado nos corações de todos os que sonharam admirar o seu proceder imaculado, honradez, probidade e patriotismo". Pode-se claramente perceber a intenção de transmitir um sentimento de orgulho em tê-lo como patrono. Tais adjetivos apontam ainda que não bastava ser honrado, honesto, era preciso ser patriota, em outras palavras, contribuir para o progresso da nação. E, ao dedicar-se à educação da população menos abastada de Bragança, José Guilherme teria cumprido "imaculadamente" o compromisso de todo "bom homem" com o futuro de seu país. Esses são preceitos que configuram o imaginário de uma época que vemos ser propalado nesse documento.

Dentre os poucos registros encontrados na escola que relatassem seus primeiros anos de funcionamento, encontramos algumas listas (de alunos, professores e funcionários da instituição).

Na Figura 10, destacamos a lista do primeiro ano feminino de 1928. Neste registro observarmos duas questões muito pertinentes a nossa pesquisa. A primeira é a existência de salas exclusivamente femininas e, por conseguinte, outras frequentadas apenas por meninos. A segunda é a possibilidade de investigarmos, em nossas pesquisas futuras, a origem social dos alunos, ao considerar seus sobrenomes.

1º ANO A – FEMININO -192[illegible]

1	ADELIA CORRÊA DE OLIVEIRA
2	ALZIRA PICARELLI
3	ANESIA PEREIRA DE LIMA
4	APPARECIDA TOLEDO LEME
5	BENEDICTA APPARECIDA RAMALHO
6	CAROLINA BOSCHI
7	DINA MANGANELLI
8	DORILLA DE OLIVEIRA
9	ELVIRA PUGIOLI
10	ERANY COSTA
11	ERNESTINA CAVALHEIRO
12	FLÓRA MURCIA
13	FRANCISCA VIEIRA DA SILVA
14	FRANCISCA SANCHES
15	GERALDA MARIA DE OLIVEIRA
16	HELENA MAIJOLLO
17	HYEDA MONTANHÂNI
18	IRACEMA SIQUEIRA
19	IRACY TIOZZI
20	IRENE DE OLIVEIRA PRETO
21	ISMENIA GOMES
22	*ISOLINA PICARELLI*
23	ITALIA ALÓIA
24	JOANNA MOLINARI
25	JOANNA RAMALHO
26	JULIA IZZO
27	MARIA AMELIA APPEZZATO
28	MARIA AMELIA PASCHOAL
29	MARIA ANTONIA BORREGO
30	MARIA ANTONIA SOLLI
31	MARIA IOLANDA IZZO
32	MARIA JOANNA DE OLIVEIRA
33	MARIA DE LIMA
34	MARIA DE LOURDES SIQUEIRA
35	MARIA OLIVERO
36	MARIA VIEIRA DA SILVA
37	NIDA VIRGILI
38	OLIVIA IZZO
39	THERESA ALVES DE GODOY
40	THERESA JARUSSI
41	SEBASTIANA DOS SANTOS

Figura 10: Lista do 1º Ano feminino de 1928
Data 1928
Acervo da E.E. José Guilherme
Autor não identificado

Diante essa segunda consideração, elaboramos um quadro para melhor visualizar as famílias que tinham seus filhos acolhidos pelo Grupo Escolar José Guilherme.

QUADRO 3 – Sobrenomes das alunas do 1° Ano do Grupo Escolar José Guilherme em 1928

Sobrenome	Número de Alunos	Sobrenome	Número de Alunos
Oliveira	4	Siqueira	2
Picarelli	2	Tiozzi	1
Lima	2	Preto	1
Leme	1	Gomes	1
Ramalho	2	Alóia	1
Boschi	1	Molinari	1
Manganelli	1	Izzo	3
Pugioli	1	Appezzato	1
Costa	1	Paschoal	1
Cavalheiro	1	Borrego	1
Murcia	1	Solli	1
Silva	2	Olivero	1
Sanches	1	Virgili	1
Maijollo	1	Godoy	1
Montanhâni	1	Jussari	1
		Santos	1

Fonte: Quadro que organizamos a partir de documentos pesquisados no acervo da E.E. José Guilherme

Podemos identificar que a origem dos alunos é bastante variada. Identificamos 31 sobrenomes diferentes entre as meninas desse 1° Ano feminino. Sobrenomes que não figuram entre àqueles das elites locais destacadas nos periódicos que circulavam no período.

Dentre as Figuras 11 e 14, encontram-se duas listas de funcionários da instituição, desde o seu primeiro ano de funcionamento. Aparentemente as listas foram organizadas pela própria escola recentemente (se tratam de quadros digitalizados e um deles apresenta dados até o ano de 2007).

PROFESSORES: ADJUNTOS, SUBSTITUTO INTERINO, SUBSTITUTOS EFETIVOS, SUBSTITUTOS LEIGOS, EFETIVOS , OFAS E EVENTUAIS

AMINTA MARQUES DE OLIVEIRA	1920/1929
ALICE FERREIRA RAMOS	1921/1928
EULÁLIA JUDITH CARNEIRO	1925/1932
MARIA ANTONIETTA HOMEM DE MELLO	1925/1932
SEBASTIANA DAGMAR FERRAZ DE LAZZARO	1922/1927
EPHIGENIA CESTARI TEIXEIRA	1926/1931
GECY DE OLIVEIRA	1926/1931
MARIO ALVES DE FARIA TAVARES	1921/1923
MARINA DE VASCONCELLOS	1932/1934
ROSA PINTO NUNES	1925/1926
ANTONIO MENDONÇA	1921
DORIVAL PELUSO	1921
GESSIA PUPO	1922
JARBAS DE OLIVEIRA JOHAS	1923
MARIA OLINDA DE CASTRO	1923
NILINHA MARTINS FERREIRA	1923
ACHILLES GUILHERME CHRISTIANO * FILHO DE JOSÉ GUILHERME	1923
FRANCISCA DE SOUZA	1924
OSCARLINA SILVEIRA	1924
ANNITA RAMOS	1925
FELIPPE ABRAHÃO	1925
JOSÉ TAVARES	1925
ODETTE DE ARAUJO SCHMIDT	1925
SULTANI FARHAT	1925
ALZIRA GABBI BARBOSA	1926
ELYDIA DAL PORTO	1926
HORACINA OLIVEIRA	1926
MARIA DE LOURDES TEIXEIRA	1926
MARIA HENRIQUETTA DO VALLE	1926
MAFALDA AURICCHIO	1927
SEBASTIÃO ALVES VIEIRA	1927
MARIA LUIZA DE SIQUEIRA REIS	1928
RAPHAELA CAPRIGLIONI	1928
ALZIRA MENDES	1929
CLARICE FRANÇA	1929
DIRCE DE SOUZA GABBI	1929
GENNY ARANTES	1929
ICILIO DANTAS VASCONCELLOS	1929
IRACEMA RAMOS	1929
MARIA DE CARVALHO PINTO	1929
DALVA BARBOSA GOMES	1930
JUSTINA ROMANO	1930
MARIA ADELAIDE PRADO	1930
REGINA HALFIER	1930
BENEDITA CONCEIÇÃO FERRAZ	1931
CLARISMINIA VIEIRA	1931
ZILDA ROMEIRO PINTO	1931
DURVALINA RANGEL DE CARVALHO	1932
ELVIRA ROMANO	1932
ENIA SANCHES SANTANA	1932
HERUNDINA GODINHO	1932
JANDYRA ALVES DE OLIVEIRA CALDEIRA	1932
SARAH GODINHO	1932
ELZA DE TOLEDO LEME	1933
GERALDINA TOLEDO LEME	1933
MARIA CANDIDA NOBREGA	1933
MARIA JOSÉ FLEURY	1933
ADAIL DA SILVEIRA LEME	1934

Figura 11: Lista de professores (1/4)
Professores entre 1920 e 1932
Acervo da E.E. José Guilherme

ANTONIETA CURCI	1934
GERALDA DE OLIVEIRA MELO	1934
ISAURA DA COSTA FERREIRA	1934
LEONOR MARTINS	1934
LUIZA FORNARI	1934
MARIA DA CONCEIÇÃO FIGUEIREDO	1934
MARIA DE LOURDES FIGUEIREDO	1934
MARIA DIRCE LEME FERRAZ	1934
MARIA DO CARMO PELUZO	1934
MARIA ODETE FIGUEIREDO	1934
NADYR FERRAZ CUNHA	1934
NOEMIA ROMANO	1934
OLYMPIA DE FARIA TAVARES	1934
ZULMIRA MORAES EMYGDIO COSTA	1934
ALBINA FANTINI	1935
BENEDITO ALVES NOGUEIRA	1935
HEDDY DO CARMO BERTOLACCINI	1935
HILDEBRANDO LAIPIÃO DE CASTRO	1935
LAUDELINA MARCONDES DE CASTRO	1935
ANTONIETTA DE OLIVEIRA	1936
BRANCA BAUMANN	1936
CLARISSE DE TOLEDO FUNCK	1936
DALILA LEME GARCIA	1936
DALILA MADUREIRA	1936
HORTÊNCIA TESSALONICA	1936
LUCIA GIANNONI	1936
MARIA APPARECIDA TOLEDO LEME	1936
MARIETTA FRANCISCA DOS REIS	1936
NAIR SOARES	1936
OPHELIA GARCIA	1936
ANGELINA GONZALEZ	1937
LUIZA ARAUJO CERQUEIRA	1937
ODILA MONTEIRO REBELLO	1937
REGINA CUOCO	1937
ADELINA ZEO	1938
CACILDA DE TOLEDO MELLO	1938
ENEDINA DE TOLEDO BARROS	1938
LUIZA ABRAMO DE ARAUJO	1938
NAIR CERTAIN DE TOLEDO LEME	1938
ORMINDA SANT' ANNA	1938
ADAIR DE BRITO	1939
ALZIRA DE CAMPOS LONGOBARDI	1939
AUGUSTO PEREIRA DA SILVA	1939
BENEDICTA GODOY SILVA	1939
CANDIDA RODRIGUES	1939
ELZA DE TOLEDO FUNCK	1939
ISABEL PEREIRA ÉBOLI	1939
JULIO RAMOS DA SILVA	1939
MANOEL RIBEIRO MARCONDES	1939
MARIA DE LOURDES PEREIRA DOS SANTOS	1939
MARIA DO CARMO VILELA	1939
MARIA FLÔRA DE FREITAS	1939
MARIA RUTH DE ALMEIDA VANNI	1939
WANDA CERTAIN	1939
BENEDITO SIMÕES	1940
MARIA OLINTA BENEDITA BARLETA	1940
NOEMIA VASCONCELOS NAME	1940
RUTH CARVALHO	1940
HORTÊNCIA CORDEIRO PUCCINELLI	1941
INAH VIEIRA	1941
MARIA APPARECIDA DO AMARAL	1941
MARIA LOSASSO	1941
MARIA RUTH FERRAZ DE ALMEIDA	1941
MINALDA CONCETTA SPINELLI	1941

Figura 12: Lista de professores (2/4)
Professores entre 1934 e 1941
Acervo da E.E. José Guilherme

EDWARDO PAIVA	1942
HEBE MACHADO LEME	1942
SARAH MACHADO LEME	1942
WANDA CINTRA VIEIRA	1942
YOLANDA GOUVÊA AGOSTINHO	1942
MARIA APARECIDA TAVARES	1943
MARIA APPARECIDA FERNANDES	1943
MARIA IGNEZ TEIXEIRA COELHO	1943
MARIA IRENE LEME	1943
CESIRA MENDES GUIMARÃES	1944
CLVANISE VILLAÇA	1944
CYNIRA DE CAMPOS LEME	1944
DOSOLINA MORETTO	1944
EUCHARIS MOURÃO MORAIS	1944
MARIA ANGELICA CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE	1944
MARIA APPARECIDA ASSIS ANDRADE	1944
MARIA CONCETTA APPEZZATO ASSIS	1944
MARIA DO CARMO BUENO	1944
MARIA DOLORES ACEDO	1944
MARIA GUIOMAR DE FARIA TAVARES	1944
MARIA MOURÃO MORAES	1944
MARIA RUTH TAVARES	1944
OLÉIA MARQUES DE VITA	1944
OSTHENIA ALVES DE ALMEIDA	1944
ZILDA GABBI E SILVA	1944
EDINAH PIEROTTI LEME	1945
EDITH DE TOLEDO LEME	1945
ISABEL MORALES	1945
JOSEPHINA DIRCE BERNARDI	1945
LUZIA MEDEIROS ASSIS	1945
LYDIA GHILARDI	1945
MARIA DE LOURDES ALMEIDA	1945
MARIA DE LOURDES ARRUDA	1945
MATHILDE TEIXEIRA DE MORAES	1945
NAIR CERTAIN DE TOLEDO LEME	1945
ODILA BENTO MIRARCKI	1945
ONEIZA MARQUES DE VITA	1945
JANDYRA VALLE WOHLERS	1946
MAFALDA BARATELA	1946
MARIA GENY CARVALHO	1946
NAIR DE BRITO	1946
VALDEREZ LEME	1946
ARLINE MENIN	1947
BEATRIZ ALVES	1947
CINIRA LEME DE CAMPOS	1947
DAICY GUIMARAES DE PRÓSPERO	1947
DELIA BARBOSA GOMES	1947
THEREZA MAGRINI LIZA	1947
AMYRES HUNGER DE OLIVEIRA GUAZZELLI	1948
ASCENSÃO SORIANO	1948
DAPHNE ESTHER SILVEIRA	1948
IGNEZ GAZZANEO	1948
MARIA APARECIDA MOLINA	1948
MARIA APPARECIDA GRACIA TALAMINO	1948
MARIA HELOISA ASSIS ARRUDA	1948
SEBASTIANA BONUCCI	1948
IRACEMA VILLAS BOAS SALLOURCZ	1950
RUTH MARIA MOORE DA SILVA OLIVEIRA	1952
YOLANDA FARIA	1952
MARIA APARECIDA TUCCI	1953
MATHILDE GIMENES SANCHES	1953
THEREZINHA APARECIDA NINNI	1953
MARIA APARECIDA DA SILVA SOUZA	1954
FORTUNATO BARBOSA DE CAMPOS	1955

Figura 13: Lista de professores (3/4)
Professores entre 1942 e 1955
Acervo da E.E. José Guilherme

MARIA IGNEZ PELLIZZER WOFF	1956
ADELINA CONCEIÇÃO BERTELLI	1957
CYBEL DE ALMEIDA FEO	1957
ELISABETH MAGRINI	1957
MARICE DE TOLEDO LEME SUAREZ	1957
ANELIDE ZADRA	1958
LAVINIA LYDIO LEME	1958
MARIA GOMES MARQUES TELLES	1958
ALZIRA CÚNHA CORDEIRO	1959
SANDRA HUSEMANN	1962
MARIA APARECIDA BUENO ZAPPA	1962
DELZA CONCEIÇÃO PINHEIRO POLIDORI	1963
RAILD DEL NERO BARATELLA	1964
MARIA SIRIANE DEL NERO	1964
ODIL BAPTISTA DA SILVA	1964
ELZA MARTINS SABELLA	1964
MARIA JOSÉ PESTANA DE CAMPOS	1964
ANGELINA DE OLIVEIRA ZAGO	1965
MARIA CECILIA AVESANI	1968
LUIZ GONZAGA FERNANDES	

FUNCIONÁRIOS

JOÃO MENDES FERREIRA	PORTEIRO	1925
NICOLINO THOMAZINI	SERVENTE	1927
HERCÍLIA RASEIRA	SERVENTE	1932
JULIETA RASEIRA MICUCCI	SERVENTE	1932
REGINA PAZZOTO	SERVENTE	1933
LOURDES ARBIES CAMARGO	SERVENTE	1933
ZULMIRA MORAES EMYGDIO COSTA	SERVENTE	1934
MARIA DE MORAES LEME	SERVENTE	1936
DAURA LEME	SERVENTE	1937
JOSÉ XIMENES	PORTEIRO	1944
MARCOS CELESTE BIAZETTO	SERVENTE	1944
SEBASTIANA THEODORO DE MATTOS	SERVENTE	1947
FLAVIO FAGUNDES DE OLIVEIRA	SERVENTE	1952

Figura 14: Lista de professores (4/4)
Professores entre 1956 e 1968 e outros funcionários entre 1925 e 1952
Acervo da E.E. José Guilherme

A primeira lista é composta de quatro folhas (Figuras 11, 12, 13 e 14) e aponta os professores e professoras que lecionaram na instituição (entre 1921 e 1968), dentre adjuntos, substitutos, efetivos, eventuais, bem como porteiros e serventes (entre 1925 e 1952). Um fato curioso a se destacar é a data de ingresso da primeira professora: 1920.

Como já pontuamos, as escolas isoladas que deram origem ao Grupo Escolar José Guilherme foram reunidas em 1921 e somente passaram a funcionar no mesmo prédio em 1922. E, assim, deparamo-nos com uma pergunta pertinente: a professora Aminta Marques de Oliveira (que lecionou na instituição, conforme a Figura 11, entre 1920 e 1929) lecionava em uma das escolas isoladas que originaram o grupo ou se trata novamente de mais uma tentativa de firmar a data de 1920 com aquela em que o 2° Grupo Escolar de Bragança foi fundado? Por outro lado, há de se considerar ainda que pode ter sido apenas um erro de digitação.

A lista de professores se estende até 1968, mas não há uma explicação sobre o porquê dessa data. Interessa-nos pontuar que, entre 1920 e 1943 (período que estudamos), pode-se perceber uma diferença enorme entre o número de docentes homens em relação às mulheres. Subtraindo três nomes (Sultani Farhat, Genny Arantes e Adail da Silveira Leme) para os quais julgamos extremante impreciso definir masculino ou feminino, somamos 52 professoras e apenas 10 professores, que lecionaram nas duas primeiras décadas de funcionamento da escola (até 1943). Isso demostra o quanto o magistério já representava uma profissão predominantemente feminina, na época pesquisa.

Dessa lista de professores, há ainda um fator que merece ressalva. Consta como 17° docente Achilles Guilherme Christiano, nome que o redator da lista faz questão de escrever uma nota: "Filho de José Guilherme".

DIRETORES – efetivos - substitutos designados

Luiz Gonzaga de Vasconcellos	1921
Ernesto Penteado	1922
José Tavares	1926
Clarice França	1929
José Tavares	1930
Dorival Peluso	1935
Benedito Alves Nogueira	1935
Alzira Gabbi Barbosa	1938
Lamartine de Morais Rosa	1944
Delia Barbosa Gomes	1948
Maria do Carmo Paschoal Gomes	1948
Aldrovando Quedinho Wolff	1949
Iracema Villas Boas Sallowicz	1953
Geraldo Pinheiro Faria	1954
Iracema Villas Boas Sallowicz	1954
Romeu Graziato	1956
Edi Faria Doria	1957
Thereza Liza de Oliveira	1957
Bruno Florenzano	1958
Antonietta Felice de Araújo Braga	1971
Nilza Faria	1973
Carlos Antonio Prata	1972
Marice Toledo Leme Suarez	1972
Antonio Marques Molina	1973
Marice Toledo Leme Suarez	1974
Antonietta Felice de Araújo Braga	1977
Marice Toledo Leme Suarez	1977
Antonietta Felice de Araújo Braga	1978
Maria Cândida Martinez Bruno	1979
Antonietta Felice de Araújo Braga	1980
Maria Cândida Martinez Bruno	1982
Edson Izzo	1985
Elda Alvarez Loyolla	1988
Maria Cândida Martinez Bruno	1988
Vera Lúcia Vecchiatti Colucci	1989
Marivelt Rosana Pocol	1990
Regina Franco Tristini	1994
Leni Apparecida Appezzatto	1998
Maria José Chiovatto	1999
Maria Aparecida Gomes	1999
Maria José Chiovatto	2000
Dirlene Aparecida L. Tarício	2002
Elidia Franco de Camargo Rodrigues	2002/2003
Célia Maria Pereira Paiva	2003
Roberta da Silva Bonani	2004
Elidia Franco de Camargo Rodrigues	2005/2006/2007

Figura 15: Lista de diretores
Diretores entre 1921 e 2007
Acervo da E.E. José Guilherme

A Figura 15 apresenta a lista de diretores (as) da instituição até 2007. Entre 1921 e 1943 consta que sete pessoas estiveram a frente da direção da escola, em períodos alternados. Dessas sete pessoas, apenas duas eram mulheres e, traçando um paralelo com a lista de professores (as) apresentada nas Figuras 11 a 14, vemos uma inversão da presença feminina. Enquanto predomina o sexo feminino entre os docentes, a primeira vez que uma mulher ficou a frente da escola foi em 1929 e apenas por um ano. É possível considerar ainda que foi apenas uma substituição, pois seu antecessor, José Tavares, volta a direção em 1930. A segunda mulher a assumir tal cargo, durante o período que recortamos, foi Alzira Gabbi Barbosa, quase uma década depois, mais precisamente em 1938, e esta já permanecendo até 1944, conforme o documento. É preciso considerar o indício de que a profissão de diretor (a) gozava de mais prestígio, afinal era o poder máximo dentro da instituição escolar.

A primeira direção da escola esteve nas mãos de Luiz Gonzaga de Vasconcellos, em 1921, dados condizentes com aqueles encontrados em outros documentos, como é apontado também no quadro da Figura 6. Entretanto, consta que o segundo diretor a tomar posse foi Ernesto Penteado, em 1922, e, como vimos na Figura 1, Luiz Gonzaga de Vasconcellos teria permanecido, ao menos, até 1925 na direção da escola. O fato da lista ser de diretores efetivos e substitutos designados, poderia explicar o porquê dessa contradição. Não encontramos o nome de Ernesto Penteado em outros documentos, o que levou a crer na possibilidade de que ele tenha sido um "substituto designado".

Diante essas observações, configuramos os primeiros anos de funcionamento do Grupo Escolar José Guilherme, quando ainda estava no casarão antigo, na rua Barão de Juquery.

3.3 O movimento de reivindicação pela construção do novo prédio

Como prédio (o casarão antigo representado na Figura 16), onde o Grupo Escolar José Guilherme funcionava, estava em estado precário e começava a apresentar riscos para as crianças, segundo a imprensa a local, a população passou a reivindicar a construção de um novo edifício.

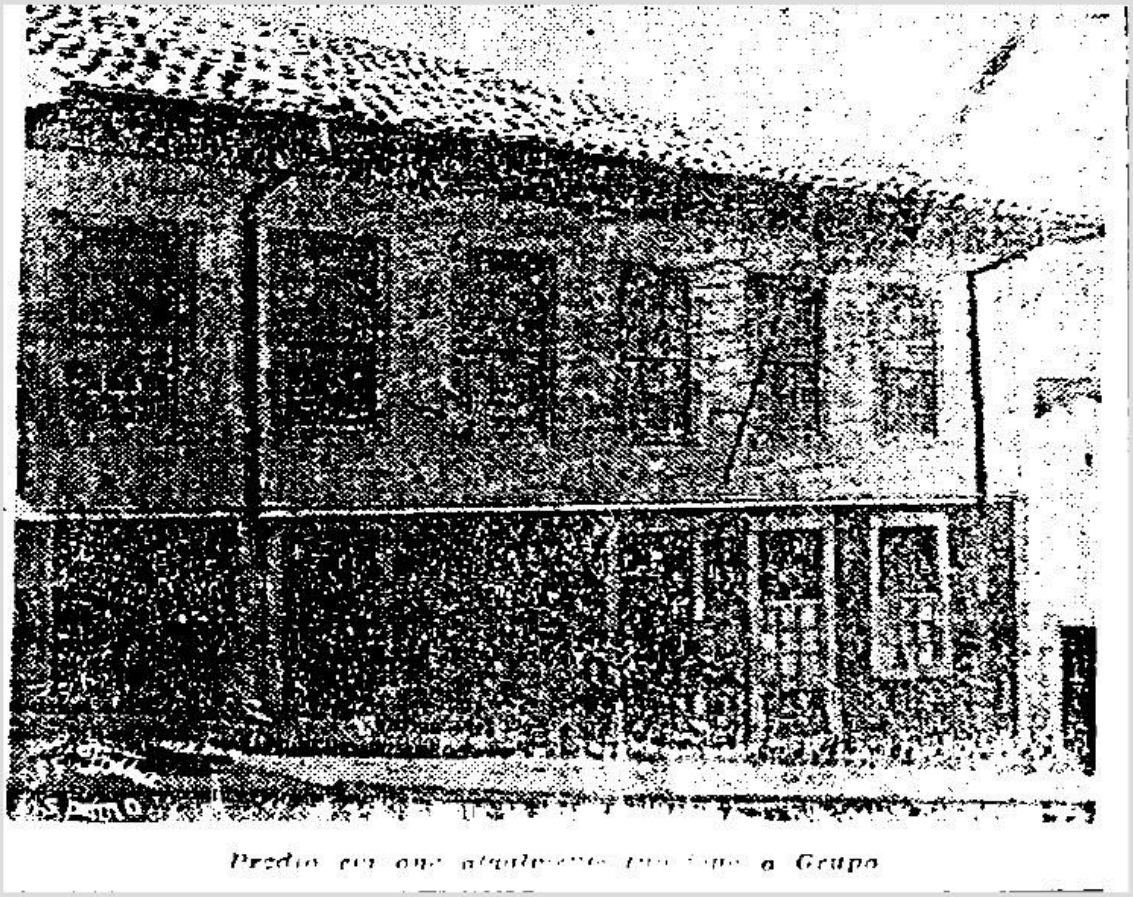


Figura 16: Casarão onde foram instaladas as Escolas Reunidas de Bragança
Data provável fevereiro de 1930
Acervo E.E. José Guilherme
Essa imagem foi possivelmente retirada de um dos recortes de jornais encontrados no acervo da escola. A mesma imagem aparece duas vezes dentre os recortes encontrados.

Encontramos diversos recortes de jornais no acervo da E.E. José Guilherme que pontuam esse processo de reinvindicação pela construção do novo prédio da instituição. Inicialmente não havia vestígios do jornal de origem dos recortes e, muito menos, datas precisas de publicação dos mesmos.

Buscando compreender a lógica organizacional do acervo da escola, levantamos a biografia de Rubens do Amaral[32] porque os documentos de sua autoria e aqueles que são relativos a ele representam um dos eixos documentais centrais do arquivo escolar. Pesquisando sobre ele, identificamos seu vínculo com o jornal *Folha de São Paulo*. Dentre nossas pesquisas, descobrimos que o periódico pode ser encontrado em acervo *on-line*[33], subdividido em *Folha da Manhã*, *Folha da Noite* e *Folha de São Paulo*. Adentrando tal acervo digitalizado, fomos, aos poucos, detectando os recortes de jornais encontrados na E.E. José Guilherme. Esta foi uma descoberta extremamente importante ao nosso trabalho, pois pudemos pesquisar esses recortes precisando com maior rigor as datas e "o lugar" de onde falavam seus redatores.

A *Folha de São Paulo* foi fundada em 19 de fevereiro de 1921, originalmente como o nome de *Folha da Noite*, por Olival Costa e Pedro Cunha. O jornal apoiou a eleição de Júlio Prestes à presidência da República, em 1930. Entretanto, diante a vitória dos revolucionários de 1930, a Folha foi depredada e fechada em 24 de outubro do mesmo ano.

Em 1931, sob novos donos e nova linha editorial, a Folha voltou a funcionar com o nome de *Folha da Manhã*, quando passou a ser dirigida por Octavio Alves de Lima, Guilherme de Almeida, Diógenes de Lemos Azevedo e Rubens do Amaral, até 1945.

No discurso que apresentamos de Rubens de Amaral, na próxima subseção desse capítulo (3.4), quando ele foi paraninfo de uma classe de formandos do Grupo Escolar José

---

[32] A relação entre Rubens do Amaral e o Grupo Escolar José Guilherme se inicia na seguinte situação, redigida e publicada no periódico *Folha da Manhã* (18/03/1939, Ano XIV, n. 4607, p. 6): "Transferindo residencia para Bragança, procurei matricular meus filhos m um dos grupos escolares locaes, e qual não foi a minha admiração, ao receber dos respectivos directores, a noticia de que os mesmos não podiam ser matriculados por não existirem vagas. Esse facto desgostou-me bastante, vindo mesmo forçar-me a não poder ficar em Bragança, pois não desejo ver meus filhos crescerem sem receber o curso escolar. Foi iniciada em Bragança a construção de um predio para funcionar o Grupo Escolar "José Guilherme", o qual não foi terminado, estando as obras paralysadas, ha dois annos, sem terem os habitantes locaes conhecimento de quando a construcção será terminada. As "Folhas", jornaes sempre promptos a defender as causas e os interesses do publico paulista, appelio no sentido de dar publicação, em suas columnas, do meu protesto, que julgo ser justissimo".

[33] Em um endereço específico: *Folha da Manhã*, < http://acervo.folha.com.br/fdm>. Pontuamos também que, embora tenhamos detectado esse acervo virtual, trabalhamos prioritariamente com as digitalizações realizadas do acervo da própria escola, pois a organização dos recortes realizados e arquivados pela instituição também teriam algo "a dizer".

Guilherme, consta que os artigos sobre Bragança que, como descobrimos, foram publicados na *Folha Manhã* eram "muitos da lavra de Zeferino Vasconcellos" e alguns elaborados por ele mesmo.

Encontramos recortes a partir de 1936 e, antes de destacarmos aqueles que foram cotejados, apresentamos nas Figuras 17 e 18, respectivamente, o "Acto n° 82" e o "Acto n° 84"[34], redigidos por Oswaldo Russomano (secretário da Prefeitura Municipal na época de registro dos atos), em novembro de 1935.

Ambos os documentos foram manuscritos e, por datarem de 1935, apresentaram certa dificuldade para a identificação de algumas palavras. Todavia, ao seguirmos o padrão das letras, em palavras que conseguimos decifrar inicialmente, foi possível transcrever quase que inteiramente os dois documentos.

O primeiro ato legal (n° 82) ao qual tivemos acesso, "abre crédito especial para a acquisição de terreno para construção do grupo escolar 'José Guilherme'", como consta na escrita lateral do documento.

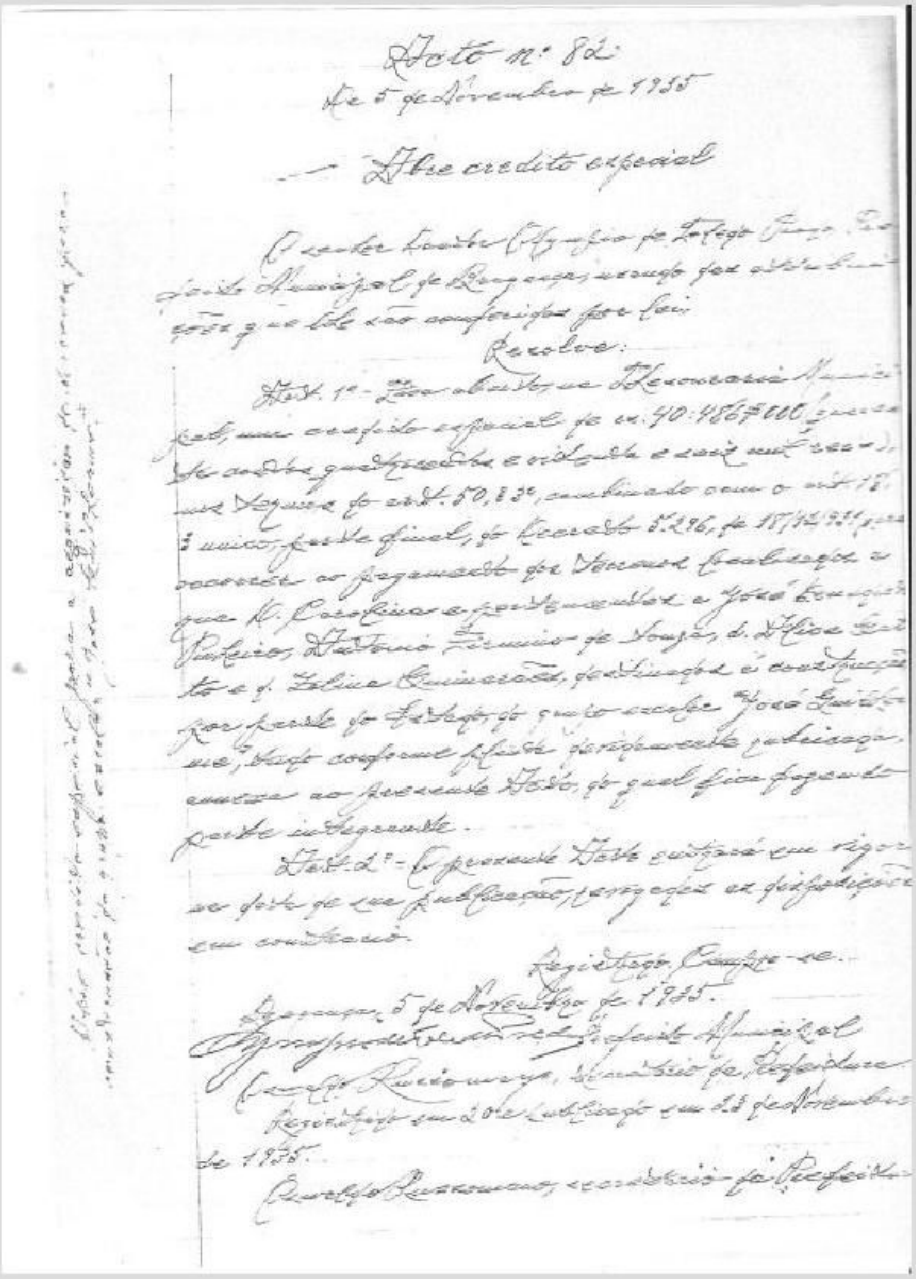
Inicialmente, no contato com outras fontes, consideramos que o terreno para a construção do novo prédio para o grupo escolar José Guilherme havia sido doado pelo prefeito municipal, como pessoa física. Entretanto, pelo "Acto n° 82", registrado e publicado, respectivamente, em 20 e 23 de novembro de 1935,

> **O senhor Doutor Olympio de Toledo Prado, Prefeito Municipal de Bragança, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,**
> **Resolve:**
> **Art. 1° Fica aberto, na Tesouraria Municipal, um credito especial de [n.i.][35] 40:486#000 (quarenta contos quatrocentos e oitenta e seis mil reis), [...] para ocorrer ao pagamento dos terrenos localizados á rua D. Carolina e pertencentes a José Benecdito Pinheiro, Antonio Firmino de Souza, d. Alice [n.i.] e d. [n.i.] Guimarães, destinados á construção por parte do Estado, do grupo escolar José Guilherme [...].**

E digno de nota que tanto no "Acto n° 82" como no "Acto n° 84", consta que o prefeito de Bragança resolve que "fica a Prefeitura Municipal autorizada a doar ao Estado os terrenos [n.i.], sitos á rua D. Carolina, [...] destinados á construção por parte do Estado, do grupo escolar 'José Guilherme' [...]".

---

[34] No final dos dois atos manuscritos, consta as assinaturas do Prefeito Municipal (Olympio Toledo Prado) e do Secretário da Prefeitura (Oswaldo Russomano), responsável por lavrar os referidos documentos.
[35] Utilizamos essa sigla quando não foi possível definir, com precisão, a escrita apresentada no documento original.



Acto nº 82
De 5 de Novembro de 1935

Abre credito especial

O senhor Doutor Olympio de Toledo Prado, Prefeito Municipal de Bragança, usando das attribuições que lhe são conferidas por lei

Resolve:

Art. 1º - Fica aberto na Thesouraria Municipal, um credito especial de rs. 40:486$000 (quarenta contos quatrocentos e oitenta e seis mil reis), nos termos do art. 50, § 3º, combinado com o art. 18, § unico, parte final, do Decreto 5.296, de 18/12/1931, para occorrer ao pagamento dos terrenos Cambiados a que R. Carolina e pertencentes a José Bonifacio Pinheiro, Antonio Firmino de Souza, d. Alice Leite e d. Zelina Guimarães, destinados á construcção por parte do Estado, do grupo escolar "José Guilherme", tudo conforme planta devidamente rubricada, annexa ao presente Acto, do qual fica fazendo parte integrante.

Art. 2º - O presente Acto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Registrado. Cumpra-se.

Bragança, 5 de Novembro de 1935.

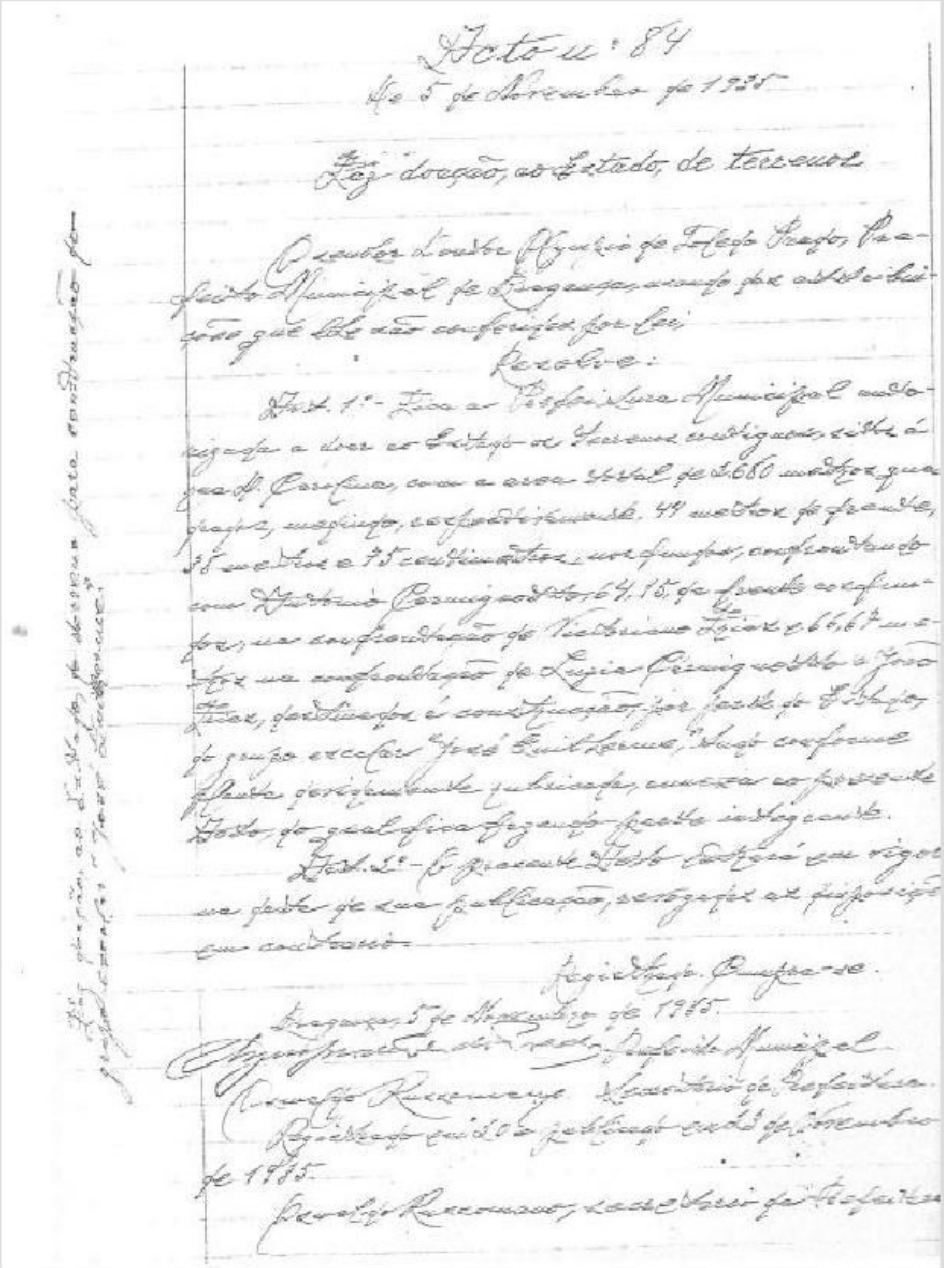
Olympio de Toledo Prado, Prefeito Municipal

Oswaldo Russomano, Secretario da Prefeitura

Registrado em 20 e publicado em 23 de Novembro de 1935.

Oswaldo Russomano, secretario da Prefeitura

Figura 17: Ato nº 82
Data 5 de novembro de 1935
Redator Oswaldo Russomano
Acervo E.E. José Guilherme



Ato nº 84

De 5 de Novembro de 1935

Faz doação, ao Estado, de terrenos

O senhor Doutor Olympio de Toledo Prado, Prefeito Municipal de Bragança, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,

Resolve:

Art. 1º - Fica a Prefeitura Municipal autorizada a doar ao Estado os terrenos contiguos, sitos á rua D. Carolina, com a area total de 2.680 metros quadrados, medindo, respectivamente, 44 metros de frente, 38 metros e 75 centimetros nos fundos, confrontando com Antonio Carmignotto, 64,15 de frente e confundos, na confrontação de Victoriano Frias e 66,67 metros na confrontação de Luzia Carmignotto e João Frias, destinados á construcção, por parte do Estado, do grupo escolar "José Guilherme", tudo conforme planta devidamente rubricada, annexa ao presente Acto, do qual fica fazendo parte integrante.

Art. 2º - O presente Acto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Registrado. Cumpra-se.

Bragança, 5 de Novembro de 1935.

Olympio de Toledo Prado, Prefeito Municipal

Oswaldo Russomano, Secretario da Prefeitura.

Registrado em 30 e publicado em 13 de Novembro de 1935.

Oswaldo Russomano, secretario da Prefeitura

Figura 18: Ato nº 84
Data 5 de novembro de 1935
Redator Oswaldo Russomano
Acervo E.E. José Guilherme

Percebemos, portanto, que o terreno para a construção do novo prédio do grupo escolar foi comprado pela Prefeitura Municipal de Bragança e doado ao Estado para que este realizasse as obras de construção.

Já na Figura 19, apresentamos o primeiro recorte do jornal a *Folha da Manhã*, encontrado no acervo da escola, que data de 8 de março de 1936. O artigo, recortado da página inicial dessa edição, noticiou a notícia de que, nesta data, seria lançada a pedra fundamental do novo prédio para o Grupo Escolar José Guilherme – fato que se concretizou na tarde do referido dia. Segundo seu redator, a cerimônia seria presidida pelo Sr. Cantidio de Moura Campos, secretário estadual da Educação no período. Dentre os demais membros da comitiva que se reuniu para a ocasião, esteve presente também o Sr. Dr. A. de Almeida Junior (diretor geral do Ensino no Estado de São Paulo).[36]

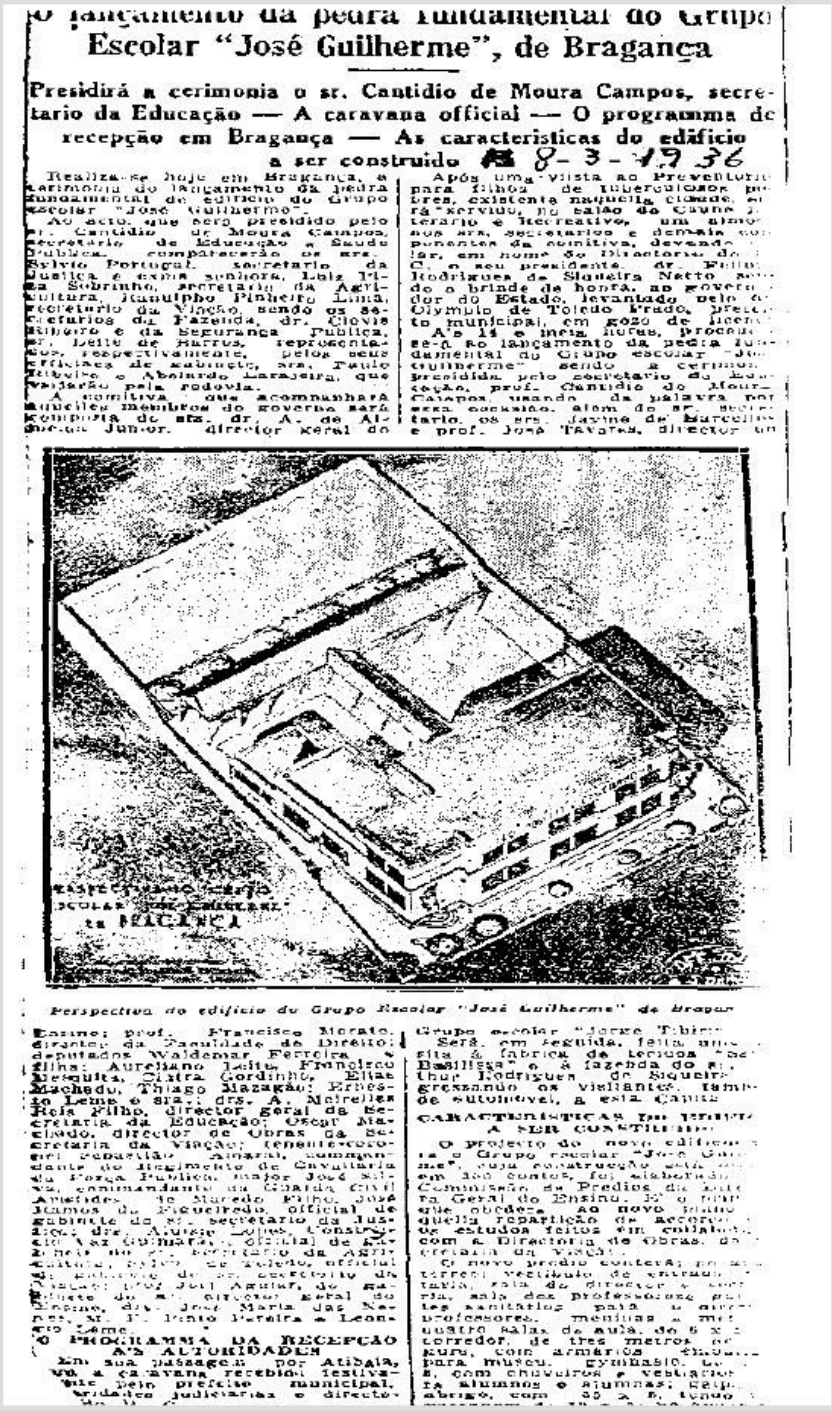
No canto inferior direito desse recorte da Figura 19, sobre o subtítulo "Caracteristicas do edificio a ser construido", seu redator aponta que

> O projeto do novo edificio para o Grupo escolar "José Guilherme", cuja a construção está orçada em 300 contos, foi elaborado pela Commissão de Predios da Directoria Geral de Ensino. E' o primeiro que obedece ao novo plano daquella repartição de accordo com os estudos feitos em collaboração com a Directoria de Obras, da Secretaria da Viação.
> O novo prédio conterá: no andar terreo: vestíbulo de entrada, portaria, sala do diretor e secretaria, sala dos professores e gabinetes sanitários para o director, professores, meninas e meninos; quatro salas de aula, de 6 x 8 ms. corredor, de tres metros de largura, com armarios embutidos, para museu, gymnasio, de 12 x 8, com chuveiros e vestiarios, para alumnos e alumnas; galpão de abrigo, com 35 x 5, tendo uma passagem de 19 x 3; no andar superior : quatro salas de aula, de 6 x 8, sala de leitura, de 9,60 x 5,15; biblioteca, sala para medico, dentista e educadora sanitaria; gabinetes sanitarios para o medico, alumnos e alumnas.

Segundo Buffa e Almeida Pinto (2002, p. 25),

> Nos anos 30, a Diretoria de Ensino, da Secretaria de Educação e Saúde (lembremos que o Ministério de Educação e Saúde foi criado em 1930) designou uma Comissão Permanente com profissionais de diversas áreas para a elaboração de um plano governamental na área de construção escolar que atuou em colaboração com o DOP, da Secretaria de Viação e Obras Públicas.

[36] Lembremos que na época era governador do Estado de São Paulo Armando Sales de Oliveira, que sucedeu o mandato de Júlio Prestes.



O lançamento da pedra fundamental do Grupo Escolar "José Guilherme", de Bragança

Presidirá a cerimonia o sr. Cantidio de Moura Campos, secretario da Educação — A caravana official — O programma de recepção em Bragança — As caracteristicas do edificio a ser construido

8-3-1936

Realiza-se hoje em Bragança, a cerimonia do lançamento da pedra fundamental do edificio do Grupo Escolar "José Guilherme".

Ao acto, que será presidido pelo sr. Cantidio de Moura Campos, secretario de Educação e Saude Publica, comparecerão os srs. Sylvio Portugal, secretario da Justiça e exmas. senhoras, Luiz Tinoco Sobrinho, secretario da Agricultura, Januipho Pinheiro Lima, secretario da Viação, sendo os secretarios da Fazenda, dr. Clovis Ribeiro e da Segurança Publica, dr. Leite de Barros, representados, respectivamente, pelos seus officiaes de gabinete, srs. Paulo Tibiriça e Abelardo Larangeira, que viajarão pela rodovia.

A comitiva que acompanhará aquelles membros do governo será composta do srs. dr. A. de Alburquerque Junior, director geral do Departamento de Educação; Oscar Macedo, director de Obras da Secretaria da Viação; tenente-coronel Cantidio Almeida, commandante do Regimento de Cavallaria da Força Publica, major José Silva, commandante da Guarda Civil Amedeo, capitão Alfredo Filho, José Ramos de Figueiredo, official de gabinete do sr. secretario da Justiça, dr. Aurelio Lopes, Consultor Alz Gonçalves, official de Fazenda do sr. secretario da Agricultura, Pedro de Toledo, official de gabinete do sr. secretario da Viação, José Aguiar, do Palacio do sr. director geral do Ensino, dr. José Maria das Neves, M. F. Pinto Pereira e Leonardo Lemos.

O PROGRAMMA DA RECEPÇÃO ÁS AUTORIDADES

Em sua passagem por Atibaia, vê a caravana recebida festivamente pelo prefeito municipal, autoridades judiciarias e directores do Grupo escolar "Jorge Tibiriça".

Após uma visita ao Preventorio para filhos de tuberculosos pobres, existente naquella cidade, será servido, no salão do Cassino Literario e Recreativo, um almoço aos srs. secretarios e demais componentes da comitiva, devendo, em nome da Directoria do C. o seu presidente, dr. Felippe Rodrigues de Siqueira Netto, fazer o brinde de honra, ao governador do Estado, levantado pelo dr. Olympio de Toledo Prado, prefeito municipal, em gozo de licença.

Ás 14 e meia horas, proceder-se-á ao lançamento da pedra fundamental do Grupo escolar "José Guilherme", sendo a cerimonia presidida pelo secretario da Educação, prof. Cantidio de Moura Campos, usando da palavra por essa occasião, alem do sr. secretario, os srs. Jayme de Barcellos e prof. José Tavares, director do Grupo escolar "Jorge Tibiriça".

Será, em seguida, feita uma visita á fabrica de tecidos "Bastilhas" e á fazenda do sr. Arthur Rodrigues de Siqueira, terminando os visitantes, em automovel, a esta Capital.

CARACTERISTICAS DO EDIFICIO A SER CONSTRUIDO

O projecto do novo edificio para o Grupo escolar "José Guilherme", cuja construcção está em 300 contos, foi elaborado na Commissão de Predios da Inspectoria Geral do Ensino, e o que obedece ao novo plano daquella repartição de accordo com os estudos feitos em collaboração com a Directoria de Obras da Secretaria da Viação.

O novo predio conterá, no andar terreo, vestibulo de entrada, secretaria, sala do director, secretaria, sala dos professores, gabinetes sanitarios para alumnos e para professores, meninas e meninos, quatro salas de aula, de 6 x 8, corredor, de tres metros de largura, com armarios embutidos para museu, gymnasio, etc. e, com chuveiros e vestiarios para alumnos e alumnas; depositos, com 30 a 8, tanque

Perspectiva do edificio do Grupo Escolar "José Guilherme" de Bragança

Figura 19: O lançamento da pedra fundamental do Grupo Escolar José Guilherme
Data 8 de março de 1936
Acervo E.E. José Guilherme
Identificamos que este recorte consta no jornal Folha da Manhã (8/03/1936, Ano XI, n. 3670, p. 1).

Buffa e Almeida Pinto (2002, p. 62-63), quanto ao novo plano de construção dos edifícios escolares proposto pela Comissão de Prédios da Diretoria Geral de Ensino na época (década de 1930), salienta ainda que

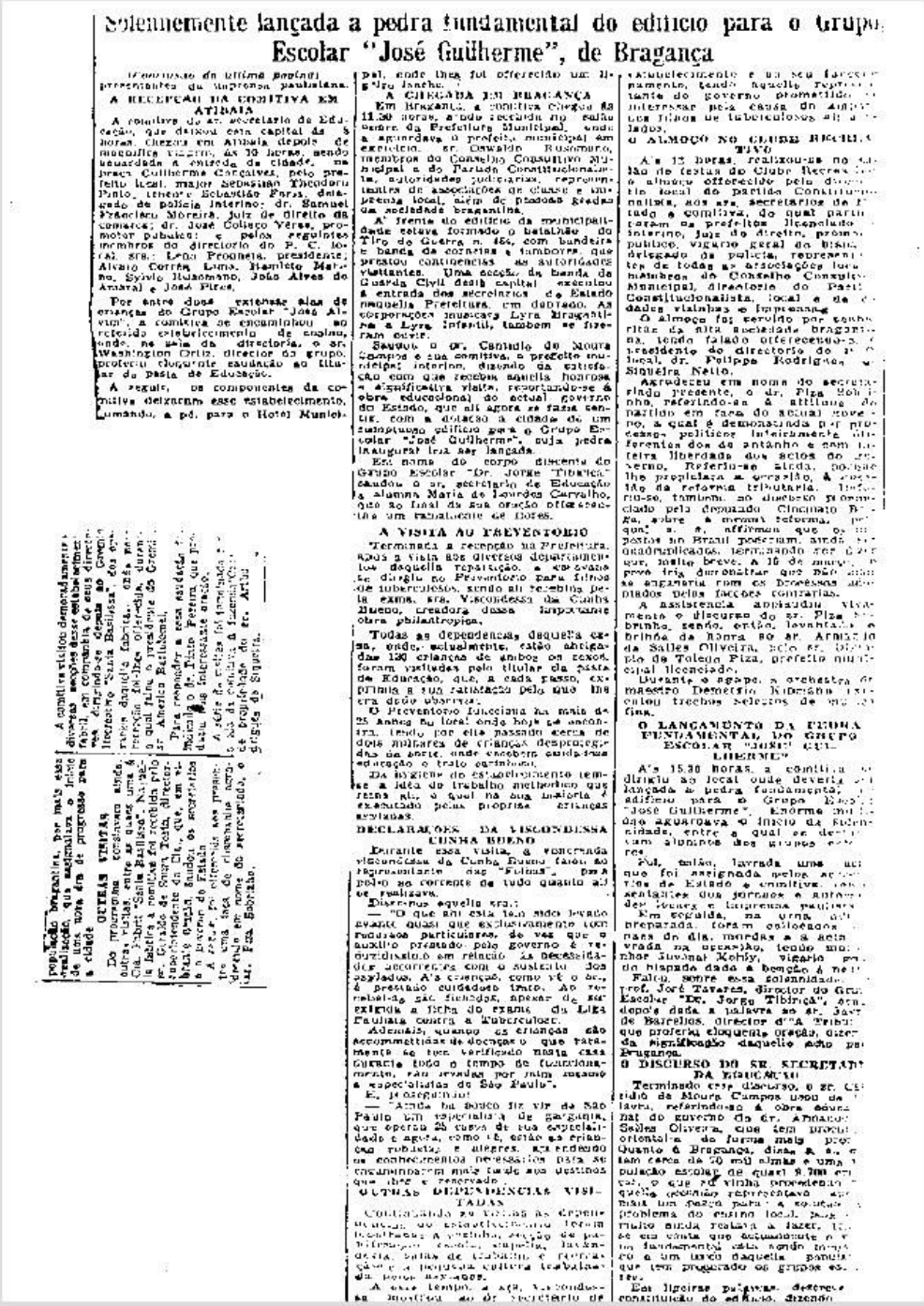
> [...] do ponto de vista formal, "o edifício se simplifica e se aproxima da linguagem neocolonial. Aparecem os beirais e os ornamentos se restringem a um pequeno frontão marcando a entrada da escola" (FERREIRA et al.). São edifícios austeros, isto é, sem ornamentos devido também a razões financeiras. Segundo a arquiteta Silvia Wolff, a estética dos prédios de Mauro Álvaro era em seu conjunto mais "despojada o que constitui um indício 'do abandono paulatino do léxico do ecletismo neoclássico'".

É possível perceber essas características no projeto inicial para a construção do novo prédio, representado na imagem central do artigo de 1936, da *Folha da Manhã* (Figura 19). Embaixo da imagem consta a seguinte legenda: "Perspectiva do edificio do Grupo Escolar 'José Guilherme de Bragança'".

O recorte de jornal trazido na Figura 20 foi publicado em 10 de março de 1936 e traz uma narrativa sobre como a comitiva do Secretário de Educação de São Paulo, daquela época, foi recebida em Atibaia e depois em Bragança.

Interessante notar que, em Atibaia, a comitiva foi aguardada, segundo o artigo, pelo prefeito da cidade (major Sebastião Theodoro Pinto), pelo delegado de polícia interino (tenente Sebastião Faria), pelo juiz de direito da comarca (Dr. Samuel Francisco Moreira), pelo promotor público (Dr. José Collaço Véras) e por alguns membros do diretório do Partido Constitucionalista (P.C.)[37] de Atibaia, o presidente do partido Leão Propheta, Alvaro Corrêa Lima, Hamleto Marino, Sylvio Rusomano, João Alves do Amaral e José Pires. A comitiva, de acordo com o artigo, dirigiu-se até Atibaia para visitar o Grupo Escolar José Alvim. Na chegada em Bragança, a comitiva foi recebida pelo prefeito municipal (Sr. Oswaldo Russomano), por membros do Conselho Consultivo Municipal e do Partido Constitucionalista, por autoridades judiciarias, por representes de associações de classe e imprensa local, além de pessoas "gradas" da sociedade bragantina. Mas, que pessoas seriam essas? Pessoas da elite política local? No contato com outras fontes, pudemos concluir que, ao menos aparentemente, sim, pois apenas uma pequena parcela da população teria comparecido ao evento.

[37] Pontuamos que a sigla P.C., inicialmente, poderia tanto referir-se à Partido Comunista como à Partido Constitucionalista, mas, ao nos aprofundarmos no contato com as fontes, descobrimos que, neste jornal, refere-se especificamente a este último partido, o Constitucionalista.



Solenemente lançada a pedra fundamental do edificio para o Grupo Escolar "José Guilherme", de Bragança

(Reportagem do ultimo Popular) presentantes da imprensa paulistana.

A RECEPÇÃO DA COMITIVA EM ATIBAIA

A comitiva do sr. secretario de Educação, que deixou esta capital ás 5 horas, chegou em Atibaia depois de morrinha viagem, ás 10 horas, sendo aguardada á entrada da cidade, na pessoa Guilherme Gonçalves, pelo prefeito local, major Sebastião Theodoro Pinto, tenente Sebastião Paes, delegado de policia interino: dr. Samuel Francisco Moreira, juiz de direito da comarca; dr. José Collaço Veras, promotor publico; e pelos seguintes membros do directorio do P. C. local: srs. Leno Prognela, presidente, Alvaro Corrêa Lima, Bamlete Martino, Sylvio Buzamano, João Alves do Amaral e José Pires.

Por entre duas extensas alas de crianças do Grupo Escolar "José Alvim", a comitiva se encaminhou ao referido estabelecimento de ensino, onde, na sala da directoria, o sr. Washington Ortiz, director do grupo, proferiu eloquente saudação ao titular da pasta de Educação.

A seguir, os componentes da comitiva deixaram esse estabelecimento, rumando, a pé, para o Hotel Municipal, onde lhes foi offerecido um digno lanche.

A CHEGADA EM BRAGANÇA

Em Bragança, a comitiva chegou ás 11.30 horas, sendo recebida no salão nobre da Prefeitura Municipal, onde a aguardava o prefeito municipal em exercicio, sr. Osvaldo Rosemiro, membros do Conselho Consultivo Municipal e do Partido Constitucionalista, autoridades judiciarias, representantes de associações de classe e imprensa local, além de grande grande sociedade bragantina.

A frente do edificio da municipalidade estava formado o batalhão do Tiro de Guerra n. 164, com bandeira e banda de cornetas e tambores, que prestou continencias ás autoridades visitantes. Uma secção da banda da Guarda Civil desta capital executou á entrada dos secretarios de Estado naquella Prefeitura, em dobrado. As corporações musicaes Lyra Bragantina e Lyra Infantil, tambem se fizeram ouvir.

Saudou o dr. Candido de Moura Campos e sua comitiva, o prefeito municipal interino, dizendo da satisfação com que recebia aquella honrosa e significativa visita, resumindo-se á obra educacional do actual governo do Estado, que ali agora se fazia sentir, com a dotação á cidade de um suntuoso edificio para o Grupo Escolar "José Guilherme", cuja pedra inaugural iria ser lançada.

Em nome do corpo discente do Grupo Escolar "Dr. Jorge Tibiriçá", saudou o sr. secretario de Educação a alumna Maria de Lourdes Carvalho, que ao final da sua oração offereceu-lhe um ramalhete de flores.

A VISITA AO PREVENTORIO

Terminada a recepção na Prefeitura, após a visita aos diversos departamentos daquella repartição, a comitiva se dirigiu ao Preventorio para filhos de tuberculosos, sendo ali recebida pela exma. sra. Viscondessa da Cunha Bueno, creadora dessa importante obra philantropica.

Todas as dependencias daquella casa, onde, actualmente, estão abrigadas 130 crianças de ambos os sexos, foram visitadas pelo titular da pasta de Educação, que, a cada passo, exprimia a sua satisfação pelo que lhe era dado observar.

O Preventorio funcciona ha mais de 25 annos no local onde hoje se encontra, tendo por ella passado cerca de dois milhares de crianças desprotegidas da sorte, onde receberam cuidadosa educação e trato esmerado.

Da higiene do estabelecimento tem-se a idéa do trabalho melhorado que reina ali, o qual na sua maioria é executado pelas proprias crianças escolares.

DECLARAÇÕES DA VISCONDESSA CUNHA BUENO

Durante essa visita, a venerenda viscondessa da Cunha Bueno falou ao representante das "Folhas", pois pelo no corrente de tudo quanto ali se realizava.

Disse-nos aquella sra.:

— "O que ahi está tem sido levado avante quasi que exclusivamente com recursos particulares, de vez que o auxilio prestado pelo governo é reduzidissimo em relação ás necessidades decorrentes com o sustento dos asylados. A's crianças, como vê o sr., é prestado cuidadoso trato. Ao terem-nas-ei ao fim, apesar de ser extinta a ficha do exame da Liga Paulista contra a Tuberculose.

Ademais, quando as crianças são acommettidas de doença o que raramente se tem verificado nesta casa durante todo o tempo de funccionamento, são levadas por mim mesmo a especialistas de São Paulo".

E, prosseguindo:

— "Ainda ha pouco fiz vir de São Paulo um especialista de garganta, que operou 25 casos de sua especialidade e agora, como vê, estão as crianças robustas e alegres, sendo os conhecimentos necessarios data ao encanamento mais fundo aos destinos que lhes e reservado".

OUTRAS DEPENDENCIAS VISITADAS

Continuando as demais dependencias do estabelecimento foram visitadas: A cozinha, a secção de pathologia, a escola, a enfermaria, lavanderia, salas de trabalho e recreio, jardim e a pequena cultura trabalhada ali pelos asylados.

A esse tempo, a sra. viscondessa informou ao dr. secretario de estabelecimento e ao seu farmacêutico, tendo aquelle representante do governo prometido interessar pela causa do amparo aos filhos de tuberculosos ali abrigados.

O ALMOÇO NO CLUBE RECREATIVO

Ás 12 horas, realizou-se no salão de festas do Clube Recreativo o almoço offerecido pelo directorio local do partido Constitucionalista, aos srs. secretarios de Estado e comitiva, do qual participaram os prefeitos licenciado interino, juiz de direito, promotor publico, vigario geral do bispado, delegado de policia, representantes de todas as associações locaes, membros do Conselho Consultivo Municipal, directorio do Partido Constitucionalista, local e de cidades vizinhas e imprensa.

O almoço foi servido por conhecida casa da alta sociedade bragantina, tendo falado offerecendo-o o presidente do directorio do P. C. local, dr. Philippe Rodrigues e Siqueira Netto.

Agradeceu em nome do secretario findo presente, o dr. Plaz Bonilha, referindo-se á attitude do partido em face do actual governo, a qual é demonstrada por modificação politica inteiramente differentes dos de antanho e sem inteira liberdade dos actos do governo. Referiu-se ainda, porque lhe proclamara a oratória, á concessão da reforma tributaria. Referiu-se, tambem, ao discurso pronunciado pelo deputado Cincinato Braga, sobre a reforma tributaria, porque o, affirmou que os impostos no Brasil poderiam ainda ser augmentados, terminando por dizer, noite breve, a 16 de março, prevê-lhe durantar que não iria se enganaria com os processos adoptados pelas facções contrarias.

A assistencia applaudiu vivamente o discurso do sr. Plaz Bonilha, sendo, então, levantado a brinde da honra ao sr. Armando Salles Oliveira, pelo sr. Olivério de Toledo Piza, prefeito municipal licenciado.

Durante o agape, a orchestra do maestro Demetrio Kiberiano executou trechos selectos de musica fina.

O LANÇAMENTO DA PEDRA FUNDAMENTAL DO GRUPO ESCOLAR "JOSÉ GUILHERME"

Ás 15.30 horas, a comitiva se dirigiu ao local onde deveria ser lançada a pedra fundamental do edificio para o Grupo Escolar "José Guilherme". Enorme multidão aguardava o inicio da solenidade, entre a qual se destacavam alumnos dos grupos escolares.

Foi, então, lavrada uma ata que foi assignada pelos secretarios de Estado e comitiva, representantes dos jornais e autoridades locaes e imprensa paulista.

Em seguida, na urna ali preparada, foram collocados jornais do dia, moedas e a acta lavrada na occasião, tendo monsenhor Siuvanl Kohly, vigario geral do bispado dado a benção á pedra.

Falou, sobre essa solenidade, o prof. José Tavares, director do Grupo Escolar "Dr. Jorge Tibiriçá", depois dado a palavra ao sr. Jacy de Barrellos, director d'"A Tribuna", que proferiu eloquente oração, dizendo da significação daquelle acto para Bragança.

O DISCURSO DO SR. SECRETARIO DA EDUCAÇÃO

Terminado esse discurso, o sr. Candido de Moura Campos usou da palavra, referindo-se á obra educacional do governo do Sr. Armando Salles Oliveira, que tem procurado orientá-la de forma mais proveitosa. Quanto á Bragança, disse, a sua população escolar de quasi 8.000 crianças, o que só vinha comprovando aquelle governo representava apenas um passo para a solução do problema do ensino local. Muito ainda restava a fazer, tendo em vista que actualmente o ensino fundamental está sendo ministrado a um terço daquella população, que tem progredido os grupos escolares.

Em ligeiras palavras, descreveu constituição do edificio, dizendo

Figura 20: Solenemente lançada a pedra fundamental do edifício para o Grupo Escolar "José Guilherme", de Bragança

Data 10 de março de 1936

Acervo E.E. José Guilherme

Identificamos que este recorte consta no jornal Folha da Manhã (10/03/1936, Ano XI, n. 3671, p. 11).

PROMETTEU E CUMPRIU?!

A gazeta pecê terminou um dos seus artigos assim: «...o P. C. prometteu construir o novo edificio do Grupo «José Guilherme». E cumpriu sua promessa!»

O povo de Bragança, porém, que não assistiu á festa do dia 8, que não applaudiu os representantes do governo armandista, muito embora alguns diarios de São Paulo tivessem affirmado que tudo correu ás mil maravilhas, o povo de Bragança viu ou teve noticia do acontecimento.

O P. C. festejou a construcção do grupo escolar «José Guilherme»?

Não, o P. C. apenas, com a desculpa do lançamento da pedra fundamental do novo edificio, quiz impressionar a população bragantina, com o apparato de uma comitiva e com o garbo da banda de musica da Guarda Civil.

Foi mal succedido o P. C. Na recepção, houve ausencia de povo e na solennidade realizada na rua D. Carolina, reedição do que se observou na praça José Bonifacio. Da festa, o melhor foi a banda de musica de São Paulo.

Construiu o grupo o P. C.? Não, apenas promoveu o lançamento da pedra fundamental, num terreno de charco.

O «cliché», que estampamos, deverá dar uma idéa do local onde vai ser *construido* o grupo «José Guilherme».

Prometteu e cumpriu?

Figura 21: Prometeu e cumpriu?
Data provável 1936
Acervo do CDAPH
Recorte do jornal Cidade de Bragança. Pontuamos que não é possível identificar outros dados referenciais, a não ser o fato de que a noticia está localizada na primeira página da publicação.

No discurso do Secretario da Educação, referindo-se ao lançamento da pedra fundamental do novo prédio do Grupo Escolar José Guilherme, ainda conforme o artigo que destacamos na Figura 20, ressaltamos o seguinte trecho: "[...] mais essa realização, que assignalava o início de uma nova éra de progresso para a cidade".

O discurso reafirma, em consonância com o que o poder público da época defendia, a importância que era conferida a instituição "escola" para que fosse alcançado o tão desejado progresso da sociedade rumo aos novos padrões da modernidade.

A recepção da comitiva reunida para o lançamento da pedra fundamental do edifício se deu na prefeitura. Depois a visita estendeu-se ao Preventório criado para filhos de tuberculosos pela Sra. Viscondessa da Cunha Bueno, ao Clube Recreativo de Bragança para um almoço oferecido pelo diretório local do Partido Constitucionalista. Segundo o redator do artigo, as 15h30min, "[...] a comitiva se dirigiu até o local onde deveria ser lançada a pedra fundamental do edifício do Grupo Escolar José Guilherme". Haveria ainda uma grande multidão no local, entre a qual encontrava-se alunos dos grupos escolares da cidade (Dr. Jorge Tibiriçá e, do próprio, José Guilherme), para presenciar a solenidade.

Trazemos na Figura 21 um recorte de outro jornal, que circulou em Bragança no período. Ele aborda o mesmo fato, mas de uma perspectiva completamente diferente. Dentre as linhas do artigo que recortamos, percebemos que esse movimento social e político não esteve longe de tensões, como querem fazer crer os recortes de jornais que foram selecionados para compor o acervo da escola.

Em contraponto a uma narrativa de um contexto tranquilo, especificamente no recorte do jornal *Cidade de Bragança*[38], apresentado na Figura 21, levantamos um jogo claramente político-partidário. Seu redator indaga e afirma em seguida:

> **O P.C. comemorou a construção do grupo escolar 'José Guilherme'? Não, o P.C. apenas, com a desculpa do lançamento da pedra fundamental do novo edificio, quiz impressionar a população bragantina, com o apparato de uma comitiva e com o garbo da banda de musica da Guarda Civil.**

Trouxemos à tona tal dissonância porque tomamos as fontes primárias como visões de mundo daquela época e não com uma versão única e inquestionável do passado (BLOCH,

[38] Não é possível identificar o número do jornal e nem a data de publicação, mas, provavelmente, é de 1936, pois foi o ano que, segundo outros periódicos, se deu o lançamento da pedra fundamental para a construção do novo prédio do Grupo Escolar José Guilherme.

2002). Pontuamos ainda o fato de que o jornal *Cidade de Bragança* foi órgão do Partido Republicano e isso explicaria o ataque direto à ação do Partido Constitucionalista.

É digno de nota o fato que o lançamento da pedra do novo prédio do grupo foi em 1936 (ainda sim, 14 anos após sua fundação) e teve as obras concluídas somente em 1943.

Observamos nos diferentes jornais pesquisados que o projeto inicial para o novo prédio do grupo sofreu várias modificações com o objetivo de minimizar seu custo, tais modificações acabaram por retardar sua construção. O projeto inicial para o novo prédio do grupo, apresentado no recorte de jornal que trouxemos na Figura 22, permite constatar que ele sofreu várias modificações se comparado com sua fachada atual. A imagem que se destaca no artigo é a fachada que foi projetada para o novo prédio no período. Algumas das principais características dessa fachada podem ainda serem percebidas no prédio atual, como as pequenas aberturas para ventilação próximas ao alicerce – características de construções que seguiam os preceitos higiênicos da época. Bem como, os vitrôs que tomam suas fachadas laterais e frontais, nos dois andares que compõe o prédio da escola.

Ainda desse recorte de jornal trazido na Figura 22, destacamos que o título que encabeça artigo é: "Iniciou-se a construcção do edificio do Grupo Escolar 'José Guilherme', em Bragança". A população, que possuía a grande maioria das crianças em idade escolar fora da escola, teria motivos pra comemorar diante a afirmação que se fez: "O prédio que terá dois pavimentos, será dotado de oito salas de aula, com capacidade para 800 alumnos, em dois periodos, sendo 400 em cada periodo. [...] todo o edificio deverá ficar concluido até o fim do vigente anno" (*Cidade de Bragança*, 1936, s.n., p. 1). Aconteceu que essa conclusão que se daria no mesmo ano, ficou no discurso e não saiu do papel.

INICIOU-SE A CONSTRUCÇÃO DO EDIFICIO DO GRUPO ESCOLAR "JOSÉ GUILHERME", EM BRAGANÇA

25-Abril-1937

O PROJECTO ORIGINAL SOFFREU VARIAS MODIFICAÇÕES

Março

Fachada do Grupo Escolar "José Guilherme", de acordo com o novo projecto.

BRAGANÇA, 24 — (De nosso correspondente da "Folha da Manhã") — Ha pouco mais de um anno foi lançada, nesta cidade, a pedra fundamental do edificio que será construido á rua d. Carolina, para nelle funccionar o novo Grupo Escolar "José Guilherme".

Embora já fosse decorrido um anno, a edificação do novo predio, como se verá, não ficou somente no lançamento da pedra fundamental. Os trabalhos iniciaram-se hontem, pelo dr. Ayr Albuquerque, engenheiro technico que empreitou, com o governo do Estado a construcção. O dr. Ayr Albuquerque, que veiu em companhia do dr. Raul de Queiroz Telles, encarregado da secretaria da Viação e Obras Publicas, procedeu, hontem, ás demarcações necessarias.

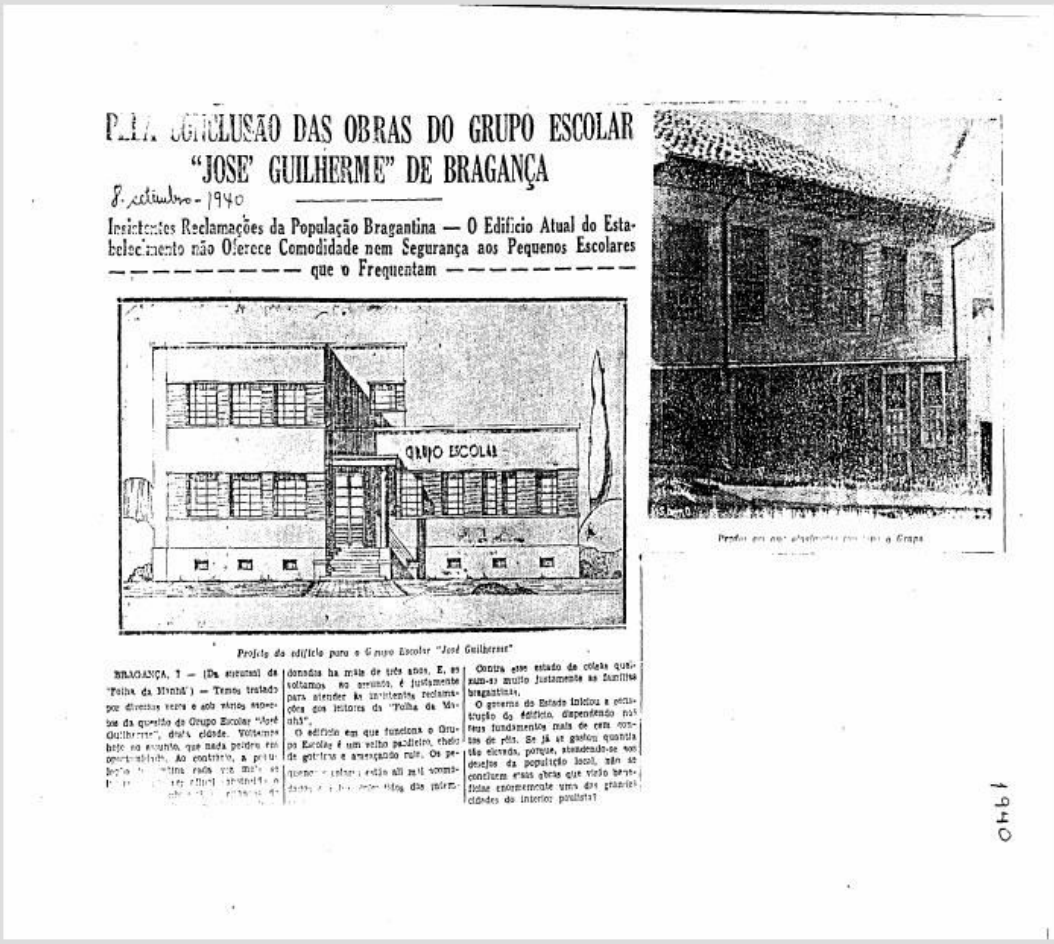
Em palestra com a reportagem da "Folha da Manhã", o sr. informou-nos que outra a planta do edificio, pois, a que foi estampada nos jornaes, no anno passado, por occasião do lançamento da pedra, soffreu varias modificações, nas suas partes internas e externas.

O predio, que terá dois pavimentos, será dotado de oito salas de aula, com capacidade para [illegible] alumnos, em dois periodos, [illegible] 400 em cada periodo.

O governo do Estado contratou o embasamento, hontem iniciado, devendo os trabalhos proseguir [illegible] proxima semana.

O dr. Ayr Albuquerque, que regressou hontem em seu a Bragança, retornará a Bragança [illegible] semana Santa. Informou-nos [illegible] que todo o edificio [illegible] ficar concluido até o fim do corrente anno.

Figura 22: Iniciou-se a construção do edifício do Grupo Escolar "José Guilherme", em Bragança
25 de março de 1937
Acervo da E.E. José Guilherme
Identificamos que este recorte foi retirado do jornal Folha da Manhã (25/03/1937, Ano XII, n. 3994, p. 1).



PELA CONCLUSÃO DAS OBRAS DO GRUPO ESCOLAR "JOSE' GUILHERME" DE BRAGANÇA

8 setembro - 1940

Insistentes Reclamações da População Bragantina — O Edificio Atual do Estabelecimento não Oferece Comodidade nem Segurança aos Pequenos Escolares que o Frequentam

Projeto do edificio para o Grupo Escolar "José Guilherme"

BRAGANÇA, 7 — (Da sucursal da "Folha da Manhã") — Temos tratado por diversas vezes e sob vários aspectos da questão do Grupo Escolar "José Guilherme", desta cidade. Voltamos hoje ao assunto, que nada perdeu em oportunidade. Ao contrario, a [illegible] donadas ha mais de três anos. E, se voltamos ao assunto, é justamente para atender às insistentes reclamações dos leitores da "Folha da Manhã".

O edificio em que funciona o Grupo Escolar é um velho pardieiro, cheio de goteiras e ameaçando ruir. Os pequenos [illegible] estão ali mal acomodados [illegible] das mãe-

Contra este estado de coisas queixam-se muito justamente as familias bragantinas.

O governo do Estado iniciou a construção do edificio, dispendendo nos seus fundamentos mais de cem contos de réis. Se já se gastou quantia tão elevada, porque, atendendo-se aos desejos da população local, não se concluem essas obras que virão beneficiar enormemente uma das grandes cidades do interior paulista?

1940

Figura 23: Pela conclusão das obras do Grupo Escolar "José Guilherme" de Bragança
Data 8 de setembro de 1940
Acervo da E.E. José Guilherme
Identificamos que este recorte foi retirado do jornal Folha da Manhã (08/09/1940, Ano XVI, n. 5064, p. 1).

Em 1940, ainda se discutia as obras do novo edifício do Grupo Escolar José Guilherme, que estariam "abandonadas" há 3 anos, ou seja, entre 1937 e 1940, conforme o recorte da *Folha da Manhã*, de 8 de setembro de 1940 (Figura 23). O redator do texto traz ainda que o jornal teria tratado "diversas vezes e sob vários aspectos" a questão discutida. Em um dos trechos, afirma o seguinte: "E, se voltamos ao assunto, é justamente para atender as insistentes reclamações dos leitores da 'Folha da Manhã'". Outra questão ao qual pudemos nos reportar nessa citação é a existência, de acordo com o artigo e outros do mesmo periódico que consultamos, de um "reclame da população", por meio da imprensa, quanto a construção do prédio para o segundo grupo escolar da cidade.

Sobre o estado do casarão onde funcionou o Grupo Escolar José Guilherme durante cerca de duas décadas, o redator do recorte trazido na Figura 23, descreve que: "O edifício em que funciona o Grupo Escolar é um velho [pardieiro] cheio de goteiras e ameaçando ruir". Reafirma-se, dessa forma, o porquê fazia-se necessário terminar as obras do novo prédio.

Segundo o mesmo recorte do jornal a *Folha da Manhã* (Figura 23), o Estado teria dispendido mais de cem contos de réis para a construção do novo prédio e, assim, lançou-se a pergunta: "Se já se gastou quantia tão elevada, porque, atendendo-se ao dezejos da população local, não concluem essas obras que virão beneficiar enormemente uma das grandes cidades do interior paulista?".

Quanto as imagens trazidas no recorte da Figura 23, destacamos que apresenta (ao lado esquerdo) o projeto inicial para a construção do novo prédio do grupo escolar e (ao lado direito) o casarão antigo onde funcionava a instituição. Esta foto do casarão foi a única que conseguimos encontrar. Ela simplesmente reaparece em outros recortes de jornais da época.

As afirmações do jornal *Folha da manhã* até o período, sobre o término das obras do grupo escolar, acabavam sempre caindo no vazio. Foram diversos artigos publicados sobre reinícios e conclusão das obras que acabaram não se cumprindo. Talvez isso explique porque, em 12 de fevereiro de 1941, o mesmo jornal publicou um artigo, na página inicial, sob o seguinte título "Provável o Próximo Reinício das Obras do Novo Edifício do Grupo Escolar 'José Guilherme'". Tal hipótese foi levantada nessa data devido à visita de um engenheiro da Secretaria da Viação e Obras Públicas, que examinou os alicerces abandonados da construção iniciada em 1937. Embora consideremos que a *Folha da Manhã* contribuiu para estratégias políticas do Partido Constitucionalista, não podemos perder de vista que, provavelmente, as notícias propaladas, ao longo dos anos, depois do lançamento da pedra fundamental do novo

prédio para o grupo escolar, iam ao encontro de um desejo ou de uma expectativa da população local a cerca da conclusão de suas obras.

A situação tornou-se insustentável, principalmente quando, em 1941, o casarão onde o Grupo Escolar José Guilherme funcionou por cerca de duas décadas, foi condenado. Conforme registra o artigo da *Folha da Manhã*, de 8 de fevereiro de 1941, trazido na Figura 24, no qual aponta-se que,

> No dia 31 de janeiro último, Bragança recebeu a visita do dr. Avelino Lemos Junior delegado técnico do Departamento de Saude Estadual [...] teve oportunidade de visitar o predio, e, ao que fomos seguramente informados, teve expressões pouco lisonjeiras, saindo bastante impressionada com tudo o que pôde alí observar.
> Está, pois, provado que, na realidade, o grupo não podia funcionar mais no prédio em que estava instalado.
> O dr. Avelino Lemos, ao retornar à capital, afirmou a várias pessoas que o levaram ao prédio do grupo que iria tomar as medidas precisas, junto aos poderes competentes.
> Cinco dias após, ontem, veio a este cidade o prof. Juvenal Cornelio Ap-peit, inspetor escolar deste distrito, com poderes que lhe foram outorgados pelo delegado do ensino, para dar uma solução definitiva e a mais acerta sobre o caso do grupo "José Guilherme", desta cidade, [...] que estava tambem ao par do mal que algum dia poderia suceder aos escolares, deu por condenado o prédio do grupo "José Guilherme", o qual está dessa forma interditado pelo Centro de Saude.

Com o prédio condenado, o Grupo Escolar José Guilherme passou a funcionar em outro prédio, até o término das obras iniciadas em 1937. O Grupo Escolar José Guilherme funcionou, a partir de 7 de fevereiro de 1941 até a inauguração do novo prédio do grupo, no edifício do Grupo Escolar Dr. Jorge Tibiriçá, em horário alternado[39]. Na continuação da notícia trazida na Figura 24, pode-se perceber que essa medida é considerada apenas temporária, pois Bragança, considerada como uma "cidade grande", não poderia possuir apenas um prédio para seus grupos escolares.

Encontramos outro recorte da *Folha da Manhã* (Figura 25), de 17 de dezembro de 1941, que traz uma notícia sobre uma comissão de bragantinos que, diante a demora em concluir-se as obras do novo prédio do segundo grupo escolar da cidade, foram

[39] O Grupo Escolar Dr. Jorge Tibiriçá passou a funcionar em dois períodos, nos seguintes horários: das 7:45 às 10:45 e das 10:55 às 13:55 horas. O Grupo Escolar José Guilherme funcionou, no mesmo prédio, das 14:05 às 17:05 horas (*Folha da Manhã,* 8/02/1941, Ano XVI, n. 5192, p. 1).

BRAGANÇA

FOI CONDENADO O PRÉDIO EM QUE FUNCIONA O GRUPO ESCOLAR "JOSÉ GUILHERME"

8 - fevereiro - 1941

São Urgentes, Agora, Providências Complementares — Um só Grupo na Cidade é Pouco

BRAGANÇA, 8 (Da sucursal da "Folha da Manhã") — Quando tomamos a peito a campanha pró-conclusão das obras do 2.º grupo escolar "José Guilherme" e, construtivamente, pedimos providências para que fosse concluído, o mais breve, o funcionamento do referido grupo na velha casarão em ruina da rua Barão de Juqueri, fizemos cientes de que, diante da situação do prédio e o perigo que poderia causar aos escolares, alguma coisa seria feita.

Daí o motivo da nossa insistência através de notas e algumas illustradas, pela coluna deste jornal. Data de outubro do ano passado que deliberamos apoiar e levar avante a campanha, e, hoje, decorridos alguns meses, podemos registrar o primeiro ponto dela como liquidado.

Esse é referente às providências sôbre o prédio em que estava instalado o citado grupo.

No dia 31 de janeiro último, Bragança recebeu a visita do dr. Avelino Lemos Junior, delegado técnico do Departamento de Saúde Estadual. S. S. teve oportunidade de visitar o prédio, e, ao que fomos pessoalmente informados, teve expressões pouco lisonjeiras, ainda mesmo impressionado com tudo o que pôde ali observar.

Está, pois, provado que, na realidade, o grupo não podia funcionar mais no prédio em que estava instalado.

O dr. Avelino Lemos, ao retornar a capital, afirmou a várias pessoas que a interdição do prédio do grupo que iria tomar as medidas precisas, junto aos poderes competentes.

Concluída aqui, oficial, veio a esta cidade o prof. Juvenal Cordeiro Appelt, inspetor escolar desse distrito, com poderes que lhe foram outorgados pelo delegado de ensino, para dar uma solução definitiva e a nós ainda sôbre o caso do grupo "José Guilherme", desta cidade. S. S., que estava também ao par do mal que algum dia poderia sucder aos escolares, deu por condenado o prédio do grupo "José Guilherme", o qual está nesta forma interditado pelo Centro de Saúde.

Quanto à escolha do local em que os alunos iriam receber doravante o ensino primário, o prof. Juvenal Appelt resolveu o grupo "Dr. Jorge Tibiriçá", passando a funcionar ali, provisoriamente, o grupo "José Guilherme", até que se conclua o predio para o 2.º grupo de Bragança.

A partir de segunda, dia 7, o grupo "Dr. Jorge Tibiriçá" passará a funcionar em dois períodos, nos seguintes horários: das 7.45 às 10.45 e das 10.33 às 13.33. O período do grupo "José Guilherme" será das 14.01 às 17.03 horas.

Resta agora que o governo do Estado dê a Bragança o 2.º grupo concluído o mais breve, pois, cidade grande como é, não pode ela possuir só um prédio escolar.

Existindo o 2.º prédio com as suas obras iniciadas e que estão paralisadas, para sua breve aduprio, dependo do edifício e da boa vontade do sr. prefeito municipal, finalmente de S. S., dizem-nos, depende a conclusão das obras. Muito esforço e constância e dentro em breve poderá o sr. Luís Gonzaga de Aguiar Lemos conseguir do governo estadual a conclusão das obras do grupo "José Guilherme", que estão paralizadas desde agosto de 1937.

A REPORTAGEM DAS "FOLHAS" E A PREFEITURA — Na correspondência enviada por nós publicada, falamos de aumento assustador dos aluguéis e despesas de luz em tresnos de ruas e travessas da "cidade" bragantina, e fizemos alusão às providências que para o caso se fazem mister.

Tudo o que publicamos é a realidade dos fatos, e ninguem mais do que o prefeito bragantino pode afirmar a sua veracidade.

Não falamos a metade do que pudemos registrar pelo jornal, pois, como dissemos, a um repórter, Bragança oferece, hoje, campo para sondar muitos problemas de suma importancia e que, infelizmente, são bem merecido a atenção do sr. prefeito municipal.

Logo de início, na boca nota, adiantamos que era lamentavel a um correspondente estar pelo jornal que representa feito que deslizem uma cidade com jeros de centro civilizado. Mas fazemos por se tratar de problemas de defesa da saude publica e que estavam em completo abandono.

Tivemos conhecimento de que o sr. Luís Gonzaga de Aguiar Lemos, prefeito da cidade, não apreciou a nossa nota, resultando daí ser ordem para que fosse vedada a entrada do diretor da sucursal das "Folhas" em relação da Prefeitura, o qual, como representante de jornais frequentemente lá ia aparecer, afim de buscar seguinte notícia.

Estranhamos a atitude assumida pelo chefe do executivo bragantino, pois, não podemos compreender o motivo, uma vez que tudo o que escrevemos é realidade. Se a cidade não tem pavimentação, existindo apenas fiscais municipais, a culpa a nós não cabe.

Sentimos, de todo que nós nunca tudo, possível haver o sr. prefeito, após o conhecimento de Roto, é ter repetido dêste modo: "Notícia que levam referências a atos dignos de reparo não, encontrei não publica; somente aberta assuntos com atenção a sua administração". Isso é uma injustiça de s. s.

Temos selecionada todas as notas por nós publicadas na "Folha da Manhã", desde 1931, e poderá s. s. ver, através da coleção, despesa dessa elogiosas a fatos de sua administração, notadamente ao só nova serviço de água. Até artigos de colaboração, enviado, sobre a solução do importante problema, demos à publicidade e em local de destaque.

S. S. estará imaginando que escrevemos a última nota visando prejudicar a sua gestão. Pelo contrário, nada disso existe. Se escrevemos o fizemos defendendo o bem maior da cidade e a saude de sua população.

Sabemos ainda de nota que existem casas numeradas e sem edificações e que estas abandonadas e das quais, não já há tempos giraçamos, e outros ainda não.

Desejamos s. s. dar solução a essas questões e terá ensejo de ver, depois, as referencias justas que escrevemos sem.

Na maioria das grandes cidades, o prefeito tem, só representantes e imprensa como seus bons colaboradores. Sabemos de cidades onde os prefeitos prestam à imprensa que localiz todos os fatos que acaso ocorrem na cidade e município, pois, como disse um prefeito ao bom colega de Jundiaí: "Tenho a imprensa como fiel colaboradora e acatarei todas as sugestões e notas que vierem a ser localizadas no jornal".

Não sabe o prefeito de Bragança que assim deve ser, de fato?

Com a publicação que estamos dando esperamos que o sr. prefeito municipal perdite melhor sobre o seu acerto e erros, para corresponderem [illegible]

Figura 24: **Foi condenado o prédio em que funciona o Grupo Escolar "José Guilherme"**
Data 8 de fevereiro de 1941
Acervo da E.E. José Guilherme
Identificamos que este recorte foi retirado do jornal Folha da Manhã (8/02/1941, Ano XVI, n. 5192, p. 1).

UM APELO DE BRAGANÇA

17-dezembro-1941

Depois de uma longa campanha, em que se demonstrou a premente, inadiavel necessidade da construção do 2.o Grupo escolar de Bragança — o "José Guilherme", uma comissão de bragantinos veiu à presença do interventor sr. Fernando Costa e do secretário da Viação dr. Anhaia Mello, para lhes pedir esse beneficio para a bela e tradicional cidade. Em seguida, noticiou-se que, atendendo a esse apelo, o governo do Estado ia mandar construir, em começos de 1942, o edifício há tanto reclamado por uma urbs que nada recebeu, até hoje, dos poderes estaduais.

Mas, eis um trecho de carta que nos escrevem de Bragança: "Estamos em dezembro. Até agora, não se tem notícia de verba para a conclusão do grupo "José Guilherme". Nem se sabe de concorrência pública aberta para esse fim.

Entretanto, Bragança, pela sua grande população urbana, pela extensão da sua área e pela sua topografia acidentada, não pode continuar com um só grupo escolar. Nele não cabem as crianças bragantinas. Das que lá se acham matriculadas, muitas são compelidas a longas e exhaustivas marchas.

Ocorre, ainda, que as obras levarão de seis a oito meses. É necessário, pois, que sejam atacadas imediatamente. Nesse sentido, a população de Bragança, por intermédio da "Folha da Manhã", apela mais uma vez para os srs. drs. Fernando Costa e Anhaia Mello.

Nosso clamor é justo. Damos tanto e nada recebemos, ao passo que cidades há, mais felizes, que teem ginásios, escolas normais, escolas profissionais, escolas agricolas, às vezes, dois, três ou quatro desses estabelecimentos".

Realmente, os bragantinos teem razão. Tanta que, de nossa parte, nem queremos ter dúvidas: o grupo "José Guilherme" será terminado em 1942.

Figura 25: Um apelo de Bragança
Data 17 de dezembro de 1941
Acervo da E.E. José Guilherme
Identificamos que este recorte foi retirado do jornal Folha da Manhã (17/12/1941, Ano XVII, n. 5456, p. 6).

> [...] à presença do interventor sr. Fernando Costa e do secretário da Viação dr. Anhaia Mello, para lhes pedir esse beneficio para a vela e tradicional cidade. [E que] Em seguida, noticiou-se que, atendendo a esse apelo, o governo do Estado ia mandar construir, em começos de 1942, o edificio há tanto reclamado por um urbs que nada recebeu, até hoje, dos poderes estaduais.

Tal artigo é concluído sob a afirmação de que o Grupo Escolar José Guilherme seria terminado em 1942. Como percebemos no contato com as fontes, a conclusão das obras novamente não ocorreu nos prazos pretendidos.

No acervo da escola encontramos somente um recorte de jornal que tratou sobre o atendimento desse "reclame da população bragantina". Segundo a notícia da *Folha da Manhã* presente na Figura 26, as obras do novo edifício do Grupo Escolar José Guilherme, já concluídas, seriam entregues ao Governo do Estado em 15 de dezembro de 1943:

> O dia de amanhã é 'de todo festivo para a população bragantina. E' que, concluido que se acha o majestoso "GRUPO ESCOLAR JOSE' GUILHERME", empreendimento que demandou aliás repetidas negociações frente aos poderes estaduais, sem esquecer as continuas reclamações na imprensa; será ele entregue ao Governo do Estado.
> Conta afora a infância bragantina, carente de instrução, com novo e bem aparelhado educandário, em condições de servir vantajosamente aos seus fins.
> De há muito fazia-se mister, e mesmo imprecindivel, a criação aqui de um grupo escolar nos moldes e com a capacidade do que acaba de ser construido, para bem servir à crescente população escolar desta cidade.
> O ato da entrega far-se-a solenemente, objetivando, cremos nós, redespertar no espírito do nosso povo; o seu grande desejo de um futuro mais promissor no áureo campo da instrução de sua mocidade.

Enfim, foi construído um prédio para o funcionamento do grupo sob os moldes e a capacidade necessária para bem servir a população bragantina, segundo o artigo, que se caracterizava como sendo "carente de instrução". Na continuidade do mesmo artigo, seu redator (Livio Cezar), fala sobre Bragança, enaltecendo-a. Segundo ele, a cidade continuava

> [...] sendo, apesar dos pesares, uma cidade de florescentíssima sob variados aspectos da atividade humana. [...] recanto da terra paulista que todos sabemos um trecho do paraiso, pela excelência de seus ares ameníssimos e uberdade sem par de suas glebas encantadoras, a criação por parte do Estado, de uma casa de ensino secundário em condições de, satisfatoriamente, atender às necessidades culturais de sua juvenude, e, do mesmo lance, dos grandes e povoadíssimos municípios que lhe ficam ao redor.

1943

Novo edifício do Grupo Escolar "José Guilherme"

A AÇÃO MERITÓRIA DE RUBENS DO AMARAL

14-12-1943

Livio CESAR

Figura 26: Ação meritória de Rubens do Amaral
Data 14 de dezembro de 1943
Acervo da E.E. José Guilherme
Redator Lívio Cesar
Identificamos que este recorte foi retirado do jornal Folha da Manhã (14/12/1943, Ano XIX, n. 6063, p. 14).

Interessante notar como Cezar iguala os significados de cultura e instrução pública e também como ele inter-relaciona proporcionalmente o "nível" de cultura (escolar e letrada) ao tão desejado progresso da sociedade, fosse ele no campo social, moral, econômico ou em qualquer outro. Em certo trecho do artigo, ele ainda pontua "A ignorância, como a guerra, ou a peste [...], nunca é de mais repetir com o saudoso Miguel Couto, constitui uma calamidade pública. [...] o progresso de uma sociedade está em razão direta da cultura dos membros que a compõem. Se nula a Cultura, nulo o progresso [...]".

Em determinado momento, como que depois de uma breve introdução, o nome de Rubens do Amaral é levantado e os elogios que aparecem também são inúmeros. O redator do artigo (Figura 26), refere-se a ele da seguinte forma:

> [...] este nobre homem de imprensa, que se revela portador de admiraveís energias morais, no desempenho da dificílima e elevada missão de jornalista, o que importa dizer, no cumprimento do encargo doloroso de bem servir à causa pública, fez, obstinadamente, da criação do grupo escolar em apreço, por assim dizer, o "leit-motil" de vários de seus magníficos artigos no vitorioso matutino que tão brilhante e patrioticamente redige, secundado na matéria ingente, pelos informes constantes do solícito representante local da "Folha da Manhã", sr. Zeferino Vasconcellos Filho.
> [...] E é por isso que ele, o estimado jornalista, tão espontaneamente dedicado às aspirações da gente bragantina, aspirações estas sempre justas e merecedoras da atenção dos poderes governamentais, pondo mais alto a mira patriótica, em artigos escorreitos e ao nivel da compreensão geral, reclama em prol do maior progresso de Bragança [...].

Rubens do Amaral teria interpretado, assim, um antigo anseio da comunidade local, ao sensibilizar-se pela construção do novo prédio para o Grupo Escolar José Guilherme, principalmente por meio de artigos que publicou na *Folha da Manhã*, de São Paulo. O jornalista ainda contou com a ajuda de Zeferino Vasconcellos Filho, que era o representante bragantino da *Folha* na cidade.

A Figura 27 representa uma ficha sobre o prédio do Grupo Escolar José Guilherme, encontrada no acervo da escola. Pudemos observar, logo no cabeçalho, a quem foi endereçada a lista: Departamento da Educação. Outra questão que pudemos inferir foi que o documento seguiu uma lógica pré-estabelecida, aparentemente um modelo oficial ("Ficha de prédios escolares").

Departamento de Educação

Ficha de predios escolares

Municipio de Bragança --- Distrito de Bragança
Estabelecimento – Grupo Escolar "José Guilherme"
Proprietário do Predio – Estadual

Situação do prédio:
Onde está situado o prédio? Rua D. Carolina s/n
Está bem localizado em relação á população escolar? Sim. E fácil o acesso? Sim.
Há visinhança inconveniente, quanto á higiene? Não. Do ruído? Não. Pelo perigo de acidentes? Não. Dá moralidade? Não.

Historico do predio:
Construido para escola ou adaptado? para a escola. ------
" pelo Estado ou por particular? Estado. -------
Início da construção em 17-9-1942 Teminação das obras em 24-2-1944
Data da instalação do estabelecimento no prédio? 1° de fevereiro de 1944
Foi reformado o predio? predio novo ----- ------
Observ. A pedra fundamental foi em marco de 1936 e o [staqueamento] em abril de 1937.
Historico do terreno:
O terreno foi adquirido por compra ou por doação? doação. De quem? da Prefeitura
-------- Data e n° da lei que autorizaram? Ato n° 84, de 5-11-935
Onde foi lavrada a escritura? 1° oficio. Dimensões do terreno 2.680 m. quadrados
---
Condições de conforto:
Número de pavimentos? Dois (2) -------- Altura do pé direito 4 mts
N. de salas de aula dez (10) Quais as dependências (diretoria, portaria etc.)? diretoria, portaria – biblioteca – educadora sanitária – para professoras. Sala de aula de 40,2 a 47,2 ms. ^{2} - 2 salas de aula de mais 48 ms ^{2} a mais – 8 – Separadas por sexo----- sim
Salas de aula de 40,2 a 47,2 ms ^{2} – 2. Salas de aula de 48 ms ^{2} a mais – 8
O predio possue instalação de luz elétrica? Sim.

(Vide verso)

Quantas privadas no interior do predio? 5+2. Quantos fora 8. Separadas para cada sexo? Sim.
Há rede de esgotos ou fossa cética? rede de exgotos. Há mictórios? sim. Quantos 8.
Há lavabos? sim. Quantos 2+2+1+2 Há bebedouros? Não ----------
Há água encanada? sim ----------
Observações: Filtros "Sete" 2+4

N° de classes do estabelecimento? 18. Periodos em que funciona? 2. Área de recreio descoberta? 1486 m^2 Área coberta por galpão? 300 ms^2. Recreio separado para cada sexo? Não. Área cultivada com jardim? 370 m^2 Área cultivada com horta? Não.

Anexo: Cópia do contrato, planta ou "croquis" e fotografias.
Data do preenchimento desta ficha ------- de -------- de ----------
Assinatura:
Cargo:

Figura 27: Ficha de prédios escolares
Sem data
Acervo da E.E. José Guilherme
Originalmente, trata-se de um documento manuscrito que, ao ser digitalizado, ficava ilegível. No contato com a fonte, anotamos seus dados e os transcrevemos nessa versão digitalizada. Tivemos a preocupação de manter a gramática apresentada, inclusive possíveis erros (que assim podem ser considerados por não manter coerência dentro da própria produção). Pontuamos ainda que o documento não é datado, mas, pelas descrições, trata do atual prédio da escola, logo só pode ter sido escrito após 1943.

Dentre os dados apresentados, muitos são pertinentes a nossa pesquisa. Primeiro no sentido em que pontuam as informações que eram consideradas essenciais dentre as características que um prédio escolar deveria possuir, na época. Segundo, porque trouxe uma descrição do prédio do Grupo Escolar José Guilherme.

O documento foi organizado sob quatro eixos principais: a situação do prédio, o histórico deste, o histórico do terreno onde foi construído e as condições de conforto que apresentava.

No primeiro eixo, consta que o prédio estava localizado na rua D. Carolina, s/n, mas não complementava-se o endereço, com o nome do bairro. Supressão intencional ou não, pontuamos que o bairro Lavapés (onde se localiza a escola até os dias atuais), parece-nos por meio da leitura dos periódicos locais, que não gozava de muito prestígio na trama urbana da cidade de então, em comparação com a área central urbana de Bragança. Nesse eixo levantaram-se ainda questões que demonstraram a preocupação daquela época em que o prédio escolar estivesse bem localizado em relação à população escolar, que fosse de fácil acesso, sem riscos de acidentes, sem vizinhança inconveniente. Vizinhança inconveniente seria aquela que não se adequasse as condições higiênicas exigidas na época, que fosse barulhenta ou que oferecesse risco tanto físico quanto à moralidade das crianças. Aqui nos perguntamos, como a vizinhança do Grupo Escolar José Guilherme poderia ser considerada dentro desses padrões se, como já vimos, ele localizava-se a alguns metros da Estação Bragantina e da Estrada de Ferro Bragantina? Conforme a lista, o prédio do Grupo Escolar José Guilherme contemplaria todos esses requisitos com perfeição.

O segundo eixo traz o histórico do prédio. A escola funcionava, naquele momento, em um edifício construído especificamente para seu funcionamento e a instituição era mantida pelo Estado. Além disso, outras informações chamaram a atenção e nos abriram novas questões. O início da construção foi datado de 17 de setembro de 1942 e o término de 24 de fevereiro de 1944. No contato com as outras fontes, já pontuadas, pudemos perceber que estas datas não condiziam. Teria sido apenas um erro de quem redigiu o documento? Concluímos que é uma possibilidade plausível, primeiramente, porque nenhum outro documento traz essas datas e, em segundo lugar, porque há uma incoerência entre as datas que foram apresentadas no documento. Além de seu redator que as obras teriam sido terminadas em 24 de fevereiro de 1944, também aponta que a data de instalação da instituição no prédio corresponderia a 1 de fevereiro do mesmo ano. Sob essas informações, o Grupo Escolar teria sido instalado antes

das conclusões das obras, fato que nos alerta para prestarmos ainda mais atenção nos artigos, dos diversos jornais que pesquisamos, que apontaram que o novo prédio do Grupo Escolar José Guilherme foi inaugurado em fins de 1943, com suas obras totalmente concluídas.

Quanto ao histórico do terreno, apontou-se que foi adquirido por doação da prefeitura e autorizada pelo "Acto nº 84", de 5 de novembro de 1935 e que tem dimensões de 2.680 m^2. Além disso, o documento apontou ainda que o prédio possuía dois pavimentos, dez salas de aula, diretoria, portaria, biblioteca, sala para a educadora sanitária e para as professoras. Observamos aqui o uso exclusivo do feminino e nos perguntamos: não haviam professores? Conforme dados que já trouxemos, entre os 23 primeiros anos de funcionamento da instituição, apenas 10 homens lecionaram na escola, cerca de 16% do professorado, e, no ano de 1943, apenas mulheres ocupavam tal cargo no Grupo Escolar José Guilherme.

Especificamente com relação as salas de aula, deparamo-nos com outra questão bastante pertinente: essas eram separados por sexo. Esta organização dos grupos escolares afirmava a diferenciação entre a educação para meninas e meninos. O currículo a ser trabalhado era diferente conforme o sexo do educando.

O prédio possuía instalação de luz elétrica – o que, em meados de 40, já se havia se popularizado. Por outro lado, o fato de haver esse item, dentre os outros, pode significar que havia instalações onde funcionavam escolas que ainda não possuíam ou que funcionaram, até uma data próxima ao documento, sem luz elétrica, sobretudo as rurais.

Na continuidade do documento, encontramos diversas informações sobre questões higiênicas, tais como: número de privadas no interior do prédio (7) e fora dele (8) – separadas por sexo –, existência de rede de esgoto (e não fossa cética), número de mictórios (8), lavabos (7) e bebedouros (não havia), além da existência de água encanada. Conforme registrou-se, funcionavam 18 classes no estabelecimento, em dois períodos diferentes. Havia área de recreio coberta e descoberta, sem separação entre os sexos, bem como um pequeno jardim, mas nenhuma horta.

Não tivemos acesso aos anexos do documento – infelizmente – que seriam: a cópia do contrato, a planta do prédio e fotografias. Outra questão não respondida é o autor do documento. Ele não é assinado, mas, por outro lado, fica claro que ele deveria ser preenchido por alguém que desempenhasse um "cargo" (função) na instituição.

Neste capítulo, exploramos o arquivo escolar da E.E. José Guilherme na relação com outros acervos documentais e com uma escassa bibliografia sobre Bragança Paulista. No

transcorrer da pesquisa, no cotejo das diferentes fontes documentais e na trajetória de revisão bibliográfica, percebemos as potencialidades do trabalho realizado porque estas nos indicaram em que termos a história da educação em Bragança se inscreve na história da educação brasileira; considerando-se que esta última necessariamente se faz presente nos motes e nas singularidades da história local, suscitando por vezes tensões e conflitos, adesões e resistências e, até mesmo, ressentimentos que se entranham por entre memórias, saberes e práticas urbanas.

3.4 Aproximando-se de Rubens do Amaral e Zeferino Vasconcellos: por entre um discurso

Trazemos dentre as Figuras 28 e 34, as sete laudas do discurso proferido por Rubens de Amaral, como paraninfo de uma classe de "diplomandos" do Grupo Escolar José Guilherme. Por entre elas, objetivamos nos aproximar das figuras de Rubens do Amaral e de seu amigo Zeferino Vasconcellos.

O manuscrito no cabeçalho da primeira folha (Figura 28) está quase que inteiramente apagado, mas foi possível inferir uma data aproximada para o documento. No final da frase escrita manualmente, foi identificamos a data: "15-[n.i]-943". 1943, ano em que foram concluídas as obras do novo prédio da instituição.

Perguntamo-nos: por que Rubens do Amaral foi escolhido como paraninfo da turma de formandos desse ano tão emblemático na história da instituição? Diante algumas constatações apresentadas anteriormente e por entre as folhas do discurso, pudemos compreender melhor os motivos de tal escolha.

Quero inicialmente fazer aqui uma confissão. Quando recebí o convite, desde logo muito grato à minha alma, para paraninfar uma classe de diplomandos de um grupo escolar, senti certa surpresa. Nunca soubera, antes, que também os grupos escolares tivessem cerimônia de formatura, com solenidade e paraninfado. Para mim, era a primeira vez.

Mas isso de ser a primeira vez não tem a menor importância e não traz nenhuma objeção. Se jamais se fizesse uma coisa que ainda não foi feita, o homem seria ainda hoje um grande macaco erecto, cujos órgãos da inteligência não se teriam desenvolvido por falta de função. E nem vocês estariam hoje a sair alfabetizados de um grupo escolar, nem eu estaria aqui a dizer estas rápidas palavras, simplesmente porque, se os nossos remotos avós se houvessem limitado a fazer o que vissem seus avós fazer, nós também, se por acaso existíssemos, seríamos apenas grandes macacos erectos, mergulhados no mais perfeito analfabetismo.

Progresso é mudança, é inovação, numa alternância de experiências certas e erradas, tôdas úteis. Uma experiência negativa é sempre proveitosa, pois afirma que não se deve repetí-la e que, ao contrário, é preciso procurar outros caminhos, que levem à verdade. É só mudando, é só inovando, às vêzes para melhor, às vêzes mesmo para pior, que podemos progredir.

Mas, passada a minha surpresa, predominou a satisfação inicial. A satisfação que experimentei, foi a de rever Bragança Paulista, uma terra a que me prendem velhos e sólidos laços de carinho, que nasceram de uma questão de justiça. Como jornalista, em determinada ocasião verifiquei que havia três grandes cidades paulistas a que o Estado não disponsava nenhum serviço especial. Eram

Figura 28: Discurso de Rubens do Amaral (1/7)
Data provável 1943
Acervo da E.E. José Guilherme
Autor Rubens do Amaral

Jaú, Limeira e Bragança Paulista. Não tinham elas um ginásio estadual, uma normal oficial, uma escola industrial ou agrícola, uma fazenda experimental, qualquer dêsses melhoramentos com que o Estado costuma beneficiar os seus maiores núcleos demográficos ou econômicos. O que aquelas três cidades tinham era absoluto o que têm tôdas, grandes ou pequenas: justiça, polícia, ensino primário, assistência sanitária e nada mais.

Essa situação iníqua revoltou-me, não só pelas três cidades em si, pois que elas nada me pediram, mas porque eu entendia que o Estado devia ser justo para com cada um dos seus Municípios, independente de qualquer solicitação, no cumprimento de obrigações impostas pelas próprias circunstâncias. Em virtude disso, iniciei pelo jornal que então dirigia uma campanha em prol das vítimas do injustificável esquecimento dos poderes estaduais. Fiz o que pude por Limeira e Jaú. Quanto a Bragança Paulista, tive um colaborador incansável e indefatigável na pessoa de Zeferino de Vasconcellos, êsse bragantino com por cento, que tanto e tão insistentemente luta pelo seu torrão natal. Pode-se dizer que, dessa data em diante, não houve semana em que o meu jornal não consagrasse um tópico a esta terra, muitos da lavra de Zeferino, alguns elaborados por mim. E assim se foram criando liames entre mim e Bragança Paulista, e neles hoje se dá mais um nó, muito forte e muito apertado, que o tempo não destruirá, nem bambeará.

Aqui chego à matéria que nos diz diretamente respeito, nesta casa de ensino que se honra com o patrocínio de José Guilherme. Entre os melhoramentos que Bragança Paulista pleiteava punha-se a conclusão do edifício dêste grupo escolar, tão bem começado e depois abandonado por motivos que não vale a pena averiguar. Começamos, o Zeferino e eu, a campanha pela terminação das obras, atendendo-se à urgência que a cidade tinha de mais um grupo escolar e à situação em que se achavam suas crianças, metidas em salas de aulas indígnas da nossa civilização e até incompatíveis com elementares

Figura 29: Discurso de Rubens do Amaral (2/7)
Data provável 1943
Acervo da E.E. José Guilherme
Autor Rubens do Amaral

preceitos de higiene. E essa campanha, não vocês, meninos, mas seus professôres e seus pais hão de estar lembrados, foi conduzida como o Zeferino conduz suas batalhas, dia a dia, palmo a palmo, sem tréguas nem quartel. Era um constante pipocar de artigos e reportagens, que atroando clamavam pelo nôvo grupo escolar José Guilherme, zeferinicamente ... Isto durante anos e anos!

Vendo que nem assim o edifício se terminava, tive em certo momento uma idéia. Pedi que se organizasse em Bragança Paulista uma comissão de cidadãos dedicados e prestigiosos, para levar a reclamação diretamente ao govêrno do Estado. A comissão se organizou ràpidamente, dirigiu-se a São Paulo e eu tive a honra de acompanhá-la aos Campos Elíseos, onde foi recebida com a devida atenção, expôs o caso e arrancou de pronto a promessa de que o grupo escolar José Guilherme seria imediatamente concluído em suas obras complementares. A promessa teve cumprimento e dêsse modo Bragança Paulista conseguiu o nôvo educandário que merecia e que já excessivamente tardava.

Não falo destas coisas para me jactar de serviços a Bragança Paulista. Falo, sim, para justificar perante mim mesmo a minha presença nesta solenidade. Bragança Paulista é um ninho, é uma incubadora de homens ilustres, que se projetam em todo o Estado e no País. Porque havia de ser eu o escolhido para o paraninfado que aqui estou exercendo com confessada ufania? Só porque, porque, entre os construtores do grupo escolar José Guilherme, posso eu apontar-me como um dos que lhe trouxeram a sua padrinha, aliás com a maior boa vontade, pela beleza da causa de que fui advogado.

Passo agora ao mais difícil desta minha ligeira palestra com vocês, ao falar pròpriamente do motivo que nos reúne nesta sala, em festa de que nunca nos esqueceremos. O primeiro tropêço, para mim, está neste fato: não tenho recordações do grupo escolar. Quando eu era criança, (e vocês bem imaginam que isso foi há muito tempo...) não havia grupo escolar na minha terra. Aprendi a ler em es-

Figura 30: Discurso de Rubens do Amaral (3/7)
Data provável 1943
Acervo da E.E. José Guilherme
Autor Rubens do Amaral

colas isoladas e com uma sorte que vocês me vão invejar: não passei, uma vez sequer, pelos apuros de um exame escolar. No primeiro ano, quando se aproximava a época dos exames, compareceu pavoroso sôbre a cidade o fantasma da febre amarela e fugi com a família para a fazenda, livre da peste e das provas a que sem isso teria sido submetido. No segundo ano, na mesma época, não foi a cidade, fui eu que adoecí, com sarampo, que valeu pela minha salvação. No terceiro ano, causa mais simpática me acudiu na hora: uma viagem a Botucatu, em visita a meus avós, que eu podia dizer que não conhecia, naqueles tempos em que não se sonhava com o avião, nem com o automovel, e quando sequer eram extensas as nossas estradas de ferro. Foi a cavalo que transpus as trinta léguas que me levaram e depois me trouxeram para casa, sem risco de me defrontar com o meu examinador, que teria sempre arco de meu carrasco. Depois, não voltei mais à escola, a nenhuma escola, a não ser a que frequento há mais de meio século, até hoje,- a escola da vida.

Outro problema é o da escolha do tema de que falarei a vocês. Aos advogados, aos médicos, aos engenheiros, a outros doutores, é fácil falar das suas esperanças, das suas certas e das suas incertas vitórias, na marcha que vão empreender, sôbre um diploma, como sôbre um tapete mágico. Assim também a professôras primários ou secundários, que têm uma alta missão em tôrno da qual a gente pode discorrer, com um único risco, - o de cair no lugar comum, dizendo o que outros já disseram, sem uma idéia nova ou ao menos uma nova expressão. Mesmo aos que se diplomam no colégio ou no ginásio, numa escola agrícola, industrial ou de comércio, há muitas palavras a serem ditas para vestir conceitos adequados.

Mas e esta meninada? Diante dela, que assunto devo desenvolver? Que perspectivas devo abrir? Que futuro devo descortinar?

Uns sairão daqui para o ginásio e de lá para a escola normal. Êsses retomarão o facho hoje empunhado pelos seus professo

Figura 31: Discurso de Rubens do Amaral (4/7)
Data provável 1943
Acervo da E.E. José Guilherme
Autor Rubens do Amaral

res e manterão nosso a chama na eterna corrida para o conhecimento e para a civilização, como elos espirituais de uma cadeia de sabedoria. Outros farão do ginásio o degrau para o colégio, tendo por meta, a seguir, as escolas superiores, na formação da elite cultural de que o Brasil precisa como precisa do homem que ara a terra ou bate a bigorna. A maior parte, creio, pensa nas atividades agrícolas, comerciais e industriais ou no nirvana da burocracia. Entre as meninas, haverá as que apenas pensam em ser donas de casa ou mães de família, sob o amparo do marido. Devendo-se notar que, entre os meninos, quem sabe se não existirá um que pense em profissão idêntica, como esposo de professôra ou funcionária?...

À exceção dêste, - que não existe e é apenas uma brincadeira minha, para amenizar o ambiente, - todos têm uma tarefa nobre no seu porvir. O advogado que pleiteia a justiça, o médico, o farmacêutico e o dentista que cuidam da saúde, o engenheiro que planeja e constrói, o agrônomo que multiplica a produção, o professor superior, secundário ou primário que mantém vivo o farol da ciência, das letras e das artes, formam o exército do espírito em ação num setor que, se faltasse, nos relegaria à condição dos selvagens. Mas não viveríamos sem o lavrador que põe a terra em produção, sem o industrial que transforma os produtos em mercadorias e sem o comerciante que as distribui de acôrdo com as necessidades. Nem sem o funcionário, que faz funcionar o Estado. Nem sem as trabalhadoras da roça, da fábrica, das estradas, do lar, mesmo os mais humildes que removem o lixo das ruas ou limpam os cantos dos esgotos, porisso mesmo, pelo seu maior sacrifício merecendo o nosso maior respeito.

Só excepto o parasita. Parasita é aquêle que, sadio e robusto, prefere viver de esmolas. Parasita é aquêle que vive de "facadas" nos amigos e do calote nos credores. Parasita é aquêle que arranja um emprêgo para auferir salários, não para trabalhar. Parasita é aquêle que abocanha, sem relação com o seu trabalho e com o

Figura 32: Discurso de Rubens do Amaral (5/7)
Data provável 1943
Acervo da E.E. José Guilherme
Autor Rubens do Amaral

seu capital, lucros extraordinários. Parasita é aquêle que retém a terra criada por Deus, excluindo-as da produção para destiná-las à ~~exploração~~ especulação.

Ao parasita equiparo o que, podendo prestar um serviço, não o presta; o que podendo saciar uma fome ou uma sêde, não as sacia; o que, podendo acudir a uma dor, não a acode. São os egoistas, que não amam o próximo e, portanto, não amam a Deus, amando-se sòmente a si próprios. A pior gente que há no mundo, (no mesmo pé dos delinquentes de que não falo), porque o egoista também viola a lei e afronta a moral, também rouba e também mata, por meios indiretos, de alta eficácia.

Direi sempre a vocês o que já vos disseram seus pais e seus educadores. Sejam em primeiro lugar bons filhos e, portanto, bons irmãos, porque o lar é a miniatura da pátria e o membro da família de hoje é o cidadão da República de amanhã. Sejam bons estudantes, quer estudem grego ou latim, que estudem o manejo da enxada ou o manejo da agulha. Sejam bons trabalhadores, como cientistas ou como operários. E sejam sobretudo bons patriotas, lembrados de que a pátria é o Brasil, mas é também São Paulo, é também Bragança Paulista, é o ~~vosso~~ quarteirão na cidade ou o ~~vosso~~ bairro na roça, é o ~~vosso~~ local de trabalho, é a ~~vossa~~ casa. Lembrados igualmente, em sentido inverso, agora de dentro para fora, de que somos cidadãos do planeta e de que são nossos irmãos todos os filhos da América, da Europa, da Ásia, da África e da Oceania, brancos, amarelos e pretos, cultos ou bárbaros, ricos ou pobres, felizes ou sofredores. Nossos irmãos, não porque sejamos todos descendentes de Adão, mas porque somos todos criaturas de Deus, o pai que está no céu.

A liberdade é ainda um sonho. A igualdade, talvez um impossível. Mas a fraternidade, essa podem ferí-la as guerras ou limitá-la as fronteiras, sem que nem porisso deixe ela de nos iluminar no nosso coração. No dia em que o homem não fôr mais o lobo do

Figura 33: Discurso de Rubens do Amaral (6/7)
Data provável 1943
Acervo da E.E. José Guilherme
Autor Rubens do Amaral

homem, no dia em que o homem fôr o irmão do homem, nesse dia a paz baixará sôbre a terra, que se elevará, pela justiça e pela bondade, às alturas do paraíso.

Meninos! vocês hoje são colegas. Sejam amanhã também irmãos. Aqui, no grupo escolar José Guilherme que nos reuniu, em Bragança Paulista, no Estado de São Paulo, no Brasil, na América, no mundo. Se outros meninos assim pensarem e assim fizerem, por tôda a parte, não haverá mais guerras e morticínios, não haverá mais misérias e martírios, não haverá mais infernos e condenados.

Peço muito a vocês? Peço demais? Peço o impossível?

Não. Se cada um acender a sua lâmpada, iluminaremos a terra, como o sol e as estrêlas iluminam o universo. Se outros falharem à sua missão, eis aí razão a mais para que redobremos o nosso zêlo, em compensação. Em qualquer caso, todos e cada um de vocês cumpram o seu dever para que, se não atingirmos a paz da humanidade, ao menos gozemos do supremo bem, que é a paz da consciência.

Tenho dito.

-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-

-.-.-.-.-.-.-

Figura 34: Discurso de Rubens do Amaral (7/7)
Data provável 1943
Acervo da E.E. José Guilherme
Autor Rubens do Amaral

Entre o final da primeira lauda (Figura 28) e o começo da segunda (Figura 29), Rubens do Amaral pontuou, como jornalista, em certa ocasião, que havia três grandes cidades paulistas a que o Estado não dispensava serviço especial: Jaú, Limeira e Bragança. Segundo ele,

> Não tinham elas um ginásio estadual, um normal oficial, uma escola industrial ou agrícola, uma fazenda experimental, qualquer dêsses melhoramentos com que o Estado costuma beneficiar os seus maiores núcleos demográficos ou econômicos. O que aquelas três cidades tinham era sòmente o que têm tôdas, grandes ou pequenas: justiça, polícia, ensino primário, assistência sanitária e nada mais.

Um discurso consonante com o que também era propalado sobre os melhoramentos necessários à uma cidade moderna nos periódicos locais entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX, como já vimos.

Posicionando-se, Rubens do Amaral seguiu dizendo que "[...] o Estado devia ser justo para com cada um dos seus Municípios, independente de qualquer solicitação, no cumprimento de obrigações impostas pelas próprias circunstâncias". Afirmativa que pode sugerir um descompasso político entre o poder local e a esfera estadual. Talvez tal descompasso possa ser já rastreado nos "Actos" 82 e 84 (Figuras 17 e 18), através dos quais o município de Bragança comprou o terreno, mas, ao mesmo tempo, apontou a responsabilidade pela construção do novo prédio (do grupo escolar José Guilherme) com sendo da esfera estadual.

Ainda no trecho do texto transcrito acima, Rubens do Amaral buscou enfatizar que não permaneceu estático diante a situação que "revoltava-o". Assim, seguiu seu discurso afirmando que iniciou "[...] pelo jornal que então dirigia uma campanha em prol das vítimas do injustificável esquecimento dos poderes estaduais" [40].

No segundo parágrafo da página 2, Zeferino de Vasconcellos foi apontado como "um colaborar incansável e indetectível [...] bragantino cem por cento [...]" que insistentemente também lutou por Bragança. Rubens do Amaral concluiu o parágrafo dizendo que, depois que uniu forças à Zeferino, não houve semana em que o seu "[...] jornal não consagrasse um tópico a esta terra".

---

[40] Como pontuamos na subseção anterior, o jornal ao qual Rubens de Amaral se referiu, era a *Folha da Manhã*, de São Paulo.

Por fim, o paraninfo da turma de formandos do Grupo Escolar José Guilherme, em 1943, chega a matéria que diz diretamente respeito ao motivo que levou a instituição à escolhê-lo como tal. Ainda no final da segunda página do discurso (Figura 28), o autor destaca que entre os melhoramentos que Bragança necessitava e pleiteava era "[...] a conclusão do edifício dêste grupo escolar, tão bem começado e depois abandonado por motivos que não vale a pena averiguar". Supomos que esta colocação foi matizada por conflitos políticos com a esfera do governo estadual para além de uma simples manifestação de descontentamento com o ocorrido.

Rubens do Amaral levantou que, com a ajuda de Zeferino, começaram uma

> **[...] campanha pela terminação das obras, atendendo-se à urgência que a cidade tinha de mais um grupo escolar e à situação em que se achavas suas crianças. metidas em salas de aulas indígnas da nossa civilização e até imcompatíveis com elementares preceitos de higiene. E essa campanha, não vocês, meninos, mas seus professôres e seus pais hão de estar lembrados, foi conduzida como o Zeferino conduz suas batalhas, dia a dia, palma a palmo, sem tréguas nem quartel. Era um constante pipocar de artigos e reportagens, que atroando clamavam pelo nôvo grupo escolar José Guilherme, zeferinicamente... Isto durante cinco anos!**

Fizeram parte desses artigos, aos quais se referiu, os recortes de jornais encontrados no acervo documental da E.E. José Guilherme, como já pontuamos.

Vendo que as obras do edifício não terminavam, o jornalista Rubens do Amaral afirmou que pediu que se organizasse em Bragança

> **[...] uma comissão de cidadãos dedicados e prestigiosos, para levar a reclamação diretamente ao governo do Estado. A comissão se organizou rapidamente, dirigiu-se a São Paulo e eu tive a honra de acompanhá-la aos Campos Elíseos, onde foi recebida com a devida atenção, expôs o caso e arrancou de pronto a promessa de que o grupo escolar José Guilherme seria imediatamente concluído em suas obras complementares. (Figura 30)**[41]

[41] Conforme a manchete da *Folha da Manhã* do dia 10/10/1941 (Ano XVII, n. 5398, p. 1), "O Sr. Fernando Costa, interventor federal, recebeu ontem, às 10 horas, uma comissão de pessoas gradas de Bragança que lhe vieram solicitar a conclusão do grupo escolar "José Guilherme", cuja construção, iniciada em 1937, encontra-se suspensa há vários anos, como a "Folha da Manhã" tem tido oportunidade de noticiar e comentar numerosas vezes. A comissão, inteorada pelos srs Luiz Gonzaga Leme, prefeito municipal, dr. João Batista Sampaio [...], comissário de café; Boanerges da Cunha Freire, comissário de café; Benedicto de Barros Camnargo, presidente da Associação Comercial; João Baptista Furquim Lambert, farmacêutico, fez-se acompanhar dos srs. Octaviano Alves de Lima e Rubens do Amaral, diretor-superintendente e redator-chefe da "Folha da Manhã", como homenagem à campanha que as "Folhas" veem desenvolvendo, há anos, para que Bragança seja atndida na justa aspiração de ver concluido o edificio do grupo escolar "José Guilherme". A comissão, que foi recebida no salão vermelho dos Campos Elíseos, fez entrega ao sr. Fernando Costa de um memorial assinado por mais de trezentos

A promessa veio a se cumprir e Bragança conseguiu a conclusão do novo prédio do Grupo Escolar José Guilherme que, conforme Rubens do Amaral, "merecia e que tardava já excessivamente".

Na sequência, voltou-se para a ocasião da qual participava; a formatura. Começou relembrando seus estudos na época em que era criança. Disse que não possuía recordações de um grupo escolar, pois, quando menino, estudou em escolas isoladas e que, assim, não teria passado "pelos apuros de um exame escolar" (Figura 31). Pontuamos que, na data desse discurso, Rubens do Amaral tinha cerca de 53 anos de idade.

Como paraninfo, o jornalista apontou que havia encontrado um problema na hora de escolher o tema sobre o qual falaria, visto que o futuro dos alunos que se formavam seria completamente variado. Interessante notar que, dentre o final da página 4 (Figura 31) e começo da página 5 (Figura 32), Rubens do Amaral acabou por vislumbrar as perspectivas de futuro dos alunos do Grupo Escolar José Guilherme:

> Uns sairão daqui para o ginásio e de lá para a escola normal. Êsses retomarão o fecho hoje empunhado pelos seus professores e manterão acesa a chama na eterna corrida para o conhecimento e para a civilização, como elos espirituais de uma cadeia de sabedoria. Outros farão do ginásio o degrau para o colégio, tendo por meta, a seguir, as escolas superiores, na formação da elite cultural de que o Brasil precisa como precisa do homem que ara a terra ou bate a bigorna. A maior parte, creio, pensa nas atividades agrícolas, comerciais e industriais ou no nirvana da burocracia. Entre as meninas, haverá as que apenas pensem em ser donas de casa ou mães de família, sob o amparo do marido. Devendo-se notar que, entre os meninos, quem sabe se não existirá um que pense em profissão idêntica, como esposo de professora ou funcionária?...

Os alunos formados no Grupo Escolar José Guilherme poderiam dar continuidade aos estudos na escola normal ou nas escolas superiores, o que, segundo o paraninfo, contribuiria para a formação da elite cultural necessária ao Brasil. Este discurso vai ao encontro do imaginário da época. Na perspectiva do jornalista, a cultura de uma sociedade era vista como diretamente proporcional ao nível de instrução escolar da população.

Rubens do Amaral terminou seu discurso, tentando incutir um apreço pela fraternidade nos formandos. Nas ultimas linhas de seu discurso, ele enfaticamente propôs:

---

bragantinos, expondo urgente necessidade de dotar-se a cidade de mais um estabelecimento de ensino primário [...]".

> Meninos! vocês hoje são colegas. Sejam amanhã também irmãos. [...] Se outros meninos assim pensarem e assim fizerem, por toda a parte, não haverá mais guerras e morticínios, não haverá mais misérias e martírios, não haverá mais infernos e malditos. [...] Se cada um acender a sua lâmpada, iluminaremos a terra, como o sol e as estrêlas iluminam o universo. Se outros falharem à sua missão, eis aí razão a mais para que redobremos o nosso zêlo, em compensação. Em qualquer caso, todos e cada um de vocês cumpram o seu dever para que, se não atingirmos a paz da humanidade, ao menos gozemos do supremo bem, que é a paz da consciência.
> Tenho dito.

Esse desfecho que Rubens deu ao seu discurso se inscreve no contexto em que vivia na época: o mundo ainda vivenciava os horrores da II Guerra Mundial que acabaria, somente, dois anos depois.

Por meio da análise desse discurso, pudemos nos aproximar das figuras de Rubens de Amaral e Zeferino Vasconcellos Filho e construir um elo entre eles e o Grupo Escolar José Guilherme. Vimos que se tratavam de homens pertencentes a elite intelectual local da época e que se mobilizaram pela mesma causa: a construção do novo prédio para o Grupo Escolar José Guilherme, no rastro dos valores defendidos então a cerca da necessidade da educação para o desenvolvimento do país e o aprimoramento social.

3.5 A localização do Grupo Escolar na trama urbana bragantina

Partimos do pressuposto de que a localização do grupo escolar e suas relações na trama urbana, o traçado arquitetônico dos edifícios escolares, a decoração exterior e interior, seus elementos simbólicos próprios ou incorporados, respondem a padrões culturais e pedagógicos valorizados em um determinado contexto sociocultural.

A localização, estrategicamente nuclear, permitiu que a escola projetasse seu exemplo e influência geral sobre toda a sociedade, como um edifício dotado de uma racionalidade visível, que informaria culturalmente o meio humano social que o rodeava, passando a ser uma forma de culto à modernidade, ao progresso, tão reverenciados pelos republicanos.

A arquitetura da escola pública deveria divulgar imagens de nobreza e de estabilidade das administrações (WOLFF *apud* FARIA FILHO; VIDAL, 2005). Para além da função pedagógica, teria "um objetivo cultural de primeira magnitude, ao criar um dos símbolos que

melhor aglutinam a consciência coletiva das populações e sua própria identidade" (ESCOLANO; FRAGO, 2001, p. 34).

O novo prédio do Grupo Escolar José Guilherme foi construído numa das áreas mais baixas da cidade, no bairro do Lavapés - lugar então considerado afastado do centro da cidade, na época de sua construção. Com relação a esse bairro onde permanece até os dias atuais, Ishizu (2009, p. 43) esclarece que,

> Em 1905, o largo do Lavapés marcava o ponto de entrada da cidade para as pessoas que vinham das localidades ao norte de Bragança. Este largo marcava a entrada/saída da população de Amparo, Socorro, sul de Minas Gerais, e ainda era saída para o caminho antigo de Itatiba [...], sobre os Caminhos para Regiões Vizinhas. Devido grande fluxo de pessoas que por lá passavam, o comércio desenvolveu-se prosperamente nas suas redondezas, incluindo-se aí a parte mais baixa da Rua do Mercado, Rua do Comércio e Rua do Lavapés (Rua Barão de Juquery). Havia nesta região casas de comércio atacadista de produtos agrícolas, e também de beneficiamento de café. [...] Era também local de paradas de animais e de seu comércio. Havia, por isso, pastos de aluguel na redondeza e bebedouro.

Observe-se aqui que, segundo Buffa e Almeida Pinto (2002, p. 15), as condições consideradas, no período, ideais para a construção de um prédio destinado a um grupo escolar deveriam dedicar "[...] especial atenção ao terreno que deve[ria] ter boa localização, isto é, adequada à população a que vai servir e longe de ruídos de trânsito e de oficinas, do movimento de feiras e mercados, do excesso de poeira [...]". E assim, levantou-se outra questão para nós: a segmento social esse segundo grupo estava destinado a atender? A camada menos favorecida da população? Àquele distante do centro urbano? Em sua maioria, a camada menos favorecida da população. Àquela que vivia distante do centro urbano, advinda das zonas rurais. Há registro na Proposta Pedagógica da E.E. José Guilherme (2012) que este ainda é o público alvo da instituição.

Por outro lado, partimos de uma carta escrita e publicada no jornal *Folha da Manhã*, por um bragantino não identificado, para considerarmos uma hipótese que também justifica o porquê tal localização foi escolhida para acolher o novo prédio do segundo grupo escolar de Bragança. O trecho da carta transcrito na *Folha da Manhã*, de 17 de dezembro de 1941 (Ano XVII, n. 5456, p. 6), foi o seguinte:

> Estamos em dezembro. Até agora, não se tem notícia de verba para a conclusão do grupo "José Guilherme". Nem se sabe de concorrência pública aberta para esse fim.

> Entretanto, Bragança, pela sua grande população urbana, pela extensão da sua área e pela sua topografia acidentada, não pode continuar com um só grupo escolar Nele não cabem as crianças bragantinas Das que lá se acham matriculadas, muitas são compelidas a longas e exaustivas marchas.

O Grupo Escolar José Guilherme, em 1941, com a condenação do prédio onde foi inicialmente instalado, funcionou juntamente com o Grupo Escolar Dr. Jorge Tibiriçá. O prédio do primeiro grupo escolar bragantino foi construído no centro da trama urbana inicial de Bragança, próximo de onde havia a Igreja Matriz, os prédios da Câmara Municipal, do Paço Municipal, do Clube Literário e do Centro Telefônico. Já o prédio do José Guilherme foi edificado na parte baixa da cidade, na Rua Dona Carolina (Antiga Travessa do Passeio), próxima a linha da Estrada de Ferro e da

> [...] única ponte nesta área que permite atravessar do centro da cidade para o núcleo urbano que estava se formando ao redor do Largo do Lavapés. Esta ponte ligava diretamente o Largo com a Rua Barão de Juquery, anteriormente chamada de Rua do Lavapés, e esta formava um eixo até o Teatro Carlos Gomes, passando pelo Largo da Matriz [...]. Por estar localizada em uma extensa várzea, alagamentos e enchentes eram frequentes nessa área. Segundo o Almanach de 1914 (p. 31), entre 1900 e 1904 foram arborizados todos os largos que se situavam na parte alta da cidade, menos os do Taboão e do Lavapés, ambos de várzea e com caráter de serviço (armazenagem de produtos agrícolas e sua distribuição). A falta de preocupação com o embelezamento do Lavapés se traduziu na falta de fotografias suas na primeira década do século XX e na falta de registros sobre o local nos anuários e almanaques da época. Esta região ainda contava com duas associações de classes trabalhadoras neste período: o Clube Artístico e Recreativo dos Operários, de 1896, que situava-se na Rua da Independência e depois na Rua do Mercado, e no qual parecia não constar imigrantes no quadro de sócios. E havia também o Clube dos Permanentes, de classe operária, fundado em 1908, em prédio na Rua do Lavapés, que se extinguiu já em 1911. (ISHUZI, p. 128-129, 2009)

Para se chegar a área central da cidade era e é, ainda hoje, necessário subir uma longa rua, bastante íngreme – Rua Barão de Juquery. Assim, de fato, para que os alunos do Grupo Escolar José Guilherme se dirigissem ao Grupo Escolar Dr. Jorge Tibiriçá, teriam que percorrer uma longa distância.

Pudemos supor, frente a tais considerações, que o Grupo Escolar José Guilherme teria sido implantado nessa região mais baixa da cidade porque assim poderia atender melhor a população que dele necessitava. Entretanto, há de se considerar que outras áreas bragantinas apresentavam as mesmas características e, mesmo sendo uma área de várzea, que sofre com

enchentes, o Lavapés foi escolhido para tal edificação. Possivelmente, o terreno comprado no bairro tenha sido uma opção encontrada pelo poder público que pode ter ido ao encontro de novos abairramentos que estavam se formando no entorno dessa área.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao término deste trabalho, cujo objetivo principal foi compreender como se deu o processo de criação e instalação do Grupo Escolar José Guilherme, entre fins do século XIX (1880) e primeiras décadas do século XX (1943), tecemos algumas breves considerações. Pontuamos que estas considerações são provisórias na medida em que compreendemos que muitas das questões levantadas no decorrer do trabalho poderão ainda ser aprofundadas e analisadas mais minunciosamente, em pesquisas futuras. Além do mais, outras tantas questões surgiram e não puderam ser contempladas no recorte do nosso trabalho.

Por entre os acervos documentais consultados, na busca por vestígios que nos permitissem construir uma história do Grupo Escolar José Guilherme, deparamo-nos também com questões relativas a modernização e a escolarização na cidade de Bragança. Pudemos perceber como um discurso propalado nos periódicos locais, em fins do século XIX e início do século XX, enaltecia a escola como a instituição capaz de difundir a instrução necessária à sociedade que almejava incessantemente o progresso. Percebemos, assim, que muitos dos problemas que mobilizavam as elites bragantinas do período compunham também o panorama mais amplo do país.

Vislumbramos também, por entre os periódicos pesquisados, como emergiu a necessidade de criação e instalação do segundo grupo escolar em Bragança, identificando ainda que esse não foi um processo livre de tensões, embates, conflitos e jogos políticos.

Conforme a documentação analisada (principalmente os jornais pesquisados, que circularam entre 1880 e 1943), o Grupo Escolar José Guilherme representou um motivo de mobilização social em, pelo menos, dois momentos distintos – ainda que tal mobilização possa ter sido apenas por parte de uma parcela da elite letrada do período. O primeiro foi quando a população bragantina, que sofria com a falta de escolas para o atendimento adequado aos seus filhos, teria o seu reclame (a necessidade de implantação de mais um grupo escolar na cidade) propalado e defendido pelos periódicos. Processo esse que durou por quase duas décadas, até que a instituição foi implantada. O segundo momento se deu quando a precariedade do prédio onde foi implantado inicialmente o grupo (o casarão antigo, situado na Rua Barão de Juquery, próximo à Santa Casa de Misericórdia) foi condenado. Na ocasião, lançou-se uma campanha fervorosa, por meio também dos jornais, até que em 1943 tivemos a aprovação da edificação do novo prédio do grupo.

Quanto a esse prédio, que foi especificamente construído para o funcionamento do Grupo Escolar José Guilherme, perguntamo-nos ainda por que sua localização se deu e permaneceu em uma área de várzea, da cidade, o bairro do Lavapés. No cotejo das fontes com as quais trabalhamos, inferimos uma justificativa apregoada quanto ao porque dessa localidade ter sido escolhida. Naquela época, o segundo grupo escolar de Bragança não poderia ocupar, juntamente ao primeiro grupo (o Dr. Jorge Tibiriçá), a zona central da cidade, pois não seria facilmente acessível às crianças que dele necessitavam. Se sua localização fosse nuclear – como era o modelo ideal de instalação dos grupos escolares, modelo seguido para a instalação do Grupo Escolar Dr. Jorge Tibiriçá – a população que não morasse no centro precisaria "enfrentar" os cansativos morros que ligavam as áreas então consideras mais distantes da trama central urbana.

Outra questão que nos mobilizou foi rastrear os motivos que teriam levado a escolha de José Guilherme como patrono do grupo escolar que estudamos. Nas fontes documentais pesquisadas, rastreamos um embate, que envolve também o Grupo Escolar Dr. Jorge Tibiriçá, quanto a essa escolha. Como vimos, existia um grupo político que reivindicava que o primeiro grupo escolar bragantino viesse a ostentar o nome de José Guilherme como patrono. Entretanto, as pessoas que apoiavam essa ideia não obtiveram força política suficiente para tal. Ainda sim, 28 anos depois, o segundo Grupo Escolar de Bragança foi denominado Grupo Escolar José Guilherme. O que teria contribuído para que seu nome permanecesse no imaginário, ao menos, de um determinado segmento da população local? Dentre as hipóteses que levantamos, encontra-se o fato de que parentes próximos a José Guilherme[42] continuaram ocupando o cenário político bragantino.

Por exemplo, Vicente Guilherme, sobrinho de José Guilherme, ocupou o cargo de Presidente da Câmara entre 1902-1904. Em datas posteriores ao seu mandato foi que encontramos, pela primeira vez, nos periódicos locais, um reclame pela implantação do segundo grupo escolar de Bragança, mais especificamente, no começo de 1906. Ainda mais, se tratava de um registro que já trazia o nome de José Guilherme para patrono da instituição (*A Noticia*, 05/05/1906, ano II, n. 56, p. 1).

No próprio grupo, encontramos registros de que, quando a instituição ainda era denominada Escolas Reunidas de Bragança, o filho de José Guilherme, Achilles Guilherme Christiano, teria ocupado o cargo de professor na instituição. Esse fato pode ter contribuído

[42] Relembrando que José Guilherme faleceu em 16 de novembro de 1896, um ano antes da instalação do primeiro grupo escolar de Bragança.

também para que a escolha do patrono emergisse de um processo interno ao próprio grupo e, assim, o movimento tenha ganhado mais força e culminado no Decreto de 5 de fevereiro de 1925, quando não só a instituição passou ao *status* de grupo escolar, mas quando também recebeu o nome de José Guilherme como patrono.

Pontuamos que essa questão política que envolveu a história do Grupo Escolar José Guilherme representa uma possibilidade instigante para trabalhos futuros, a fim traçar hipóteses para indagações, como: quais os grupos políticos que existiam na cidade? Que pessoas os lideravam? Estavam filiados a quais partidos? Quais eram seus objetivos? O que almejavam para a cidade de Bragança? Quais as relações desses grupos políticos com os projetos de educação pública da cidade? Quais deles teriam apoiado a implantação dos Grupos Escolares bragantinos? Como esses grupos políticos teriam se mobilizado em prol de outras causas referentes a tais grupos escolares? Como tais questões, que são externas ao cotidiano escolar, se imbricam de tal forma com práticas, saberes e utopias educacionais?

Tivemos alguns percalços no decorrer dessa pesquisa (como, por exemplo, a existência de um acervo escolar precário, com a maioria dos documentos sem legenda ou sequer data), mas foi um caminho extremamente gratificante, pois entre as possíveis contribuições que deixamos está a construção de uma história do Grupo Escolar José Guilherme. Enfatizamos novamente que era perceptível, no contato com as fontes e até no imaginário local da atualidade, que o surgimento desse grupo e o seu período inicial de funcionamento tendiam ao esquecimento.

Era frustrante, à título de um simples exemplo, utilizar a *web* para pesquisar sobre o segundo Grupo Escolar de Bragança e encontrar inúmeras páginas somente sobre o Grupo Escolar Dr. Jorge Tibiriçá. Todavia, hoje compreendemos que o primeiro passo foi dado: escrevemos o primeiro trabalho sobre a história criação e implantação do Grupo Escolar José Guilherme, abrindo caminho para outras pesquisas, que esperamos sejam ainda mais aprofundadas, sobre essa instituição que é a segunda escola mais antiga da cidade.

Nessa direção, ressaltamos como um dos resultados de nossa pesquisa a organização de um acervo digital sobre a temática, contendo a sistematização de fontes (documentos escolares e recortes de jornais) ainda inexploradas no arquivo da Escola Estadual José Guilherme, os recortes dos periódicos do CDAPH (que focalizaram questões da escolarização e vestígios sobre as origens e o funcionamento do Grupo Escolar José Guilherme) e as

fotografias (da cidade e da escola) que reunimos, dentre as quais algumas foram produzidas por nós, instaurando assim possibilidades para pesquisas futuras.

Por fim, acreditamos termos lançado provocações profícuas o suficiente para que outros pesquisadores se sintam motivados para se embrenharem na pesquisa sobre o Grupo Escolar José Guilherme.

REFERÊNCIAS

Aporte teórico

ALMEIDA, Jane Soares de. **Currículos da Escola Normal Paulista (1846-1920):** Revendo uma Trajetória. Disponível em: <http://www.rbep.inep.gov.br/index.php/RBEP/article/viewFile/276/278>. Acesso em: 2 abr. 2011.

ARAÚJO, Marta Maria de. Tempo de balanço: a organização do campo educacional e a produção histórico-educacional brasileira e da região nordeste. In: **Revista Brasileira de História da Educação.** Campinas, SP: Editora Autores Associados, v. 3, n. 1, 2001.

BUENO, Maria de Fátima Guimarães. Algumas questões sobre a história de Bragança Paulista. In: Boletim CDAPH. Bragança Paulista, SP: CDAPH/IFAN, v. I nº1, p. 25-27, 1997.

BARLETTA, Maria Olyntha B. **Trabalho de Conclusão de Curso da Escola de Serviços Social**. São Paulo: PUC/SP, 1943.

BENCOSTTA, Marcus Levy Albino. Grupos escolares no Brasil: um novo modelo de escola primária. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara (Org.). **História e memórias da educação no Brasil,** vol.III. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1986. p. 68-75.

BENJAMIN, Walter. **Paris do segundo Império -** A boêmia; Flâuner; A modernidade,1ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

BUENO, Maria de Fátima Guimarães. A história da educação: a cidade, a arquitetura escolar e o corpo. **Cadernos do CEOM**. Chapecó: Argos, 21(28), 2008. p. 243-278.

_____. **O corpo e as sensibilidades modernas: Bragança (1900-1920)**. Tese (doutorado em educação). 2007. Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, SP. 2007.

BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o Ofício do Historiador**. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar Editor Ltda., 2002. Tradução: Andre Telles.

BORGES, Vary Pacheco. **O que é história**. 2ª ed. rev. São Paulo: Brasiliense, 1993. (Coleção primeiros passos; 17).

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Reformas da Instrução Pública. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; VEIGA, Cyntia Greive (Org.). **500 anos de educação no Brasil**. BH: Autêntica, 2000. p. 225-251.

_____. **A escola e a República e outros ensaios**. Bragança Paulista: EDUSF, 2003.

COSTA, Angela Marques da; SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Virando Séculos**: 1890-1914; no tempo das certezas. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

CRUZ, Heloísa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. **Projeto História** (Revista do Programa de Estudos de Pós-Graduação em História). n. 35, 2007. p. 253-270. ISSN 2176-2767.

CURY, Carlos Roberto Jamil; HORTA, José Silvério Baía; FÁVERO, Osmar. A Relação Educação-Sociedade-Estado pela Mediação Jurídico-Constitucional. In: FÁVARO, Osmar. **A Educação nas Constituintes Brasileiras (1823-1988)**. Campinas, SP: Autores Associados, 2001. p. 5-30.

ECO, Humberto. **Como se faz uma tese**. Tradução Gilson Cesar Cardoso de Souza. São Paulo: Perspectiva, 1999. 174 p. Título original: Como se fa una tesi di laurea.

BUFFA, Ester; ALMEIDA PINTO, Gelson de. **Arquitetura e Educação:** organização do espaço e propostas pedagógicas dos grupos escolares paulistas, 1893 – 1971. São Carlos, Brasília: EdUSFCar, INEP, 2002.

FRAGO, Antonio Viñao; ESCOLANO, Agustín. **Currículo, espaço e subjetividade:** arquitetura como programa. 2. Ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. Tradução de Alfredo Veiga Neto.

GADOTTI, Moacir. **Educação e Poder:** introdução à pedagogia do conflito. 11 ed. São Paulo: Cortez, 1998.

GONDRA, José. Medicina, Higiene e Educação Escolar. In: FARIA, Luciano Mendes Filho; LOPES, Elaine Marta Teixeira; VEIGA, Cyntia Greive (Org.). **500 Anos de Educação no Brasil.** 2. Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 519-549.

GONDRA, José Gonçalves; SCHUELER, Alessandra. **Educação, poder e sociedade no Império brasileiro**. São Paulo: Corte, 2008.

HAMILTON, David. Notas de lugar nenhum: sobre os primórdios da escolarização moderna. In: **Revista Brasileira de História da Educação**. Campinas, SP: Autores Associados, n. 1, 2001. p. 45-74.

HILSDORF, Maria Lucia Spedo. **História da educação brasileira**: leituras. São Paulo: Cengage Learning, 2011.

HOBSBAWM, Eric. **Sobre história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

ISHIZU, Andrea Luri. **Evolução da malha urbana e a arquitetura de Bragança Paulista:** 1884-1967. 2009. 278 p. Dissertação (Mestrado na Área de Concentração: História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação Strictu Sensu, FAUUSP, São Paulo. 2009.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. In: **Revista Brasileira de História da Educação**. Campinas, SP: Autores Associados, n. 1, 2001. p. 9-44.

LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: Ruggiero Romano (org.). **Enciclopédia Einaudi**. Porto: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1984. p. 535-553.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi. **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.

MAGALHÃES, Justino Pereira de. **Tecendo nexos:** história das instituições educativas. Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2004.

NEVES, Fátima Maria. **Método de Lancaster ou Método Lancasteriano**. Verbete. Disponível em: < http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/glossario/ verb_c_metodo_lancaster. htm>. Acesso em: 03 set. 2010.

OLIVEIRA, Marcus Aurelio Taborda de (org.). **Sentidos e Sensibilidades**: sua educação na História. Belo Horizonte: s/n, 2011.

SANTOS, Maria Lícia dos. A memória da experiência escolar como objeto de estudo. **Historia e historia.** Disponível em: <http://www.historiaehistoria.com.br/materia. cfm?tb=historiadores&id =52>. Acesso em: 25 ago. 2010.

SAVIANI, Dermeval. **Método Intuitivo.** Verbete. Disponível em: <http://www.histedbr. fae.unicamp.br/navegando/glossario/verb_c_metodo_%20intuitivo%20.htm>. Acesso em: 03 set. 2010.

SEVCENKO, Nicolau. O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso. In: SEVCENKO (org.). **História da vida privada no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SILVA, Vânia de Araújo. **O Grupo Escolar de Itaúna:** A construção do primeiro Grupo Escolar da Cidade de Itaúna. 2010. 106 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação Strictu Sensu, Universidade de Itaúna, Itaúna. 2010.

THOMPSON, Edward Palmer. Tempo, disciplina de trabalho e capitalismo industrial. In: **Costumes em comum.** São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1998. p. 267-304.

ROCHA, Fernanda Cristina Campos da. **A Reforma João Pinheiro nas práticas escolares do Grupo Escolar Paula Rocha Sabará.** 2008. 143 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. 2008.

VEIGA, Cynthia Greive. **Cidadania e educação na trama da cidade**: a construção de Belo Horizonte em fins do século XIX. Bragança Paulista: EDUSF, 2002. (Coleção Estudos CDAPH. Série Historiografia).

VENÂNCIO FILHO, Alberto. A Educação na Constituinte de 1890-1891 e na Revisão Constitucional de 1925-1926: Comentários. In: FÁVARO, Osmar. **A Educação nas Constituintes Brasileiras 1823-1988**. Campinas, SP: Autores Associados, 2001. p. 109-117.

VIDAL, Diana Gonçalves; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. **As lentes da história: estudos de história e historiografia da educação no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

Fontes primárias

Almanach Bragantino 1914. Bragança: Papelaria Almeida, 1913.

Almanach Paulista para 1918. Bragança: Casa Pindorama, 1918. p. 289 a 310.

Almanack de Bragança para 1900. Bragança: Typographia Commercial, 1899.

Annuario de Bragança para 1902. Bragança: Typ. da Cidade de Bragança, 1902.

Annuario de Bragança para 1904. São Paulo: Typ. Andrade & Melo, 1903.

Annuario do Ensino do Estado de São Paulo de 1908. São Paulo: Typographia Augusto Siqueira & C.

A Noticia (1905-1906).

Athenea (1922).

A Tribuna (1934).

Bragança-Jornal (1927-1931).

Bragança Jornal Diário (1932).

Cidade de Bragança (1904-1944).

Folha da Manhã (1936-1943).

Gazeta de Bragança (1894).

O Beija-Flor (1916).

O Bragantino (1877-1932).

O Ferrão (1906-1910).

O Guaripocaba (1877-1889).

Quinze de Novembro (1889).